

BOLETIM MUNICIPAL OEIRAS ACTUAL



BARRIGAS DE AMOR
Página 23



23 Barrigas de Amor

‘Barrigas de Amor’ trouxe a Oeiras milhares de grávidas e centenas de famílias que, durante todo um domingo, usufruíram de um espaço único, como é o Parque dos Poetas.



30 Festas de Oeiras’07

Muito desporto e muita música animaram o concelho ao longo das duas semanas das Festas de Oeiras’07. Entre 2 e 16 de Junho o ‘Oeiras Actual’ também entrou no ritmo.

ESTRATÉGIA PROJECTOS



5 Extensão de Saúde de Paço de Arcos inaugurada pelo ministro da Saúde

Câmara promove segurança rodoviária
Em Nova Oeiras - Ciclovia renovada
Projecto de loteamento prevê requalificação do Bairro de Leceia-Sul
Novas escolas em Algés, Linda-a-Velha e Porto Salvo
Centro de Convívio do Bairro dos Navegadores

VERDE



12 Ambiente, referência territorial de Oeiras

Ministério homologou Carta Educativa de Oeiras
Bolsas municipais distinguem mérito científico

LAÇOS



15 Bandeira Azul no Porto de Recreio

Gestão da orla costeira em análise
Educação Ambiental regressa em Setembro
Quinzena da Energia
Crianças e jovens debateram sustentabilidade
Campanha de distribuição de árvores a munícipes

INICIATIVA



18 Mês do Coração assinalado em Oeiras

Inaugurada nova creche e jardim-de-infância em Algés
Mostra de Formação Profissional
Dia Mundial da Criança
Homenagem aos militares
‘Barrigas de Amor’ - Mais de 1300 grávidas no ‘Guinness’
Dia do Jovem Deficiente assinalado em Oeiras

24 Mexa-se na Marginal

Marginal à Noite
Expo-Modelismo
Triatlo do Ambiente
Jetski de alto nível nas águas de Santo Amaro
Oeiras Cup em vela

Director:
Isaltino Morais
Produção:
Elisabete Brigadeiro
Editora:
Sónia Correia | sonia.correia@cm-oeiras.pt
Colaboradores:
Ana Henriques, Ana Teresa Silva, Carla Rocha, Joaquim Boiça, Jorge Miranda, Luís Vaz do Carmo, Manuel Machado, Serviços Municipais.
Fotografias:
Albérico Alves, Carlos Santos, Carmo Montanha
Ideia Gráfica:
Núcleo Criativo CMO | Susana Ferreira
Paginação, fotocomposição e arte final:
Costa Valença, Pub. Lda. (costavalenca@gmail.com)
Propriedade:
Município de Oeiras
Impressão:
Sogapal S.A.
Publicação:
Mensal
Distribuição:
Gratuita
Tiragem:
70 000 Exemplares
Depósito Legal:
27769/89
Execução:
Gabinete de Comunicação
Telefone:
21 440 83 79
Fax:
21 442 73 66
Morada:
Largo Marquês de Pombal,
2784 - 501 Oeiras

Na internet em:
www.cm-oeiras.pt

Caro Município,

Se há uma palavra que pode resumir os principais temas deste OEIRASACTUAL é certamente a palavra Saúde.

Começo pela inauguração da Extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos que contou com a presença do ministro da Saúde, Correia de Campos. Pude presenciar, pessoalmente, a satisfação demonstrada por todos os presentes pela entrega desta obra, que resulta de um protocolo assinado em 2001, a utentes e profissionais de saúde.

Todos sabemos que existem muitos outros Centros de Saúde que funcionam mal e sem as devidas condições. É preciso mudar isso e fazê-lo a curto prazo. Este Centro de Paço de Arcos é mais uma prova de que é possível melhorar e muito estas condições de que falo e de que muitos se queixam. Para isso, é preciso ousar, planear e, com determinação, avançar. E a Câmara de Oeiras tem-no feito, muitas vezes para além das suas responsabilidades.



É óbvio que só com as melhores infra-estruturas se podem ter as melhores práticas e realizar as melhores iniciativas. Veja-se o caso das Barrigas de Amor, evento que reuniu milhares de grávidas e várias centenas de famílias, no cenário único do Parque dos Poetas, com as informações e os produtos que mais interessam às futuras mamãs. Oeiras tem hoje condições para receber com sucesso garantido e isso está à vista de todos.

É óbvio que só com as melhores infra-estruturas se podem ter as melhores práticas e realizar as melhores iniciativas. Veja-se o caso das Barrigas de Amor, evento que reuniu milhares de grávidas e várias centenas de famílias, no cenário único do Parque dos Poetas, com as informações e os produtos que mais interessam às futuras mamãs. Oeiras tem hoje condições para receber com sucesso garantido e isso está à vista de todos.

É nesse sentido que relevo, do mesmo modo, a atribuição da Bandeira Azul ao Porto de Recreio de Oeiras, o único da Costa Atlântica a receber este galardão. Esta infra-estrutura emblemática fica assim num patamar de exigência superior, em termos ambientais e de saúde pública.

Além disso, penso que é importante referir que tornámos a realizar, com evidente sucesso, o sempre muito participado Mexa-se na Marginal e não nos dispensámos de assinalar o também já tradicional Mês do Coração.

Mas isto é só o começo. Nesta edição do OEIRASACTUAL vai encontrar muito mais do que foi feito e do que faremos. Por si, pela sua saúde e pelo bem-estar de todos os que gostam e estão em Oeiras.

Esta é a nossa OEIRASACTUAL.

O Presidente da Câmara

Isaltino Morais

Oeiras assinalou o Dia do Município

A Câmara Municipal de Oeiras assinalou o Dia do Município, 7 de Junho, feriado municipal, com a sessão solene de atribuição de condecorações municipais de Bons Serviços e Mérito.

O dia ficou marcado por outras actividades, que tiveram início com o tradicional hastear das bandeiras, em frente aos Paços do Concelho, seguindo-se uma Missa Solene, na Igreja Matriz de Oeiras.



Momento da homenagem a Arlete Silva, viúva de Manuel de Brito

“Há precisamente 248 anos atrás, neste mesmo dia, a Vila de Oeiras era elevada a Concelho, ganhando a dignidade que a individualidade do foral outorgado pelo Rei D.José I lhe conferia”, começou por assinalar o presidente da Câmara, na intervenção produzida no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide.

Reportando-se ao seu primeiro discurso nas celebrações do dia do município, em 1986, o presidente da Câmara lembrou a imagem de um concelho que “pouco oferecia a quem aspirava a uma vida melhor”, “descaracterizado por mais de cinco mil habitações degradadas, em bairros de lata impróprios à condição humana, onde a insegurança fazia parte de um quotidiano deprimente”.

“Foi necessário sonhar muito e sonhar alto para inverter este panorama”, assegurou o autarca, acrescentando que “quando comparo os indicadores de desenvolvimento do concelho, duas décadas depois, reconforto-me sempre com o valor da capacidade de sonhar, da arte de realizar e da devoção a Oeiras de todos aqueles que contribuíram para o engrandecimento da Autarquia”.

Exemplificando, Isaltino Morais referiu-se ao facto de Oeiras ser o concelho com maior concentração de licenciados e doutorados do País, o que tem maior concentração de classe alta e média-alta, o que tem maior concentração de população com mais poder de compra, onde estão instaladas 500 das 10 mil maiores empresas a operar em Portugal, o que tem a maior concentração de empresas ligadas às Tecnologias de Informação e Conhecimento a nível nacional, logo a seguir a Lisboa, o que tem uma das maiores concentrações de espaços verdes e de infra-estruturas ribeirinhas para usufruto das populações e, ainda, um dos poucos do País onde cerca de metade da população vive e trabalha no mesmo concelho. Educação – “principal bandeira política deste mandato” –, saúde, cultura, habitação, espaços verdes, acção social e novas tecnologias foram algumas das áreas temáticas sobre as quais incidiu o discurso proferido por Isaltino Morais.

Referiu-se, assim, a projectos e programas camarários como os Planos Estratégicos de Habitação e de Arborização, o estudo urbanístico do Alto da Boa Viagem, o plano de urbanização da Fundição de Oeiras, o Com-

plexo Desportivo da Serra de Carnaxide, a residência para cientistas da Quinta dos Sete Castelos, o Centro de Arte Manuel de Brito ou o programa Oeiras Está Lá.

Assinalando a importância do estabelecimento de parcerias público-privadas, o presidente da Câmara citou exemplos de projectos que, no concelho, deverão ser viabilizados nesse âmbito.

É o caso da construção de sete novas escolas, entre elas as do Alto de Algés, Porto Salvo e Linda-a-Velha, de um Centro de Congressos e Feira de Exposições na Quinta da Fonte, de um Pavilhão Multiusos, integrado no complexo do Alto da Boa Viagem e, ainda, de duas novas residências assistidas para idosos, em Porto Salvo e Laveiras.

No capítulo da saúde, Isaltino Morais referiu-se às conversações com o Governo que deverão permitir que nos próximos anos os novos centros de saúde de Algés, Carnaxide, Queijas e Barcarena venham a ser uma realidade.

O presidente da Câmara deu também atenção a projectos emblemáticos que deverão conhecer desenvolvimentos já num futuro próximo, caso da adjudicação da segunda fase do Parque dos Poetas, cuja abertura de concurso público deve ocorrer até ao final do ano, do prolongamento do Passeio Marítimo até Paço de Arcos, obra que deve ficar concluída ainda no decorrer do actual mandato, e do lançamento do concurso público para execução do projecto do novo Edifício dos Paços do Concelho, a par do relançamento do Tagus Park “como motor do desenvolvimento tecnológico do concelho”.

Na sua intervenção, o autarca fez ainda questão de assinalar que “é justo, neste dia do Município, homenagear um conjunto de funcionários da autarquia, de individualidades e de instituições, que com a qualidade do seu labor souberam elevar o bom nome do concelho”.

“É por isso minha intenção testemunhar-vos o apreço desta Câmara Municipal pelo vosso trajecto pessoal e profissional, pelo vosso contributo, pela vossa dedicação e amor a Oeiras”, disse.

Medalhas Municipais de Mérito

Grau Ouro – Alípio Tomé Pinto, Ângela Leite, Nestlé Portugal, Net Jet, Nelson Lourenço, Maria Arlete Silva, Fernando Santos, António Messias, José Nuncio (a título póstumo), Arlindo Barradas, Equipa do Instituto de Tecnologia Química e Biológica (Maria Arménia Carrondo, Cecília Arraiano, Carlos Frazão, Colin McVey, Mónica Amblar, Ana Barbas, Clemens Vonrhein), Shéu Han, Fernando Tavares Marques, Esmeraldo Alfarroba, Carmelinda Pereira, Miguel Abecassis, Henrique Cayatte, Júlia Tainha, Intervalo Grupo de Teatro

Grau Prata – Filomena Santos, Maria Manuela Araújo, Agrupamento 407 de Oeiras do Corpo Nacional de Escutas, Grupo Recreativo de Terceira, Médicos do Mundo – Portugal

Grau Cobre – Casa das Queijadas de Oeiras

Medalhas Municipais de Bons Serviços

Grau Ouro – Paula Magalhães Saraiva, Célia Simões, Nuno Freitas Lopes, Albano Pereira, Aurora Duarte Rica

Grau Prata – Amélia Cravidão Pires, Ana Caramujo Rodrigues, José Luís Ribeiro, Brigada dos Jardineiros (Henrique Silva, Maria José Gomes, José António Mendes, Fernando Vieira, Luís Ramalho, Joaquim Caeiro, Manuel Francisco Teresa, Felismino Rocha), Brigada das Ribeiras (Cândido Areias, Carlos Matias, Luís Pereira, José Valente, José Theias, Paulo Almeida)

Grau Cobre – António Agostinho, João Correia, João Dias

Ministro da Saúde esteve em Paço de Arcos

Centro de Saúde de Paço de Arcos inaugurado no dia 29 de Maio

Em funcionamento desde o dia 14 de Maio, a Extensão de Paço de Arcos do Centro de Saúde de Oeiras foi oficialmente inaugurada no dia 29 de Maio, numa cerimónia que contou com a presença do ministro da Saúde.



São mais de 22 mil os utentes do Serviço Nacional de Saúde beneficiados pela transferência da Extensão de Saúde de Paço de Arcos para um edifício construído de raiz para o efeito, junto ao Alto dos Moinhos.

Catorze médicos exercem ali medicina geral, medicina familiar, providenciando também consultas de psicologia, em paralelo com o funcionamento de uma Unidade de Saúde Familiar (USF) Delta, à qual estão afectos oito médicos.

Presente na cerimónia, o ministro da Saúde, Correia de Campos, aludiu ao facto de se assinalar, precisamente naquele dia, um ano sobre a criação das primeiras Unidades de Saúde Familiares do País.

“Não poderia haver melhor forma de assinalar esse facto do que inaugurar mais uma, aqui, em Paço de Arcos”, disse.

O governante fez ainda referência, relativamente ao concelho, àquelas que considerou serem condições geográficas, populacionais e de planeamento urbano “privilegiadas” adiantando, contudo, que estes “privilegios” resultam do “mérito” de todos quantos trabalharam, em prol do desenvolvimento de Oeiras, ao longo dos anos.

Recordando a assinatura, em 2001, do protocolo que viabilizou a construção do novo edifício da Extensão de Saúde de Paço de Arcos, Correia de Campos congratulou-se pela parceria firmada com a Câmara Municipal, lançando as bases para novos acordos, em situações futuras.

A directora do equipamento referiu-se, por seu lado, aos funcionários que durante anos exerceram a sua actividade nas antigas instalações do centro de saúde como “heróis”, porque, disse, “aguentaram tudo e

nunca deixaram de acreditar” que melhor seria possível.

Nesse sentido, acrescentou que “o Centro de Saúde de Oeiras já não é só esperança de mudança. Atravessa, agora, um verdadeiro momento de mudança, pelo que ninguém pode ter já dúvidas relativamente à sua força e ao seu dinamismo”.

A esse propósito, o presidente da Câmara Municipal fez questão de assinalar que “aquilo que diferencia os grandes homens e as grandes mulheres é o facto de acreditarem que o que demora muito tempo a concretizar-se também é possível”.

Referindo-se às condições em que funcionou, durante anos, a Extensão de Paço de Arcos do Centro de Saúde, Isaltino Morais disse que “foi uma situação que se arrastou durante demasiado tempo”.

Mesmo reconhecendo as “dificuldades do Governo” e apesar dos “cortes impostos pela Lei das Finanças Locais”, o presidente da Câmara reiterou a intenção da Autarquia em fazer da Saúde e da Educação as prioridades da sua acção, intenção reflectida na construção dos próximos centros de saúde, em Algés e Carnaxide.

“Ao nível dos cuidados de saúde primários, entendemos que os municípios de Oeiras merecem mesmo o melhor”, acrescentou.

Recorde-se que a construção do novo edifício representou, para a Autarquia, um investimento na ordem dos dois milhões de euros, tendo a obra sido acompanhada e fiscalizada, nas suas diversas fases, pelo ministério tutelar, ao qual coube garantir o equipamento e gestão do centro de saúde. ►

Inauguração do Centro de Saúde de Paço de Arcos

A Extensão de Saúde de Paço de Arcos está agora implantada num terreno com cerca de 3.100 m², localizado junto da via de acesso desta localidade à auto-estrada Lisboa-Cascais, perto da rotunda do Alto dos Mochos.



A morfologia geral do edifício baseia-se em dois corpos – Nascente e Poente. No corpo situado a Nascente (de forma alongada) distribuem-se os módulos de Prestação de Cuidados de Saúde, Saúde Pública e Ambiental e, ainda, a Direcção/Coordenação.

No interior do edifício os diferentes módulos estarão organizados de forma a permitir uma fácil referenciação por parte do utente, permitindo a prestação dos serviços de saúde de forma confortável e garantindo, por outro lado, aos prestadores de serviços de saúde (médicos, enfermeiros, pessoal administrativo, etc.) condições para que possam desenvolver a sua acção com perfeito controle, eficácia e conforto de trabalho.

No que respeita ao corpo Poente, tem uma forma triangular, concentrada em torno da escada principal e dos elevadores. Esta zona articula-se a partir da entrada/recepção (no piso intermédio) e serve de charneira a todo o edifício, interligando-se em todos os pisos com o corpo Nascente por dois corredores que, pela sua disposição, permitem uma rápida ligação a todos os módulos de prestação de cuidados de saúde.



No piso 1 (semi-enterrado), localizam-se os apoios gerais, com ligação ao exterior pela entrada de serviço, e a central técnica.

No piso 2 fica localizada a entrada/recepção, a partir da qual é feito acesso directo aos módulos de atendimento, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (sala de reabilitação e seus apoios). ■

No Centro Comunitário da Lage

Concluída obra de isolamento acústico

Beneficiar o isolamento acústico da sala multiusos foi o principal objectivo da intervenção levada a cabo pela Câmara Municipal no pavilhão do Centro Comunitário da Lage.

A obra consistiu na colocação de um conjunto de painéis, no tecto e nas paredes, de modo a permitir um controlo mais eficaz do tempo de reverberação do som em situações de utilização intensiva.

Refira-se que o Centro Comunitário da Lage dispõe de um núcleo de apoio à infância, incluindo com creche e escola básica, sendo a sala multiusos utilizada como salão de festas e ponto de encontro da comunidade local.

Em Nova Oeiras

Ciclovía renovada

Dado que as marcações no solo estavam praticamente imperceptíveis, a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra promoveu a obra de repintura da ciclovía localizada na Alameda Conde de Oeiras, em Nova Oeiras.

A empreitada, levada a cabo ao abrigo do protocolo de delegação de competências firmado com a Câmara Municipal, representou um investimento na ordem dos 18 mil euros.



Bairro de Leceia-Sul

Projecto de loteamento prevê requalificação da malha urbana

Reconverter e requalificar a malha urbana, legalizar as construções existentes, constituir novos lotes destinados a habitação, reestruturar as infra-estruturas existentes e requalificar a zona classificada como Espaço Natural e de Protecção constituem objectivos do Projecto de Loteamento da 1.ª Fase do Bairro de Leceia.

Com uma área superior a 25 mil metros quadrados, a zona abrangida pelo projecto de loteamento compreende 15 construções – obedecendo a critérios urbanísticos discutíveis – todas vocacionadas para a habitação, ali residindo cerca de 70 pessoas.

A zona, refira-se, é servida por uma série de equipamentos, onde se incluem a igreja, a escola do 1.º ciclo do ensino básico, o mercado municipal e a sede do grupo recreativo. O projecto tem como objectivo o reequilíbrio da zona de intervenção relativamente à envolvente, no âmbito de uma melhoria dos padrões de qualidade urbana.

Relativamente à rede viária, desenvolve-se a sul do eixo Barcarena - Porto Salvo, resultando de um crescimento não planeado do aglomerado.

A reestruturação da referida rede compreenderá a construção de uma via de circulação periférica, criando-se uma nova entrada em Leceia, através da Rua Luís de Camões.

Esta via terá dois sentidos de circulação no primeiro troço, passando a um só sentido a partir do desdobramento com a Rua do Moinho.

A zona abrangida pelo Projecto de Loteamento é delimitada a poente por uma zona classificada como 'Espaço Natural e de Protecção' que não comporta edificação.

O projecto prevê, assim, a preservação da encosta que delimita o aglomerado de Leceia-Sul, no âmbito do estipulado pelo Plano Director Municipal (PDM) para espaços com aquelas características.



Delegação de competências viabiliza concretização de projectos

A colocação de mobiliário urbano e de sinalização representa apenas uma das vertentes do trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia ao abrigo do protocolo de delegação de competências firmado com a Câmara Municipal. O investimento financeiro realizado durante os quatro trimestres do ano passado pode ser ilustrado com exemplos que dão visibilidade ao esforço de actuação que

resulta da colaboração entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia.

Conservação e reparação de calçamento em ruas e passeios, passadeiras de peões, traçados horizontais de trânsito e estacionamento auto, colocação de separadores centrais, escadas públicas, gradeamentos, pilaretes, muros e caminhos pedonais têm merecido a maior fatia de atenção por parte

dos presidentes de junta.

Actividades como a lavagem de ruas, a colocação de mobiliário urbano e de sinalização e outras relacionadas com a manutenção de equipamentos desportivos, espaços verdes, centros de apoio à terceira idade, escolas da rede pública, jardins-de-infância e creches são outras a merecer destaque, neste âmbito.

2006	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total
Algés	34.037,33	55.294,73	55.796,78	40.591,59	185.720,43
Barcarena	17.886,00	26.141,61	21.776,95	27.538,04	93.342,60
Carnaxide	10.819,20	30.528,53	39.931,53	30.579,00	111.858,26
Caxias	9.269,24	42.966,66	101.347,59	70.202,38	223.785,87
Cruz Quebrada	20.035,81	43.413,94	55.576,56	54.946,44	173.972,75
Linda-a-Velha	10.546,23	20.930,03	13.352,46	19.385,46	64.214,18
Oeiras	0,00	112.744,29	82.057,37	68.320,57	263.122,23
Paço de Arcos	9.119,93	9.687,71	17.274,00	8.331,87	44.413,51
Porto Salvo	17.872,07	41.310,45	55.469,42	36.148,38	150.800,32
Queijas	16.484,79	22.492,49	15.881,40	35.653,17	90.511,85

Câmara promove segurança rodoviária

Tendo como objectivo promover a melhoria das condições de segurança rodoviária no concelho foram aprovadas recentemente pela Câmara Municipal alterações de tráfego em diversas freguesias do concelho.

Relativamente a Linda-a-Velha, foi aprovada a introdução de sentido único nas ruas Dr. Gama Barros e Actriz Maria Matos, arruamentos paralelos entre si e perpendiculares à Avenida Dom Pedro V e à Rua Antero de Quental, às quais permittem ligação.

Na freguesia de Barcarena foi aprovada a implementação de um estudo de sinalização e segurança rodoviária na Urbanização da Quinta da Moura, uma área essencialmente residencial, constituída por moradias uni familiares e por dois complexos desportivos frequenta-

dos por crianças de diversas idades.

Verificam-se, ali, problemas de segurança relacionados com o excesso de tráfego de atravessamento na urbanização, em alternativa à A5, a par da inexistência de sinalização vertical e horizontal reguladora da circulação que atravessa toda a urbanização no seu eixo principal.

Medidas de segurança rodoviária deverão ser também implementadas na Rua do Casal do Deserto, na freguesia de Porto Salvo, particularmente devido à existência de uma curva perigosa formada pela junção daquela artéria com a Rua Oliveira Martins.

Foi ainda aprovada, pelo Município, a adopção de medidas que permitam induzir a redução de velocidade junto da passagem de peões localizada na Estrada EN 117-1

(Estrada de Queluz) e atravessada para a utilização dos transportes públicos.

Assim, foi aprovada a colocação de sinalização semafórica accionada por botoneira e excesso de velocidade dos veículos (controlo de velocidade).

Na freguesia da Cruz-Quebrada/Dafundo a alteração incidiu sobre a implementação de medidas tendentes à redução da velocidade na Rua Rodrigo de Albuquerque e Melo.

Os problemas de segurança naquela zona estão relacionados com o aparente excesso de visibilidade no cruzamento da referida rua com a Rua Mata de São Mateus e consequente aumento de velocidade dos veículos, pelo que se optou pela marcação de uma 'gota' e de uma barra de paragem.

Obras em curso

Reparação de troço da Avenida das Túlipas | Algés | Obra iniciada em Maio, adjudicada à empresa Cerâmica Vala, Lda., no valor de 70 942€, com prazo de conclusão de dois meses.

Regularização de talude nas traseiras da Avenida dos Bombeiros Voluntários | Algés | Obra iniciada em Maio, adjudicada à empresa Armando Cunha, SA, no valor de 62 806€, com prazo de execução de 30 dias.

Conservação e reparação da Estrada da Cruz dos Cavalinhos | Barcarena | Obra iniciada em Maio, adjudicada à empresa Armando Cunha, SA, no valor de 105 994 €, com prazo de conclusão de dois meses.

Conservação e reparação da Rua das Eirivas | Caxias | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Tomás de Oliveira, SA, no valor de 80 873€, com prazo de conclusão de dois meses.

Conservação e reparação da Rua do Alto do Lagoal | Caxias | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Viesa, Lda., no valor de 125 853€, com prazo de conclusão de três meses.

Conservação e reparação da Rua Almirante César Augusto Campos Rodrigues | Carnaxide | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Canas Correia, SA, no valor de 51 490€, com prazo de conclusão de dois meses.

Conservação e reparação das ruas de Moçambique e Marconi | Linda-a-Velha | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Rosado e Frazão, SA, no valor de 124 237€, com prazo de conclusão de dois meses.

Conservação e reparação da Avenida Carlos Silva | Oeiras | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Silva Brandão e Filhos, Lda., no valor de 121 202€, com prazo de conclusão de três meses.

Reparação das ruas Raul Brandão, Barbosa Du Bocage e Praceta das Várzeas | Queijas | Obra iniciada em Junho, adjudicada à empresa Jodofer, SA, no valor de 103 369€, com prazo de conclusão de dois meses.

Investimento na ordem dos 20 milhões de euros

Novas escolas em Algés, Linda-a-Velha e Porto Salvo

No âmbito do Plano Estratégico para os Equipamentos Educativos, o Executivo da Câmara Municipal de Oeiras aprovou por unanimidade, no passado dia 23 de Maio, o lançamento dos concursos internacionais para a aquisição dos projectos de três novas escolas, a construir nas freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Porto Salvo.

Trata-se de um investimento de cerca de 20 milhões de euros, que tem por objectivo a criação de novos estabelecimentos escolares que, além de garantirem o princípio de escola a tempo inteiro, vão estar dotados de uma série de espaços novos, tais como salas de expressão plástica, de música, de informática, de centros de recursos/bibliotecas, de laboratórios de ciências e de estudo. Os edifícios incluirão também cozinhas, refeitórios, espaços para actividade física e espaços exteriores seguros e atractivos.

Os projectos correspondem a um novo modelo de escola, também reflectido na concepção arquitectónica e na gestão quotidiana. A congregação de ofertas e de serviços permitirá a rentabilização dos investimentos, com a criação de economias de escala, tanto ao nível dos custos de manutenção, como ao nível da afectação de recursos humanos.

Para o efeito, foram elaborados Programas Funcionais que correspondam ao novo conceito de escola, para as diversas tipologias previstas. A definição final daqueles programas resulta de um exercício de investigação e reflexão multidisciplinar por parte das diversas unidades orgânicas da Câmara Municipal e de entidades exteriores, procurando

aferir e validar normas orgânicas e boas-práticas adaptadas à realidade concelhia.

No Alto de Algés e em Porto Salvo serão construídas escolas básicas do 1.º ciclo com jardim-de-infância e em Linda-a-Velha, além daquelas duas valências, serão ainda criados uma biblioteca, um jardim público e um parque de estacionamento subterrâneo.

Estas três escolas fazem parte de um grupo de sete a edificar no concelho, no âmbito do Plano Estratégico para os Equipamentos Educativos que tem por objectivos requalificar o parque escolar e reordenar a rede escolar; aumentar a oferta do pré-escolar e generalizar o regime normal, de turno único no 1.º ciclo; criar espaços com qualidade, higiene e segurança; proporcionar actividades complementares (expressões artísticas e lúdico-desportivas); e, ainda, abrir a escola à comunidade.

O desenvolvimento deste plano decorre do diagnóstico e proposta de reordenamento da rede que integram a Carta Educativa de Oeiras, homologada pelo Ministério da Educação em Maio passado, tendo merecido previamente pareceres positivos do Conselho Municipal de Educação de Oeiras, do Executivo da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

No Bairro dos Navegadores

Novo Centro de Convívio

Realizou-se no passado dia 25 de Abril, no âmbito das comemorações do 33.º aniversário, promovidas pelas Câmara Municipal de Oeiras,

a inauguração do Centro de Convívio do Bairro dos Navegadores, em Porto Salvo.



Autarquia investe na requalificação da iluminação

Elemento determinante para o sentimento de segurança dos cidadãos nas vias públicas, a iluminação pública tem vindo a ser, ao longo dos anos, remodelada e reforçada pelos serviços municipais. O trabalho desenvolvido visa, por um lado, substituir a iluminação rural – já residual – e, por outro, actuar ao nível das zonas onde a iluminação pública não existe ou se revela insuficiente.

Para lá dos pedidos pontuais, que muitas vezes são efectuados pelos próprios munícipes, a Câmara Municipal define e calendariza intervenções a curto, médio e longo prazo, no âmbito de um Plano de Iluminação alargado a todo o concelho.

Nesse sentido, estão já agendadas intervenções para os próximos anos, em cada uma das dez freguesias do concelho.

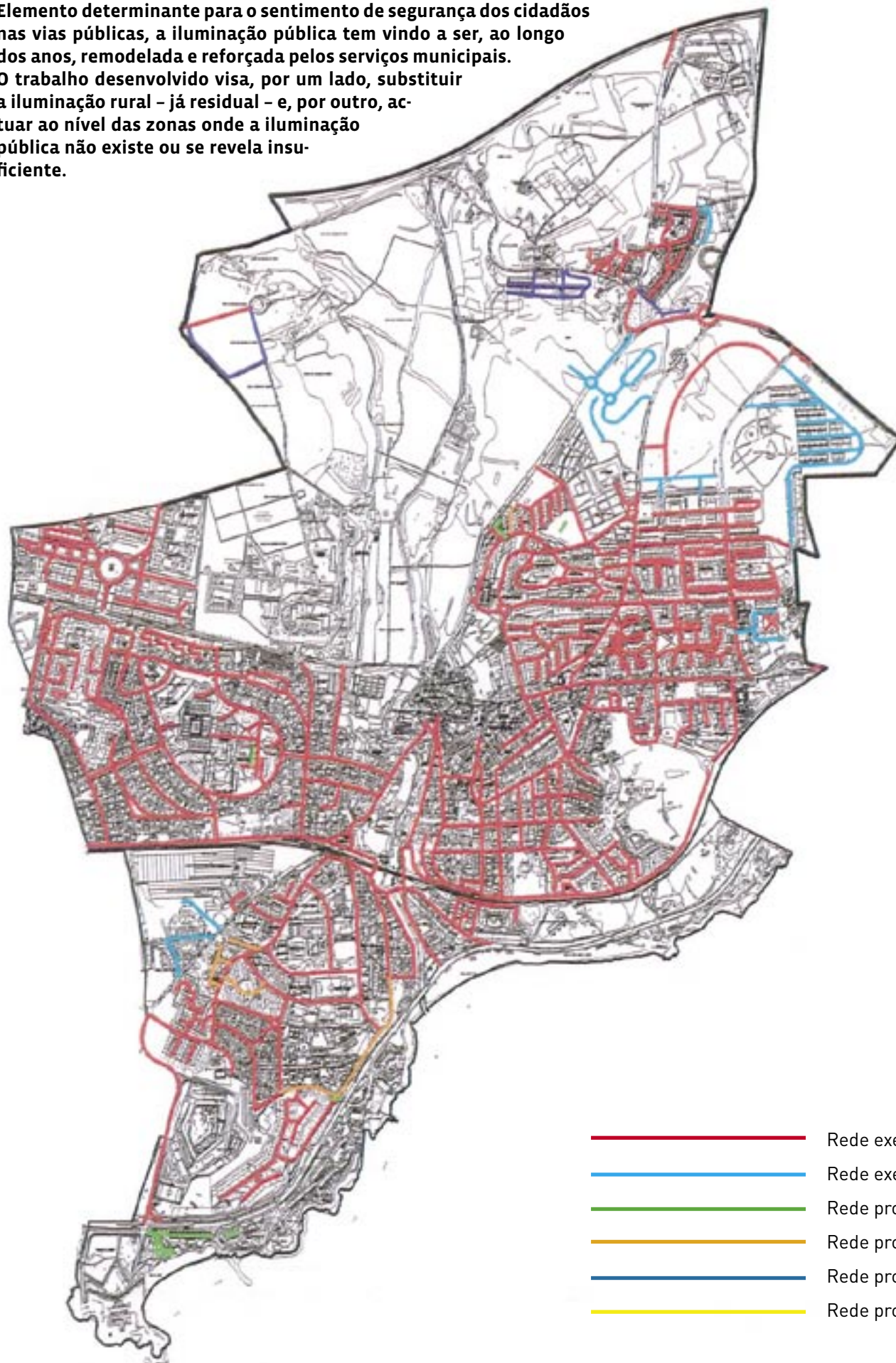
Ao longo das próximas edições do 'Oeiras Actual' continuaremos a dar conta dessas intervenções, destacando-se, este mês, as freguesias de Cruz Oeiras e de Paço de Arcos.

Oeiras

Para este ano estão previstas, na freguesia de Oeiras, intervenções ao nível da remodelação da iluminação pública no parque de estacionamento da praia da Torre (55 mil euros), iluminação decorativa no Centro Nuno Belmar da Costa (15 mil euros) e iluminação do polidesportivo do Bairro do Pombal (65 mil euros).

O Bairro da Medrosa (200 mil euros), as ruas Cidade do Mindelo (80 mil euros), de Aljubarrota (80 mil euros) e Tomé de Barros Queiroz (50 mil euros) serão, em 2008, objecto de projectos de remodelação da iluminação pública.

Seguir-se-ão, já no ano de 2009, a Rua da Mãe de Água, em Cacilhas (80 mil euros), a Rota dos Vinhos/Estação Agronómica Nacional (90 mil euros) e a Rua do Abrunheiro (50 mil euros).



- Rede executada através da CM Oeiras
- Rede executada no âmbito das urbanizações
- Rede proposta para ser executada em 2007
- Rede proposta para ser executada em 2008
- Rede proposta para ser executada em 2009
- Rede proposta para ser executada em 2010

Plano contempla intervenções até 2010

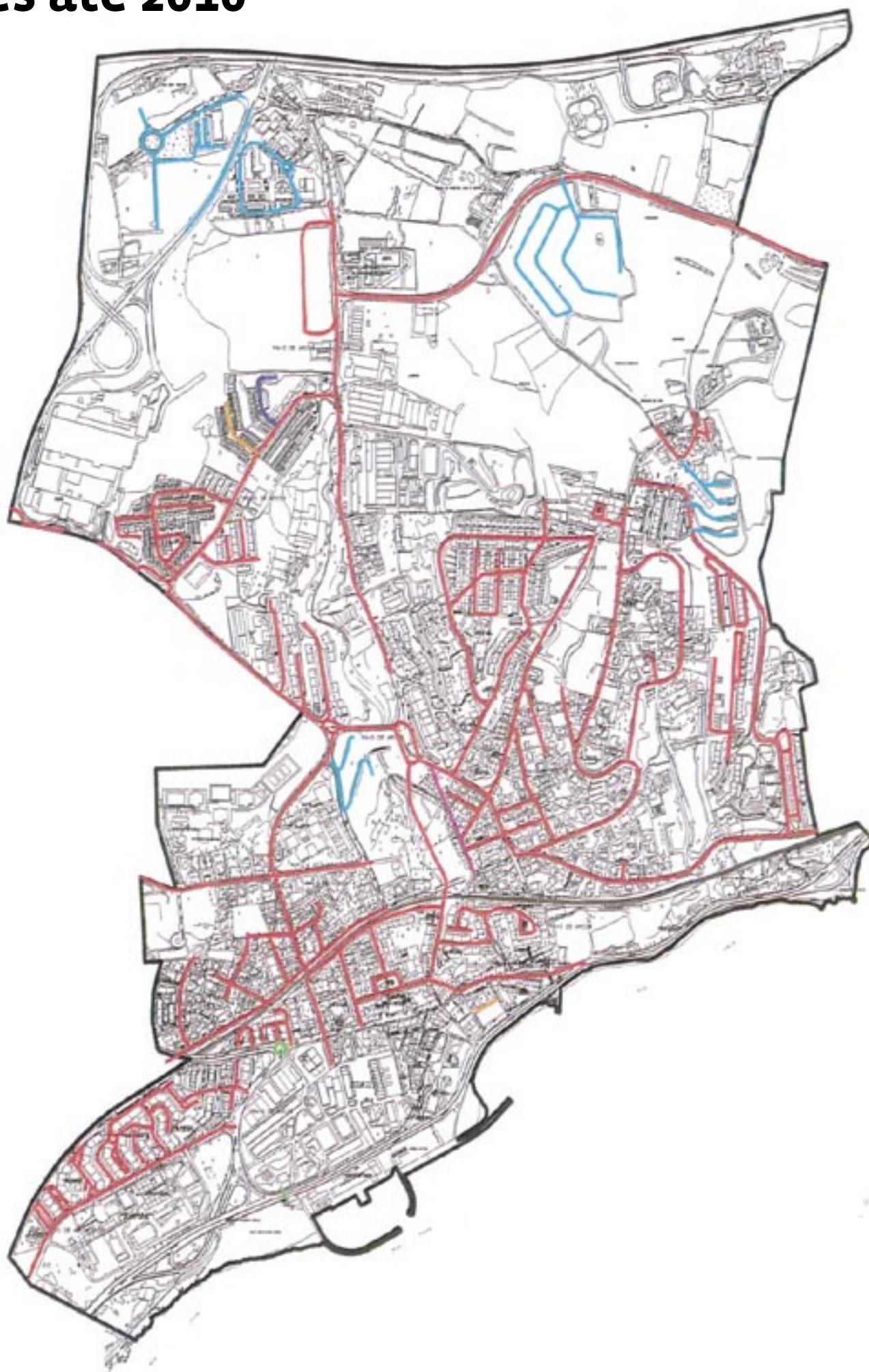
Paço de Arcos

Em 2007 a Câmara Municipal tem prevista, na freguesia de Paço de Arcos, a remodelação da iluminação pública na passagem subterrânea que permite a ligação à Praia Nova de Paço de Arcos (30 mil euros).

Para o ano de 2008 estão agendadas intervenções na Rua José Fontana (50 mil euros), na Rua do Almarginho (80 mil euros) e na rotação da Rua Costa Pinto (27 mil euros).

Seguir-se-ão, em 2009, a Rua do Valinho (80 mil euros) e o Passeio Marítimo – Fontainhas (100 mil euros) e, em 2010, a Rua Fonte de Maio (125 mil euros).

Nota: Os valores indicados reportam a estimativas de custos.



Ambiente

As pressões ambientais e a acção da Autarquia

A realidade ambiental do Concelho de Oeiras é rica e complexa, por um conjunto de razões bem distintas, nomeadamente, o contexto regional – Grande Lisboa e Área Metropolitana – e grande proximidade a Lisboa, um desenvolvimento urbano dominante, e recursos naturais importantes partilhados com os concelhos vizinhos, entre os quais sobressaem os Vales das Ribeiras e a Orla Ribeirinha.

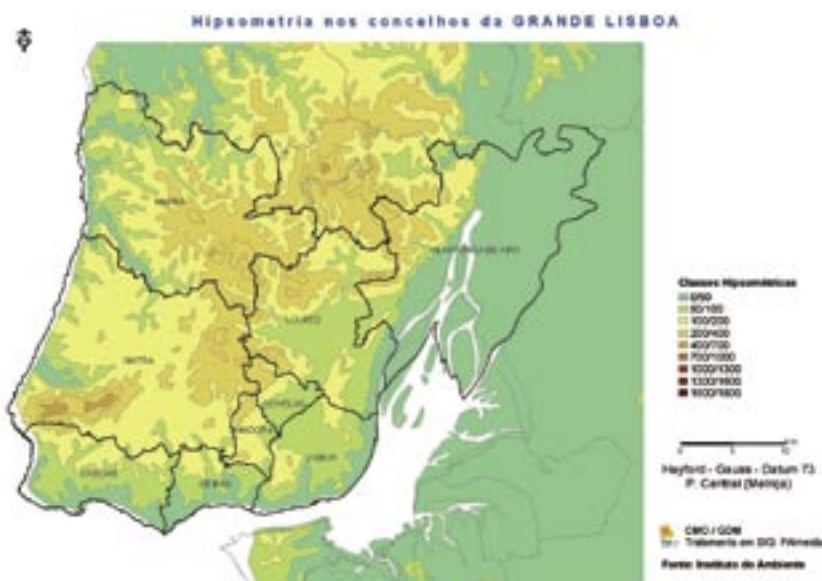
Neste primeiro texto sobre a temática Ambiente, Referência Territorial de Oeiras, apresenta-se, no geral, o quadro natural do Concelho e os respectivos recursos, bem como algumas das principais pressões que lhes estão associadas.

Os recursos

As condições naturais do concelho de Oeiras justificaram, no passado, e justificam, no presente, a sua forte atractividade na fixação de populações humanas: as primeiras, no interior, são testemunhadas pelo Castro de Leceia, cujo início remonta aos tempos do Neolítico Final; as mais recentes, em diversas épocas históricas até hoje, aproximaram-se do litoral que, apesar de outrora perigoso por demasiado exposto às incursões de estranhos a partir do Estuário, oferecia potencialidades que garantiam a sobrevivência de povoados e actividades.

Estas são, reforçadamente, razões para que o território de Oeiras seja interessante e valioso para pessoas e actividades económicas ou outras, que aqui se instalam.

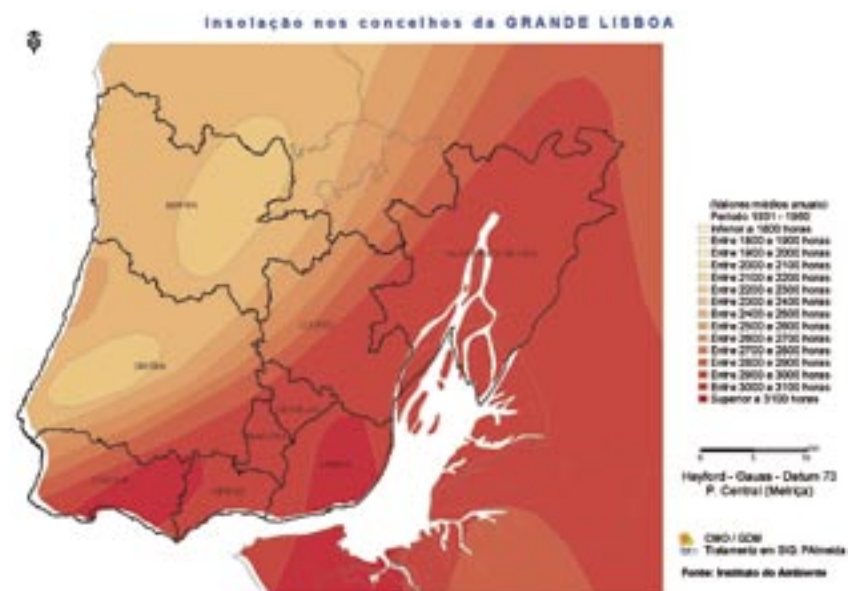
Desde logo, os 9Km de Orla Ribeirinha da Margem Norte do Estuário do Tejo constituem uma marca fundamental da paisagem de Oeiras; o relevo suave caracteriza-se pela baixa altimetria – entre o nível médio das águas do mar e os 215m da Serra de Carnaxide –, e pela presença marcante dos Vales das Ribeiras que escorrem de Norte para Sul – Ribeira de Algés, Rio Jamor, Ribeira de Barcarena, Ribeira de Porto Salvo –, em cujas margens se verificam os declives mais acentuados. Como os cabeços mais altos se localizam no interior do Concelho – limites Norte –, são dominantes as exposições das encostas a Este, Sul e Oeste.



Fonte: Atlas do Ambiente, APA, 2007

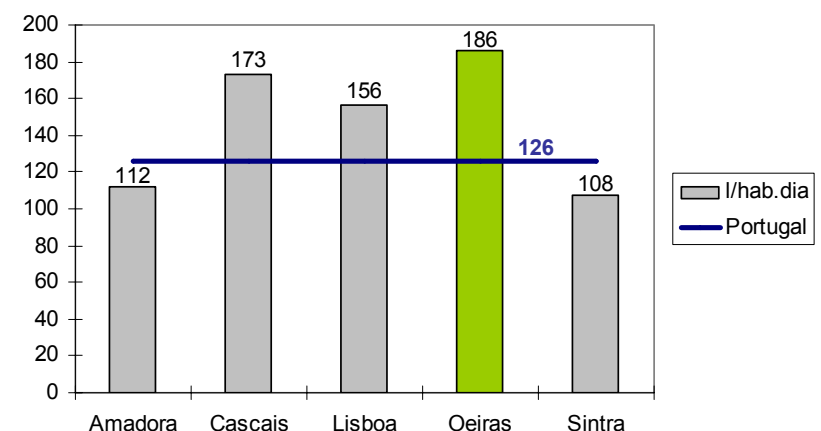
Para além de um clima ameno, Temperado Marítimo, e da boa localização geográfica – debruçado sobre o Estuário do Tejo –, o território de Oeiras detém e usufrui de recursos naturais essenciais: recursos hídricos de média abundância – a precipitação anual situa-se entre

os 600mm e os 800mm, verificando-se uma disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos da ordem dos 100 m³/dia.Km²; os recursos energéticos constituem uma verdadeira reserva de futuro, na disponibilidade da energia solar – insolação entre 2.900 e 3.100 horas / ano –, e da energia eólica.



Principais pressões ambientais: alguns indicadores

A intensidade do Consumo Doméstico de Água é superior em Oeiras, no conjunto dos concelhos limítrofes e em Portugal, embora, quando analisada no conjunto dos países da Europa do Sudoeste, esse valor se situe aquém do valor médio desse universo.

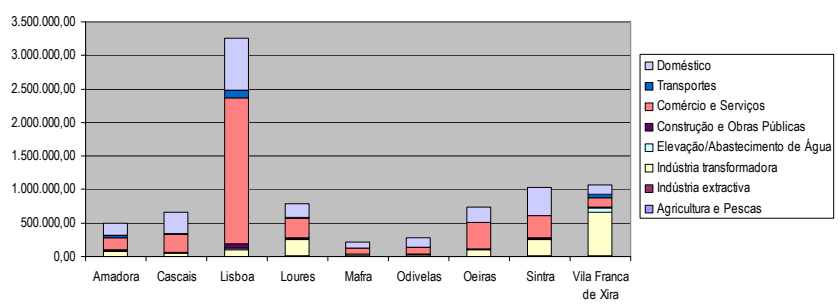


Capitação doméstica para Oeiras, concelhos limítrofes e Portugal Continental, em 2005

A percentagem de população servida por um sistema público de drenagem e a que está ligada a instalações de tratamento de águas residuais é de 99%, ultrapassando as metas estabelecidas no PEAASAR II* (2007-2013).

Considerando o Consumo de Energia como um dos muito indicadores disponíveis sobre a intensidade da actividade humana num determinado território, verifica-se que o concelho de Oeiras apresentou, em 2005, um Consumo Total de Energia Eléctrica de 735.884.535 kWh, situan-

do-se em 5º lugar no conjunto dos municípios da Grande Lisboa, com valores inferiores a Lisboa e aos concelhos com actividade industrial relevante, como V. Franca de Xira, Sintra e Loures; considerando a Capitação, quer do consumo total quer do consumo doméstico, Oeiras passa a situar-se em 3º lugar, seguindo Lisboa e Sintra.



Consumo de Energia Eléctrica nos concelhos da Grande Lisboa, em 2005 (MWh)

Ainda no que toca a consumos energéticos, Oeiras apresenta, em 2006, o valor mais elevado de Veículos Ligeiros e Mistos por mil habitantes, 608, no conjunto da Grande Lisboa, cuja média é de 461. De notar que o valor registado em Oeiras, em 2006, resulta de um acréscimo de 48% sobre o valor calculado em 1998, 410 veículos por mil habitantes.



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal, 2006

Outro indicador de pressão sobre o ambiente é a Produção de Resíduos: Oeiras apresenta uma capitação superior à média da Grande Lisboa, mas regista um nível de recolha selectiva muito superior ao da Região e à média nacional, que em 2004 foi de 21 kg/hab.

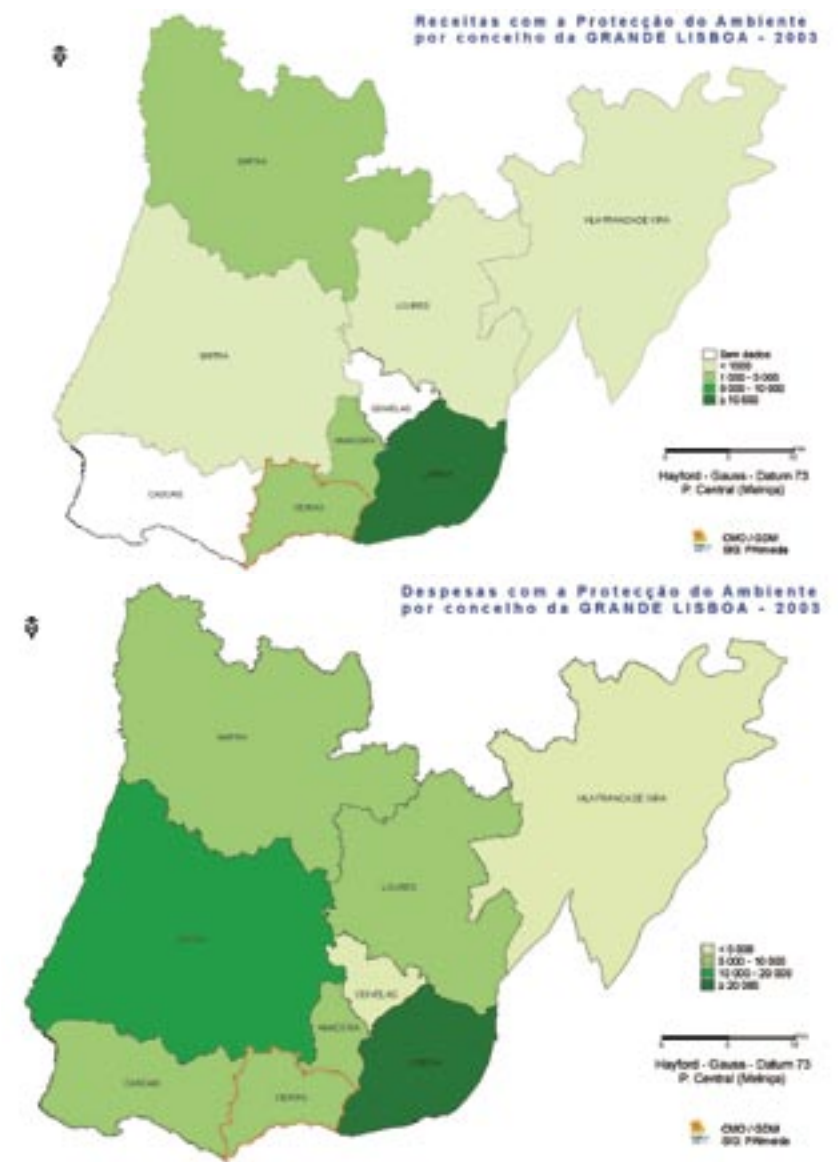
	Grande Lisboa	Oeiras
Capitação de resíduos recolhidos (kg/habitante; 2004)	479	539
Capitação de Resíduos recolhidos selectivamente (vidro, papel e cartão, embalagens e pilhas; kg/habitante; 2004)	30	55

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente, 2005; CMO/DSU, n/p, 2006
Capitação da recolha de resíduos e da recolha selectiva de resíduos, Oeiras e Grande Lisboa

Acção da CMO na área do Ambiente

A resposta da autarquia relativamente à gestão dos recursos e infra-estruturas ambientais do Concelho, pode ser avaliada pelo nível de investimento nos sectores tradicionalmente associados ao ambiente: gestão de águas residuais, gestão de resíduos e protecção da biodiversidade e da paisagem.

Todavia, os valores registados no conjunto das Autarquias da Grande Lisboa reflectem, não só a realidade dos diversos sistemas municipais e intermunicipais, mas também diferentes modos de gestão dos subsectores ambientais – águas, saneamento e resíduos –, nomeadamente, no que se refere à concessão, ou não, dessa gestão a empresas municipais.



Fonte: Estatísticas do Ambiente, INE, 2005
Receitas e Despesas na área do Ambiente das autarquias da Grande Lisboa, 2003

De qualquer modo, os dados para o Concelho de Oeiras reflectem os custos da administração directa do sistema de gestão de resíduos e o retorno parcial, em termos de receitas obtidas pela valorização dos resíduos recolhidos selectivamente (o total das receitas e das despesas em Oeiras estão afectos a este sector). No contexto da Grande Lisboa, e tratando-se separadamente o município de Lisboa, (pela dimensão destacada das suas receitas e das suas despesas), Oeiras apresenta uma situação média no contexto das restantes autarquias. No cômputo das acções do Concelho de Oeiras em prol da qualidade ambiental, é necessário referir, entre outras, que foi a primeira Autarquia do País a aprovar a Agenda 21 Local, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho, em 2001. Este Plano encontra-se presentemente em revisão, prevendo-se que até ao final do ano esteja aprovado um novo quadro geral da actuação da Autarquia, com o envolvimento dos parceiros locais, tendo em vista o Desenvolvimento Sustentável do Concelho.

* Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007 – 2013)

Ministério da Educação homologou Carta Educativa de Oeiras

O secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, homologou, no passado dia 29 de Maio, a Carta Educativa de Oeiras, instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho.



O despacho de homologação surge acompanhado de um parecer conjunto, favorável, assinado pelos responsáveis pela DREL (Direcção Regional de Educação de Lisboa) e pelo GEPE (Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação).

Nesse parecer refere-se que “a Carta Educativa respeita a metodologia proposta para a sua elaboração, estando, em geral, em conformidade com as orientações de política educativa. As propostas de intervenção no parque escolar incidem em todos os níveis de ensino”.

A homologação da Carta Educativa de Oeiras surge em cumprimento do protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Dezembro de 2004, e do acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1.º ciclo, celebrado entre as mesmas entidades, em Outubro de 2005, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro.

Recorde-se que a Carta Educativa de Oeiras tinha já merecido pareceres favoráveis do Conselho Municipal de Educação de Oeiras, a 12 de Abril deste ano, do Executivo da Câmara Municipal, a 26 de Abril, e da Assembleia Municipal, a 18 de Maio passado.

A Carta Educativa é actualmente entendida, a nível municipal, como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento sócio demográfico de cada município.

Incentivos no valor de 66 mil euros

Bolsas municipais distinguem mérito científico

Dois investigadores do Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) foram distinguidos com a atribuição das Bolsas de Instalação para Jovens Cientistas ‘Começar em Oeiras’ atribuídas este ano, pela primeira vez, pelo Município oeirense.

Simultaneamente, foram seleccionados para a Bolsa de Excelência Científica da Câmara Municipal de Oeiras Patrick Philips e Rhoir Ceredig, “cientistas com um percurso assinalável nas suas áreas de investigação e com reputação internacional”, cuja integração na comunidade científica do campus de Oeiras virá, de acordo com a Comissão Científica avaliadora, “enriquecer a rede de interações desta com a comunidade internacional e permitirá divulgar o concelho de Oeiras e a sua riqueza intelectual (e não só) para lá das nossas fronteiras”.

Ambos os cientistas serão acolhidos no IGC, o primeiro por um período de oito meses e o segundo durante quatro meses.

No caso de Mónica Dias e José Leal, é assinalado o facto de se tratarem de “jovens cientistas com um percurso científico notável, com publicações de referência na área de especialidade e que contribuirão decerto para a valorização da comunidade científica do campus de Oeiras”.

Recorde-se que no âmbito do Programa de Bolsas Científicas de Oeiras – Prof. Dr. António Xavier, a Bolsa de Excelência Científica, com o valor de 36 mil euros por ano, será atribuída a cientistas de excepcional relevância acolhidos numa das instituições de investigação científica situadas no concelho.

Quanto à bolsa ‘Começar em Oeiras’, no valor de 30 mil euros, tem como objectivo permitir que os investigadores principais que pretendam instalar-se e criar um novo grupo de investigação científica em instituições de investigação científica sedeadas no concelho possam levar a cabo, logo de início e em condições de eficiência, os trabalhos que se propõem realizar.

Assinale-se que a comissão responsável pela avaliação dos candidatos foi constituída por Luís Paulo Rebelo, Adriano Henriques, ambos do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, Domingos Henrique, do Instituto de Medicina Molecular, Nuno Crato, do Instituto Superior de Economia e Gestão, tendo sido presidida por Ana Runkel, representante da Câmara Municipal.

Cruz Quebrada on line

www.jf-cruzquebrada-dafundo.pt é a morada onde pode aceder a toda a informação relacionada com a freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo.

O site da junta de freguesia na Internet foi apresentado publicamente no passado dia 11 de Junho, no âmbito das comemorações promovidas para assinalar a passagem do 14.º aniversário da sua criação.



Primeiro Porto de Recreio com Bandeira Azul

A Bandeira Azul, símbolo de qualidade ambiental, foi hasteada, no Porto de Recreio de Oeiras, no passado dia 15 de Junho.

O facto de o Porto de Recreio de Oeiras ter sido o único da costa atlântica a receber este galardão justificou a escolha de Oeiras para a realização da cerimónia que marcou, a nível nacional, o hastear da Bandeira Azul para portos de recreio.

Recorde-se que a campanha da Bandeira Azul da Europa se iniciou em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. Tratou-se de uma iniciativa da Fundação para a Educação Ambiental com o apoio da Comissão Europeia que tem, ainda hoje, como objectivo elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de proteger o ambiente marinho e costeiro.

A campanha apresenta três vertentes: praias, portos de recreio e embarcações de recreio, tendo como instrumento o galardão Bandeira Azul da Europa, anualmente atribuído às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental.

O Júri Nacional para os Portos de Recreio e Marinas foi constituído no ano 2000, devido à crescente necessidade de um acompanhamento personalizado dos gestores e administrações dos portos de recreio e marinas.



Oeiras representado na Croácia

Gestão da orla costeira em análise

'Gestão da orla costeira e as responsabilidades dos municípios' e 'O marketing turístico nos municípios com marinas' foram dois dos temas analisados no decurso do 1.º Seminário da Associação Europeia de Municípios com Marina, da qual Oeiras é associada, realizado entre os dias 11 e 15 de Maio, na Croácia.

Subordinado à temática 'Novas oportunidades para a coordenação regional na União Europeia', o evento contou com a participação de representantes de 14 municípios portugueses, entre eles, naturalmente, Oeiras, através da empresa municipal Oeiras Viva.

Educação Ambiental regressa em Setembro

Cerca de 200 alunos e 50 docentes participaram, no dia 17 de Maio, na sessão de encerramento que serviu para assinalar o final de mais um ano de actividades no âmbito do Programa de Educação Ambiental promovido pela Câmara Municipal.

Em tempo de balanço, o destaque vai para as escolas que, ao longo do ano, aderiram às diversas actividades desenvolvidas no âmbito do programa e de que constituem exemplo acções de sensibilização, visitas de

estudo e concursos, em paralelo com a celebração de efemérides como o Dia Nacional da Água, o Dia Mundial da Alimentação ou a Quinzena da Floresta, da Poesia e da Água.

No total, foram mais de 10 500 as crianças envolvidas e perto de 500 professores.

O arranque de um novo ano de actividades está já agendado para Setembro, com a garantia de muitas novidades.



Quinzena da Energia

Sensibilizar para aspectos como a preservação da qualidade da água das ribeiras do concelho, da sua biodiversidade (fauna e flora), para a utilização de formas de energia alternativas, a separação de resíduos e a diminuição da emissão de Gases Efeito de Estufa foram os principais objectivos da 2.ª edição do Peddy-Paper Ambiental do Concelho de Oeiras.

Esta iniciativa, integrada na Quinzena da Energia e do Ambiente, decorreu no passado dia 5 de Junho, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, ao longo da ribeira de Barcarena.

O peddy-paper contou com a participação de alunos de escolas do 2.º e 3.º ciclos, alunos da Universidade Sénior, funcionários da autarquia e munícipes, de todas as idades.

A Quinzena da Energia e do Ambiente decorreu entre 29 de Maio e 17 de Junho, tendo incluído a realização de um workshop, uma exposição, uma campanha de troca de lâmpadas, jogos e um teatro para crianças, tudo subordinado à temática da utilização racional de energia e, ainda, o Triatlo do Ambiente, entre outras actividades.

Crianças e jovens debateram sustentabilidade

Centenas de crianças e jovens com idades compreendidas entre os três e os 16 anos participaram, em Maio, no III Congresso Infanto-Juvenil sobre Sustentabilidade, promovido pelo Centro de Orientação e Ocupação de Tempos Livres de Linda-a-Velha.

Fomentar, nos mais novos, atitudes e comportamentos favoráveis à promoção de um desenvolvimento sustentável, contribuindo, em paralelo, para a formação de cidadãos conscientes da gravidade e do carácter global dos desafios do desenvolvimento sustentável foram dois dos principais objectivos desta iniciativa.

Nesse sentido, os participantes tiveram oportunidade de analisar os desafios que se colocam à sociedade actual de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável, compatibilizando objectivos ambientais, sociais, culturais e económicos.

A dinâmica do congresso assentou nas apresentações feitas pelos jovens, enquadradas em painéis subordinados aos temas da Cidadania e Direitos Humanos, Saúde e Desporto, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Ambiental e Energias Renováveis, alternando com a realização de oficinas e ateliers relacionados com o tema da sustentabilidade.

Este encontro contou com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e a colaboração do Ministério da Educação, do Instituto do Ambiente, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha, da Associação Bandeira Azul da Europa e o Alto Patrocínio da Primeira-Dama, Maria Cavaco Silva.



Em Oeiras

Crianças celebraram Dia do Ambiente



Sensibilizar os mais novos para as questões relacionadas com a preservação do ambiente foi o principal objectivo de uma acção promovida, em parceria, pela Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e pelo Carrefour-Oeiras, no Dia Mundial do Ambiente. Cerca de 50 crianças, alunos das EB1 Sá de Miranda e Gomes Freire de Andrade, participaram na actividade que culminou com a plantação de duas árvores, uma em cada escola.

Campanha de distribuição de árvores a munícipes Mais de 650 pedidos em 30 dias

Durante os primeiros trinta dias em que decorreu a campanha de distribuição de árvores a munícipes a Câmara Municipal recebeu, no total, 660 pedidos, tendo perto de cem dessas árvores sido entregues logo nas duas primeiras semanas.

Os serviços camarários definiram, desde logo, dias certos para a entrega das árvores, devendo ter sido distribuídas, até ao final do mês de Junho, mais 465 árvores.

Recorde-se que basta ligar 214 427 175 e escolher a sua árvore ou arbus-

to preferido, de entre as espécies disponíveis nos viveiros municipais.

A Câmara Municipal cede, gratuitamente, uma árvore por pessoa aos munícipes com quintal ou jardim.

Esta iniciativa surge no âmbito do programa Oeiras Cidade Verde que prevê a plantação, até 2009, de cerca de 30 mil novas árvores em espaço público, que se juntarão às 25 mil existentes em arruamentos.

O objectivo último consiste em igualar o número de árvores ao número de munícipes, ou seja, 170 mil, no prazo máximo de uma década.



O Ressentimento: Propulsor de conflitos

por Jorge Miranda (jorge.o.miranda@gmail.com)

A mente humana é um extraordinário repositório onde, em reacção, os diferentes elementos geram sólidos e paradoxalmente flexíveis modos de ser, diversificadas visões e dos mais simples aos mais complexos comportamentos, quer para o bem, quer para o mal. É um surpreendente alfobre de capacidade e resistência ilimitadas, se não se registarem curto-circuitos. Tudo por lá passa, consciente ou inconscientemente. É um intrincado universo, ainda não dominado totalmente pela ciência, que se vai revelando e nos maravilha.

Até agora encarávamos o ressentimento como uma mágoa vivida na esfera individual. Podendo comportar formas benignas e efémeras, quando atinge a gradação de rancor persistente tornar-se-á pernicioso, mesmo patológico. Será, como Scheler o definiu, "um autoenvenenamento psicológico". Afecta tanto a panóplia de valores como a capacidade de discernimento e de juízo. Mas, sobretudo, concebíamos-lo num plano pessoal, pelo menos de forma suficientemente clara e consistente, embora tivéssemos presente o ensinamento de Nietzsche que através dele justificava a "moral dos escravos". Não tínhamos a sólida perspectiva de que fosse um sentimento interiorizado e assumido colectivamente e de proporções tão vincadas que pudesse chegar a inscrever-se duradouramente na personalidade de base de um povo e a impeli-lo a trilhar caminhos consentâneos na história. Assim, será até um factor da sua identidade.

Podendo comportar formas benignas e efémeras, quando atinge a gradação de rancor persistente tornar-se-á pernicioso, mesmo patológico.

Adquirimos esta dimensão do ressentimento com o reputado historiador francês Marc Ferro, na intervenção que efectuou, no dia 18 de Maio, aquando da abertura do ciclo de conferências sobre "O Estado do Mundo" que a Fundação Calouste Gulbenkian promoveu. A sua exposição subordinou-se ao tema "O Ressentimento: Força Obscura e Produto da História", analisado e ponderado durante cerca de hora e meia.

Para Marc Ferro muito do trágico que tem pautado a convivência entre os povos ao longo dos séculos resulta do ressentimento latente, com a sua génese em situações de humilhação, submissão, recalcamento, frustração e/ou impotência emergentes da prepotência e abuso dos mais fortes sobre os mais fracos. Assim, guerras, conflitos e crises podem ter tido, na sua origem, o concurso da explosão deste sentimento "ruminado" secreta e duradouramente. É que resiste ao tempo, na memória dos povos, e gera o desejo de vingança.

Pensando nos vários exemplos que o historiador apresentou, reflectimos que também nós portugueses sofremos de um secular e arreigado sentimento de ressentimento face a Espanha. Não é impunemente que o povo expressa que "de Espanha, nem bom vento nem bom casamento". Também não é por acaso que a história do período filipino quase é omissa no ensino. É que temos atravessado o espinho dos três reis Filipe e de Olivença. Se não houver uma catarse purificadora colectiva, estamos presos e condenados pela História.

Mas, com os olhos no exemplo da África do Sul pós-haparteid, com ou sem homens de uma estrutura superior como Nelson Mandela ou o bispo Desmond Tutu, racionalizando a questão, acreditamos que este ressentimento possa ser eliminado. Não nos faz falta. Há factores mais importantes que nos inquinam a existência. Encaremos, pois, a resolução destes, numa visão de futuro.

Mês do Coração assinalado em Oeiras



Informar e sensibilizar a população para a importância da adopção de comportamentos e hábitos de vida saudáveis foram os principais objectivos dos rastreios cardiovasculares promovidos durante o mês de Maio no concelho.

Esta foi uma iniciativa da Fundação Portuguesa de Cardiologia com a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito das comemorações do Mês do Coração.

**OS OBESOS
TÊM SEMPRE
A VIDA EM RISCO**

A OBESIDADE É A MAIOR CAUSA DE DIABETES.
UMA DOENÇA CADA VEZ MAIS COMUM E QUE FAZ CADA VEZ MAIS VÍTIMAS EM TODO O MUNDO.
PRATICAR ACTIVIDADE FÍSICA E ALIMENTAR-SE DE FORMA SAUDÁVEL PODEM SALVÁ-LO.
MEXA-SE PELO SEU CORAÇÃO.

apdp
Associação Protectora
dos Diabéticos de Portugal

PROTECTORA NACIONAL
dos Diabéticos de Portugal

Cruz Quebrada Rastreio podológico

Cerca de 25 pessoas participaram no rastreio podológico promovido pela Junta de Freguesia da Cruz Quebrada – Dafundo, no passado mês de Maio, no âmbito da actividade da Comissão Municipal de Saúde de Oeiras.



Em Algés

Inaugurada nova creche e jardim-de-infância

Foi inaugurada, no passado dia 15 de Junho, em Algés, a Creche e Jardim-de-infância de Nossa Senhora das Graças, em Algés. O equipamento surge para dar resposta a duas necessidades da freguesia: jardim-de-infância e estacionamento.

O presidente da Câmara Municipal considerou, na oportunidade, que a “inauguração de um equipamento municipal constitui um bom momento para fazer um balanço da actividade da Autarquia”, nomeadamente no que diz respeito às respostas providenciadas à infância e às famílias, particularmente as que apresentam maiores problemas de integração social.

Nesse sentido, referiu-se à cobertura do concelho a nível de creches, que ascende aos 24%.

“Este equipamento – disse – constitui mais uma resposta às necessidades de inúmeras famílias”, no âmbito de uma estratégia que tem permitido também à Câmara realojar e integrar socialmente muitas famílias e apoiar, financeira e tecnicamente, diversas instituições particulares de solidariedade social.

O autarca fez ainda questão de assinalar que “o apoio à infância e às famílias constitui um vector estruturante das políticas sociais desenvolvidas pela Câmara Municipal” que prevêem, entre outros, o desenvolvimento do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, no âmbito do qual foram apresentados, numa primeira fase, cem projectos, tendo sido dadas dez respostas positivas, em diversos âmbitos.

A Câmara Municipal tem também em curso um plano estratégico para os equipamentos educativos, incidindo sobretudo ao nível do 1.º ciclo, que viabilizará a criação, na freguesia de Algés, ao longo dos próximos quatro anos, de três novas salas do pré-escolar da rede pública.

As instalações da creche e jardim-de-infância foram cedidas, em regime de comodato, à Conferência Feminina de Nossa Senhora das Graças, que assegurará a gestão do equipamento. A empresa municipal Parques Tejo assumirá a exploração dos cerca de 150 lugares de estacionamento em regimes variados.

Recorde-se que a Creche e Jardim-de-infância de Nossa Senhora das Graças foi edificada com o objectivo de substituir um outro equipamento, com idêntica designação, que há 27 anos funcionava num pré-fabricado em Algés.

Parcialmente comparticipada pelo Programa Comunitário PROQUAL, a construção deste equipamento representou um investimento total na ordem dos 2 500 000€.

Em comparação com o jardim-de-infância que vem substituir, o novo equipamento dispõe de mais uma valência, a creche, que vai permitir o acolhimento de 40 crianças com idades compreendidas entre os quatro meses e os três anos.

Implantado junto ao quartel dos bombeiros voluntários de Algés, o edifício dispõe de uma área bruta de cerca de 890 metros quadrados, sendo constituído por dois pisos e espaços de recreio ao ar livre.

O jardim-de-infância com capacidade para 50 crianças funcionará no piso térreo, por onde se distribuem duas salas de actividades, uma sala de prolongamento de actividades ligada ao refeitório, constituindo-se como uma grande sala polivalente, cozinha e administração.

No primeiro andar vai funcionar a creche, com capacidade para 40 crianças e dispondo de duas salas de actividades, uma sala de repouso, uma sala de berços e uma sala parque, ligadas entre si. Dois grandes terraços permitem actividades de ar livre em ambiente de grande segurança.

Respeitando todas as exigências legais e funcionais, o equipamento possui uma zona de recreio concebida para o desenvolvimento de actividades que favoreçam o crescimento harmonioso das crianças e a utilização de materiais estimulantes da alegria, da criatividade e da sociabilização.

Ao nível subterrâneo desenvolvem-se quatro pisos de estacionamento que permitirão responder à escassez de espaços para estacionamento naquela zona, onde existe um número considerável de empresas e serviços.

Não obstante a sua localização, junto a um acesso à CRIL, foram assegurados tanto o conforto ambiental como a segurança.





Perguntas & respostas

por Manuel Machado
(pcmachado@netcabo.pt)

Tanto assumia o papel de feiticeiro como o de um agitador, tal a forma como questionava os temas e o encanto das respostas historiadas que dava aos seus alunos. Exímio na arte de contar, a grande preocupação deste professor de filosofia era sempre a mesma: pôr os alunos a pensar por eles próprios. «Há vida em extraterrestre?» «O que é que a Filosofia tem a ver com isso?» Por vezes a turma criava a ilusória convicção de ter conseguido a resposta correcta para a pergunta em análise, aduzindo argumentos que pareciam mais do que suficientes. Após o tradicional «Têm a certeza?» recuava e aí emergia a competência do docente que baralhava e relativizava de novo: «Se ficarmos à espera que um monte de tijolos construa por si mesmo uma casa, talvez seja melhor esperar pelo dia em que as galinhas tenham dentes.» Usual era ouvir isto: «Meus amigos, a Filosofia procura a verdade, alerta-nos para as meias verdades e desaprova aqueles que não se cansam de dizer que “tudo é relativo”. Abreviando: relativo não é a mesma coisa que relativismo. Não se esqueçam que a cor do que vemos varia de acordo com a janela donde olhamos. Analisem sempre as causas e as condições dos problemas e tenham em conta que as vossas vidas dependem disso. O importante é que não reduzam a explicação das coisas da vida a elementos meramente materiais, pois se o fizerem estão a falsear essa justificação e a verdade é o que devem pretender alcançar.» Palavra puxa palavra, tudo arrazoava com extrema acutilância

«Meus amigos, a Filosofia procura a verdade, alerta-nos para as meias verdades e desaprova aqueles que não se cansam de dizer que “tudo é relativo”.

e rapidez. Por vezes parecia até que a sua capacidade intelectual debitava mais aceleradamente quanto mais aceso era o debate sobre as questões colocadas aos alunos, e nunca se cansava deles. Para que todos o entendessem seleccionava os exemplos adequados às situações em causa, gerando a admiração da plateia totalmente absorvida por aquela elegância de pensamento. «Eis a força da Filosofia» declarava frequentemente. Um dia, antes do fim da aula, descobriu-se uma verdade nada relativa quando a sagaz Maria Ana perguntou: - Setôr, a propósito de verdades e de mentiras, acha que alguém pode ser castigado por alguma coisa que não fez?

- Não - respondeu lesto o professor, esquecendo-se desta vez do seu clássico «depende» e filosoficamente acrescentou: «Isso leva-nos a uma outra questão que terá de ficar para próxima altura. Trata-se do conceito de Justiça. Quanto à tua pergunta, repito, a resposta é mesmo «Não». Porquê, Maria Ana? Porque perguntas isso?»

- Porque não fiz o trabalho sobre Descartes.

Mostra de Formação Profissional

Uma ajuda na hora de tomar decisões



Dar a conhecer aos jovens as diversas opções de formação e de centros que as ministram foi o objectivo da Mostra de Formação Profissional que decorreu nos dias 11 e 12 de Maio no edifício da AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, em Oeiras.

Naquela mostra estiveram reunidas escolas profissionais, de diferentes áreas, divulgando cursos de formação de nível III (com equivalência ao 12.º ano) e de nível IV (após 12.º ano).

Esta iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras teve por objectivo congregar toda a informação sobre as opções disponíveis no mercado contribuindo, deste modo, para fornecer, aos jovens, as ferramentas que lhes permitam tomar decisões relativamente ao seu futuro, escolar e profissional, de forma consciente e adaptada às diferentes personalidades e interesses.

ProAtlântico promoveu festa da igualdade

A comemoração do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidade para Todos serviu de mote à realização de uma festa temática promovida pela ProAtlântico no passado mês de Maio, em Oeiras.

Diversas instituições vocacionadas para a promoção da igualdade de oportunidades participaram nesta iniciativa, animada por demonstrações de artes circenses, dança e kung-fu.

A Companhia de Teatro Refugiacto e o Grupo de Teatro do Oprimido apresentaram, na oportunidade, duas peças de teatro, seguindo-se a actuação da Tuna Académica do Taguspark.

Inserido no programa da Semana da Juventude, este evento contou com os apoios da Câmara Municipal de Oeiras e da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.

REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS

Preâmbulo

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Oeiras, em vigor desde 1991, tem sofrido algumas alterações pontuais desde a data da sua aprovação. Contudo, as sucessivas alterações legislativas, a atribuição de novas competências às autarquias locais e a prestação de novos serviços pelas unidades orgânicas camarárias, tornam necessária uma revisão profunda do conteúdo e da sistematização do citado Regulamento, bem como da respectiva Tabela.

Em face do que antecede e ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas a), e) e h) do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos artigos 16.º, 19.º, 20.º, 29.º, 30.º e 33.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações subsequentes, da Lei Geral Tributária, aprovada por Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, na sua actual redacção, e do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, é aprovado o presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 – O presente Regulamento estabelece as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais.

2 – O Regulamento não se aplica às situações e casos em que a fixação, liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais obedeça a normativos legais específicos.

3 – As taxas e outras receitas municipais a cobrar pelo Município de Oeiras pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais constam da Tabela, em anexo ao presente Regulamento, e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Actualização

1 – Os valores das taxas e de outras receitas municipais, previstos na Tabela em anexo, são automaticamente actualizados no início de cada ano, por aplicação do índice anual de preços do consumidor, sem habitação, fixado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), salvo deliberação em contrário do órgão

executivo e/ou deliberativo do Município e sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 – Não estão sujeitas à actualização prevista no n.º 1 as taxas e preços respeitantes às refeições escolares, remoção de veículos, licenças de caça e pedreiras.

3 – Os valores resultantes da actualização efectuada nos termos do n.º 1 supra são arredondados, por excesso, para a segunda casa decimal.

4 – Independentemente da actualização ordinária anual, a Câmara Municipal pode proceder à actualização extraordinária e/ou alteração dos preços indicados na Tabela, ou, quanto às taxas, propor a referida actualização ou alteração à Assembleia Municipal, sempre que o considere justificado.

Artigo 3.º

Liquidação

1 – A liquidação das taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela anexa consiste na determinação do montante a pagar, resultando da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2 – Os valores determinados nos termos do número anterior serão arredondados, por excesso, para a segunda casa decimal.

CAPÍTULO II

Isenções de taxas e preços

Artigo 4.º

Isenções

1 – Estão isentos do pagamento de todas as taxas, o Estado e seus institutos e organismos autónomos personalizados, os municípios e as freguesias, nos termos da legislação em vigor.

2 – A Assembleia Municipal isenta, total ou parcialmente, o pagamento de taxas de licenciamento ou autorização de obras de edificação, desde que as mesmas se destinem à construção ou reparação das respectivas sedes ou à execução e exploração de equipamentos compatíveis com os correspondentes fins estatutários:

- As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública;
- As pessoas colectivas religiosas sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registadas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa;
- As associações e fundações culturais, desportivas, recreativas, sociais e profissionais, legalmente constituídas e sem fins lucrativos;
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social legalmente constituídas;
- As cooperativas, suas uniões, federações e confederações, desde que constituídas, registadas e em funcionamento nos termos da legislação cooperativa;
- As pessoas de comprovada insuficiência

económica, mediante a apresentação de atestado de insuficiência económica passado pela respectiva Junta de Freguesia, bem como da última declaração de IRS.

3 – A Assembleia Municipal isenta, total ou parcialmente, o pagamento de taxas devidas pelo:

a) Licenciamento ou autorização da utilização de estabelecimentos explorados por associações culturais, desportivas, recreativas, cooperativas ou profissionais;

b) Licenciamento ou autorização de obras em edifícios de interesse patrimonial, inseridos em zonas protegidas nos respectivos Planos de Urbanização ou em instrumentos equivalentes;

c) Licenciamento ou autorização de obras de construção de hotéis e empreendimentos de natureza hoteleira e outros previamente classificados de interesse turístico;

d) Licenciamento ou autorização de obras para a construção de estacionamento colectivo localizado em nível inferior ao solo, em edifícios de habitação, quando afectos à utilização dos respectivos condóminos;

e) As inumações e exumações de cadáveres em talhões privativos do Cemitério Municipal;

f) Licenciamento ou autorização de obras de recuperação de moinhos.

g) As entidades organizadoras e comissões de festas, celebrações ou eventos semelhantes, que beneficiem do apoio da Câmara Municipal.

4 – A Assembleia Municipal isenta o pagamento de taxas de licenciamento ou autorização de obras de edificação de rampas de acesso para cidadãos com mobilidade reduzida.

5 – A Assembleia Municipal pode ainda isentar parcialmente do pagamento de taxas, até 50%:

a) As cooperativas de habitação económica, pelo licenciamento de obras e infra-estruturas urbanísticas que realizem;

b) Os programas de auto-construção, quanto ao pagamento de taxas de licenciamento ou autorização de construção;

c) As comissões de administração conjunta, das taxas pelo licenciamento ou autorização de operações de loteamento e de obras de urbanização, no âmbito da reconversão e requalificação da Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI);

d) As vistorias efectuadas ao abrigo do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, caso o interessado apresente atestado de insuficiência económica passado pela respectiva Junta de Freguesia, bem como a última declaração de IRS.

6 – A isenção prevista nas alíneas a) e b) do número anterior apenas serão autorizadas depois da obra estar concluída respeitando integralmente os

projectos de construção aprovados.

7 – Mediante prévia deliberação da Assembleia Municipal, poderão ser isentas do pagamento de taxas outras situações devidamente fundamentadas.

8 – As isenções referidas nos números anteriores não dispensam o requerimento, à Câmara Municipal, das necessárias licenças ou autorizações, quando devidas nos termos do disposto na lei ou em regulamento municipal.

Artigo 5.º

Outras isenções

1 – As empresas concessionárias de serviços públicos estão isentas, dentro das áreas das respectivas concessões, do pagamento de taxas de licença de ocupação da via pública relativamente ao exercício das actividades compreendidas no objecto da concessão, salvo nas zonas abrangidas pelos Serviços Municipalizados que prossigam fins idênticos.

2 – Exceptuam-se do disposto no número anterior a abertura de valas e a ocupação do espaço público por motivo de instalação de tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, no âmbito da instalação da rede de gás combustível em Oeiras.

3 – Os veículos pertencentes ao Estado e seus serviços, às autarquias locais, a pessoas colectivas de utilidade pública, ou ainda a deficientes motores quando destinados ao seu transporte, ficam isentos do pagamento da taxa de matrícula, sendo, no entanto, devido o custo do livrete e da chapa de matrícula.

Artigo 6.º

Isenções de preços

1 – A Câmara Municipal pode isentar, total ou parcialmente, do pagamento de preços devidos:

a) Pela cedência de salas no Espaço Jovem de Carnaxide ou no Centro de Juventude de Oeiras, no caso de os interessados serem entidades sem fins lucrativos;

b) Pela inscrição em cursos e ateliers tratando-se de jovens que comprovem insuficiência económica.

2 – Mediante prévia deliberação da Câmara Municipal, poderão ser isentas do pagamento de preços outras situações devidamente fundamentadas.

Artigo 7.º

Isenções e danos

As isenções previstas no presente Regulamento não conferem aos beneficiários a faculdade de utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal, nem afastam a responsabilidade por danos causados no património municipal.

CAPÍTULO III

Pagamentos

Artigo 8.º

Prazo e eficácia

1 – Sem prejuízo do pagamento de

taxas e outras receitas municipais no acto de deferimento do pedido, o prazo para o respectivo pagamento corresponde ao constante da notificação para pagamento efectuada pelos competentes serviços, salvo nos casos em que a lei ou regulamento fixe prazos específicos.

2 – A eficácia das licenças ou autorizações municipais bem como a realização ou prestação de serviços pelas unidades orgânicas do Município de Oeiras, ficam dependentes do prévio pagamento das taxas ou receitas municipais, sem prejuízo da possibilidade do pagamento em prestações nos termos do presente Regulamento.

Artigo 9.º

Pagamentos em prestações

1 – Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações de taxas e outras receitas, desde que o requerente entregue documento comprovativo da sua situação económica, designadamente, atestado de insuficiência económica da respectiva Junta de Freguesia, cópia do IRC ou do IRS do ano anterior, Declaração do Rendimento Social de Inserção, entre outros, que demonstre incapacidade de pagamento integral da dívida, de uma só vez e no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida, o número de prestações pretendido e os motivos que fundamentam o pedido, ressalvado o previsto nos números seguintes.

3 – Pode ser autorizado o pagamento em prestações das taxas correspondentes ao licenciamento ou autorização de obras, de infra-estruturas urbanísticas e de emissão de alvarás de loteamento, desde que:

- a) Os seus valores excedam 1.000 Euros e 5.000 Euros, respectivamente;
- b) O número das prestações não seja superior a 4 e o valor de cada uma delas não seja inferior a 500 Euros, tratando-se de licenças ou autorizações de obras, ou a 1.250 Euros no caso de alvarás de loteamento;
- c) As prestações correspondam a valores iguais ou múltiplos dos valores referidos na alínea b), com excepção da primeira prestação, na qual se incluíram os necessários acertos;
- d) O valor das prestações que fica em dívida seja garantido por caução bancária ou outra.

4 – Pode ser autorizado o pagamento em prestações das taxas correspondentes a publicidade e ocupação da via pública, desde que:

- a) Os seus valores excedam 750 Euros;
 - b) O número das prestações não seja superior a 8 e o valor de cada uma delas não seja inferior a 250 Euros.
- 5 – Excepcionalmente, a Câmara

Municipal pode autorizar o pagamento de taxas em maior número de prestações e num montante inferior ao previsto no n.º 4 deste artigo, mediante apresentação pelos interessados de documento comprovativo de insuficiência económica, conforme o número um do presente artigo.

6 – A periodicidade entre cada prestação, qualquer que seja o seu número, não pode ser superior a 3 meses.

7 – São devidos juros de mora em relação às prestações em dívida, os quais serão liquidados e pagos juntamente com as prestações vencidas.

8 – O não pagamento de uma prestação na data do seu vencimento implica o vencimento das restantes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante extracção da respectiva certidão de dívida.

Artigo 10.º

Pagamento em prestações por ocupação de cemitérios

1 – Mediante pedido fundamentado, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em duas prestações da taxa de ocupação perpétua de ossários municipais.

2 – A Câmara Municipal pode autorizar também, com base em pedido fundamentado, o pagamento da taxa de ocupação perpétua de sepulturas e jazigos municipais em oito prestações, no máximo, sendo que o valor de cada uma delas não pode ser inferior a 250 euros.

Artigo 11.º

Pagamentos superiores a um ano

As taxas relativas a licenças de publicidade, de ocupação de via pública e unidades de abastecimento de combustível podem mediante prévia deliberação da Câmara Municipal, ser pagas por períodos superiores a um ano, sem prejuízo da sua natureza precária.

Artigo 12.º

Dação em cumprimento

1 – As taxas devidas pelo licenciamento e/ou autorização de operações urbanísticas podem ser pagas através da dação em cumprimento, desde que observado o disposto nos números seguintes.

2 – Só será permitido o recurso ao instituto da dação em cumprimento quando estiver em causa a realização de obras de reconhecido interesse público na área do Município de Oeiras.

3 – O interessado em proceder à dação em cumprimento deverá dirigir um requerimento à Câmara Municipal de Oeiras, solicitando a elaboração do orçamento da obra que se propõe realizar ou, em alternativa, apresentar um orçamento próprio a aprovar pelo

referido órgão municipal.

4 – O pedido de dação em cumprimento e respectivo orçamento deverá ser aprovado pela Câmara Municipal sob condição do cumprimento do disposto nos números seguintes.

5 – Antes do início da execução da obra aprovada, objecto da dação em cumprimento, o interessado deverá prestar caução a favor do Município de Oeiras, no valor orçamentado da obra a realizar e aprovado nos termos do n.º 3.

6 – A caução referida no número anterior poderá revestir a modalidade de garantia bancária autónoma à primeira solicitação, depósito em dinheiro ou seguro-caução, ou garantia real sobre bens imóveis propriedade do interessado.

7 – A caução deverá ser constituída e mantida por um prazo de 5 (cinco) anos após a recepção provisória da obra pela Câmara de Oeiras, e deverá garantir a boa execução da obra e respectivas deficiências, deteriorações, vícios e irregularidades semelhantes que possam eventualmente surgir após a referida recepção, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o regime da caução previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, bem como a redução proporcional das taxas prevista no n.º 3 do artigo 25.º do referido diploma.

Artigo 13.º

Não pagamento

1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o não pagamento das taxas e outras receitas municipais no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento.

2 – Poderá o interessado obstar a extinção do procedimento, desde que efectue o pagamento da quantia liquidada acrescida dos juros de mora devidos, nos 10 (dez) dias seguintes ao termo do prazo de pagamento respectivo.

Artigo 14.º

Cobrança coerciva

1 – Findo o prazo estipulado para o pagamento de taxas e outras receitas municipais liquidadas e que constituam débitos ao Município, vencem-se juros de mora à taxa legal.

2 – Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais relativamente às quais o contribuinte tenha usufruído do facto, serviço ou benefício, sem proceder ao respectivo pagamento.

3 – O não pagamento das taxas e outras receitas municipais devidas implica a extracção da respectiva certidão de dívida e o seu consequente envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 – Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças renováveis pode implicar, ainda, a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

CAPÍTULO IV

Precariedade, renovação e cessação das licenças

Artigo 15.º

Precariedade

1 – Todas as licenças concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, fazer cessá-las antes do termo da sua validade, restituindo, neste caso, o montante da taxa correspondente ao período não utilizado.

2 – Exceptuam-se do disposto no número anterior as licenças que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

Artigo 16.º

Renovação

1 – As licenças renováveis consideram-se emitidas nas condições e termos em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais, sem prejuízo da actualização do valor da taxa a que houve lugar.

2 – Não haverá lugar à renovação se o titular da licença formular pedido nesse sentido, até 30 dias antes do termo do prazo inicial ou da sua renovação.

Artigo 17.º

Cessação

As licenças emitidas cessam nas seguintes situações:

- a) A pedido expresso dos seus titulares;
- b) Por decisão do Município, nos termos do artigo 15.º.
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

CAPÍTULO V

Realização de infra-estruturas urbanísticas, concessão de licenças e autorizações de loteamento e execução de obras particulares

Artigo 18.º

Zonas A e B

Para o efeito da aplicação das taxas de execução de obras ou de concessão de alvará de loteamento, o Concelho é dividido em duas zonas, respectivamente Zona A e Zona B, cujas delimitações são as que constam do mapa anexo a este Regulamento.

Artigo 19.º

Destaques

São devidas as taxas previstas no artigo 6.º da Tabela anexa pela realização de destaques ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Artigo 20.º

CrITÉrio de medição

As medidas em superfície, referidas na

Tabela anexa, abrangem a totalidade da área a construir, reconstruir ou modificar, incluindo a espessura das paredes, varandas, sacadas, marquises e balcões e a parte que, em cada piso, corresponde às caixas, vestíbulos das escadas, ascensores e monta-cargas.

Artigo 21.º **Arredondamento**

Tornando-se necessário efectuar medições, para o efeito de liquidação das taxas devidas pela licença ou autorização, é feito um arredondamento por excesso no total de cada espécie.

Artigo 22.º **Noções**

1 – Para o efeito de aplicação da Tabela de Taxas, em anexo, entende-se por arrecadação, a área restrita de arrumos de habitação e de comércio.

2 – Para o mesmo efeito, considera-se armazém a edificação com a área de superfície superior a 200 m².

Artigo 23.º **Excepção às taxas de licenciamento ou autorização de obras particulares**

As taxas do n.º 3 do artigo 7.º da Tabela anexa não são aplicáveis à reconstrução ou modificações que não impliquem construção, supressão ou substituição de paredes interiores ou exteriores.

Artigo 24.º
Aumento de área de construção
Sempre que se verifique aumento de área de construção em relação à prevista no alvará de loteamento ou no respectivo plano, às taxas previstas no artigo 7.º acrescem as previstas no artigo 5.º, ambas da Tabela anexa.

Artigo 25.º
Deferimentos tácitos
As taxas devidas nos casos de deferimento tácito de pretensões dos particulares no âmbito do Regime Jurídico da urbanização e da edificação são de montante igual às devidas pela prática de actos expressos

CAPÍTULO VI **Ocupação da via pública**

Artigo 26.º
Hasta pública
1 – Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, pode a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito à ocupação, fixando livremente a respectiva base de licitação.
2 – O produto da arrematação será cobrado no acto da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar de imediato pelo menos metade do valor total, sendo o restante dividido em prestações mensais consecutivas, em número não superior a 6, e de forma a que a sua

cobrança não ultrapasse o mês anterior ao último da ocupação.

3 – No caso de o arrematante optar pelo pagamento em prestações, não são devidos juros sobre os montantes das prestações que sejam pagas atempadamente em cada mês.

4 – Em caso de nova arrematação, terá direito de preferência, em igualdade de licitação, o anterior ocupante, salvo se a Câmara Municipal tomar decisão fundamentada em sentido contrário.

Artigo 27.º **Termo da ocupação**

As licenças de ocupação da via pública por motivo de obras não podem terminar em data posterior à do termo da licença das obras a que respeitam.

CAPÍTULO VII **Comissões Arbitrais Municipais**

Artigo 28.º **Funcionamento das CAM**

1 – São devidas taxas pela determinação do coeficiente de conservação, pela definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior e pela submissão de um litígio a decisão da CAM no âmbito da respectiva competência decisória.

2 – Pela submissão de um litígio a decisão da CAM é devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efectuado pelo requerente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação de defesa.

3 – O pagamento das demais taxas previstas no artigo 18.º da Tabela de Taxas é efectuado simultaneamente com a apresentação do requerimento a que respeitem.

CAPÍTULO VIII **Prestação de serviço público pelos serviços municipais**

Artigo 29.º
Urgência na emissão de documentos
As taxas fixadas nos pontos 3), 4), 5), 6) e 9) do artigo 1.º da tabela anexa, serão elevadas para o quintuplo quando o interessado invocar urgência e as mesmas sejam passadas no prazo máximo de 4 dias.

Artigo 30.º
Vistorias
As vistorias previstas em lei ou regulamento, só são ordenadas depois de pagas as respectivas taxas.
CAPÍTULO VIII
Mercados e feiras

Artigo 31.º
Hasta pública em mercados e feiras
1 – A Câmara Municipal promove a arrematação em hasta pública do direito à ocupação de lojas, bancas e outros espaços de venda em mercados ou feiras.
2 – O arrematante deve depositar no

acto da praça a décima parte do valor da arrematação.

3 – No prazo de 15 dias a contar de realização da hasta pública, o arrematante deve proceder ao pagamento da quantia remanescente.

4 – Em caso de desistência, o arrematante perde não só a importância depositada a favor da Câmara, como também deve responder pela diferença de preço quando, em nova praça, o valor atingido seja inferior.

5 – Após a arrematação os arrematantes deverão ocupar as lojas, bancas ou espaços de venda do mercado, no prazo de 30 dias sob pena de perder o direito à ocupação.

Artigo 32.º
Periodicidade da cobrança
As taxas diárias podem ser cobradas por semana ou por mês e as mensais por dia ou por semana, quando assim convier à natureza da ocupação e à organização do mercado ou feira.

Artigo 33.º
Medição da ocupação
1 – As fracções de metro linear ou de metro quadrado arredondam-se sempre por excesso e, conforme os casos, para metade ou para a unidade de metro.
2 – Quando a medição, estando prevista na tabela anexa por metro linear, só puder ser feita em metros quadrados ou vice-versa, as respectivas taxas aplicar-se-ão segundo a equivalência de 1 metro linear de frente por 2 m².
3 – Por volume tipo, para efeito da tabela anexa, entende-se o equivalente a uma caixa de fruta com 22 cm de largura e 50 cm de comprimento ou uma caixa de peixe com 10 cm de altura, 48 cm de largura e 76 cm de comprimento.

CAPÍTULO IX **Meios de publicidade**

Artigo 34.º
Publicidade na via pública
As taxas de licença de publicidade são devidas sempre que os anúncios se dividem da via pública.

Artigo 35.º
Medição da publicidade
1 – No mesmo anúncio ou reclamo utilizar-se-á mais de um processo de medição quando só assim se puder determinar a taxa a cobrar.
2 – Nos anúncios ou reclamos volumétricos a medição faz-se pela superfície exterior.
3 – Consideram-se incluídos no anúncio ou reclamo os dispositivos destinados a chamar a atenção do público.

Artigo 36.º
Trabalhos de instalação de publicidade
Os trabalhos de instalação de anúncios ou reclames devem obedecer aos condicionamentos de segurança

indispensáveis, mas não são passíveis de taxa de licença de obras.

Artigo 37.º **Avença**

1 – Quando o mesmo anúncio for reproduzido, por período não superior a seis meses, em mais de dez locais, poderá estabelecer-se avença calculada pela totalidade desses anúncios, com o desconto até 50%.

2 – Quando os anúncios e reclamos forem substituídos com frequência no local por outros de igual natureza, poderá conceder-se avença pela medida que represente a dimensão máxima, ficando a colocação dos anúncios sujeita a visto prévio dos serviços municipais.

3 – Nos casos previstos no número anterior a importância da avença será igual a quatro vezes a taxa que corresponderia a um anúncio da maior medida.

CAPÍTULO X **Cemitérios**

Artigo 38.º
Taxas de inumação
As taxas de inumação incluem a utilização de cal, de carreta e de tarima para encomendação.

Artigo 39.º
Transmissão da concessão
Os direitos dos concessionários de terrenos ou jazigos só podem ser transmitidos por acto entre vivos se observados os seguintes requisitos:
a) Autorização municipal expressa;
b) Pagamento de 50% das taxas, em vigor à data da transmissão, de concessão de terrenos para sepulturas perpétuas ou para os jazigos.

Artigo 40.º
Ampliação
A taxa de concessão de terreno para sepultura perpétua ou jazigo, a cobrar em relação a terrenos destinados a ampliar construções já existentes, será a que corresponder ao escalão da superfície desses terrenos no conjunto das áreas da ocupação e da ampliação a fazer.

Artigo 41.º
Inumações em jazigos municipais
Nas inumações em jazigos municipais cobrar-se-á sempre a taxa correspondente à ocupação perpétua havendo, porém, direito ao reembolso da taxa abatida das anuidades vencidas em caso de trasladação.

Artigo 42.º
Pagamento à data da inumação
O pagamento das taxas de inumação em jazigos municipais e sua ocupação bem como de ocupação de ossários, com carácter de perpetuidade deve ser paga de uma só vez, na data da sua inumação.

Artigo 43.º
Transladação
1 - A taxa de trasladação só é devida quando se tratar de transferência de caixão ou urnas.
2 - A taxa prevista no número anterior não é acumulável com as taxas de exumação ou inumação, excepto, se esta última se efectuar em sepultura.

Artigo 44.º
Agências funerárias
A Câmara pode exigir das agências funerárias que, durante determinado período, garantam a cobrança das taxas pelos serviços prováveis a prestar por seu intermédio.

CAPÍTULO XI
Licença de utilização de estabelecimentos
Artigo 45.º
Estabelecimento com mais de uma classificação
Quando seja requerida licença de utilização para a exploração no mesmo local de estabelecimento com mais de uma classificação, serão cobradas as taxas correspondentes à classificação mais elevada.

CAPÍTULO XII
Unidades de abastecimento de combustível, ar e água
Artigo 46.º
Hasta pública
1 - A Câmara Municipal procede à arrematação em hasta pública do direito à instalação e exploração, de acordo com o artigo 26.º deste Regulamento.
2 - Tratando-se de postos de abastecimento a instalar na via pública, mas junto a garagens ou estações de serviço, terão preferência, na arrematação, os respectivos proprietários, quando em igualdade de licitação.

Artigo 47.º
Utilização da via pública com os tubos condutores
A licença das unidades de abastecimento e tomadas inclui a utilização da via pública com os tubos condutores que forem necessários à instalação.

CAPÍTULO XIII
Estacionamento reservado
Artigo 48.º
Caducidade da licença de reserva de lugares de estacionamento

1- A licença emitida para reserva de lugares de estacionamento na via pública destinados a operações de cargas e descargas tem validade mensal, renovando-se automaticamente pelo mesmo período, se não se verificar uma

das causas de caducidade previstas no n.º 2 deste artigo.
2 - A licença referida no número anterior caduca pela denúncia do respectivo titular, comunicada à Câmara Municipal, por escrito e com a antecedência mínima de um mês, ou pela falta de pagamento, decorridos trinta dias sobre a data do seu vencimento.

Artigo 49.º
Factores de cálculo
1 - Para ser calculada a taxa mensal devida pela reserva de lugares de estacionamento na via pública destinada a operações de cargas e descargas, deve atender-se, cumulativamente, aos seguintes factores:

- a) O número de lugares pretendidos pelo requerente;
 - b) O tempo de reserva de estacionamento requerido.
- 2 - O particular pode solicitar a reserva de um lugar:
- a) Simples (2,5 m x 5m);
 - b) Duplo (2,5 m x 10 m);
 - c) Triplo (2,5 m x 15 m).
- 3 - A reserva de um lugar de área superior a 2,5 m x 15 m fica sujeita a autorização especial da Câmara Municipal.
- 4 - O tempo de estacionamento reservado é aferido com base nos seguintes critérios:
- b* Número de dias de estacionamento reservado em cada mês;
 - c* Número de horas de estacionamento reservado em cada dia;
 - d* Períodos diários abrangidos.
- 5 - O número de horas de estacionamento reservado em cada dia não pode exceder as sete horas diárias, salvo se tal for excepcionalmente autorizado pela Câmara Municipal, sendo o valor a cobrar, por cada hora excedente, acrescido de 50% do valor da hora imediatamente anterior.
- 6 - São definidos os seguintes períodos diários:
- a) Nocturno reduzido (NR) - entre as 0 h e as 7 h;
 - b) Nocturno normal (NN) - entre as 20 h e as 24 horas;
 - c) Diurno normal (DN) - das 7 h às 10 h e das 17 h às 20 horas;
 - d) Diurno agravado (DA) - entre as 10 h e as 17 h.
- 7 - Para cálculo da taxa aplicável devem ser somados os valores, previstos na Tabela de taxas anexa, que foram estabelecidos para cada uma das horas, compreendidas no período ou períodos diários abrangidos, sendo o resultado dessa soma multiplicado, cumulativamente:
- a) Pelo número de dias reservados em cada mês;
 - b) Por 1, 2 ou 3, conforme tenha sido reservado, respectivamente, um

lugar simples, duplo ou triplo.

CAPÍTULO XIV
Utilização de imóveis municipais
Artigo 50.º
Condições de utilização

1 - A eventual utilização de espaços edificadas ou exteriores, incluindo vias públicas, do Município de Oeiras ou sob gestão municipal, para fins de publicidade, filmagens ou outras actividades comerciais similares, poderá ser autorizada pela Câmara Municipal mediante o pagamento das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento.
2 - A utilização dos espaços referidos no número anterior para divulgação turística e cultural, fins didácticos ou outros de que resulte efectivo interesse de promoção do Município não está sujeita ao pagamento de taxas, devendo, contudo, o respectivo interessado apresentar pedido fundamentado, o qual será submetido à devida aprovação pelo membro do executivo municipal competente.
3 - Pela utilização dos imóveis municipais ou sob gestão municipal referidos nos números anteriores, são devidos os valores previstos na regra geral consagrada no artigo 55.º da Tabela de Taxas anexa, ressaltando-se as excepções estabelecidas para os espaços identificados nos artigos 56.º e seguintes da citada Tabela.

CAPÍTULO XV
Normas especiais de ingresso no Museu da Pólvora Negra

Artigo 51.º
Isenções e reduções

1 - Para efeitos de aplicação do regime gratuito de entrada no Museu da Pólvora Negra, determina-se que as pessoas infra discriminadas poderão beneficiar do regime, mediante a apresentação de documento comprovativo da sua qualidade de:

- a) Menores de 16 anos;
- b) Membros da APOM (Associação Portuguesa de Museologia), ICOM (International Council of Museums), APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial), MINOM (Movimento para a Nova Museologia) e ICOMOS (International Council of Monuments and Sites);
- c) Professores e alunos de qualquer grau de ensino, desde que integrados em visitas de estudo programadas previamente com o Museu da Pólvora Negra;
- d) Utentes de Instituições Particulares de Solidariedade Social, desde que integrados em visitas programadas previamente com o Museu da Pólvora Negra;
- e) Funcionários da Câmara

Municipal de Oeiras e das Juntas de Freguesia do concelho;

- f) Investigadores credenciados;
- g) Jornalistas e profissionais de turismo no desempenho das suas funções;
- h) Participantes em visitas ou actividades organizadas pela Câmara Municipal de Oeiras.

2 - Na mesma medida, são definidos os seguintes períodos, nos quais os visitantes gozam de gratuidade no ingresso de entrada no Museu da pólvora Negra:

- a) Domingos e Feriados;
- b) Dia Internacional dos Museus (18 de Maio);
- c) Aniversário do Museu da Pólvora Negra (17 de Junho);
- d) Dia de Santa Bárbara (4 de Dezembro);
- e) Em datas de efemérides comemoradas pelo Museu, no âmbito da sua programação anual;
- f) Em eventos ou datas relevantes, carecendo de autorização superior prévia.

3 - Determina-se ainda que beneficiem de bilhete reduzido, as pessoas que comprovem, mediante a apresentação de documento adequado, a sua qualidade de:

- a) Portadores de Cartão-Jovem;
- b) Jovens dos 17 aos 25 anos;
- c) Cidadãos com mais de 65 anos;
- d) Professores de qualquer grau de ensino;
- e) Ingresso de um dos pais, para famílias com dois ou mais filhos.

CAPÍTULO XVI
Disposições finais

Artigo 52.º
Procedimentos pendentes
As taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento e Tabela anexa aplicam-se aos procedimentos pendentes à data da emissão do respectivo alvará, licença, serviço prestado ou do bem adquirido.

Artigo 53.º
IVA e Imposto de Selo
Os valores previstos na tabela anexa são acrescidos de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e de Imposto de Selo, quando legalmente devidos.

Artigo 54.º
Entrada em vigor
As disposições do presente Regulamento e as taxas constantes da tabela anexa entram em vigor no dia seguinte à data da sua publicação nos termos legais.

<p style="text-align: center;">EDITAL Nº. 259/2007 ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS</p> <p>FAZ PÚBLICO que, a Assembleia Municipal de Oeiras, aprovou na 2.ª Reunião da sessão ordinária n.º 2, realizada em 7 de Maio de 2007, mediante proposta desta Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária, realizada em 28 de Fevereiro de 2007, o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras para 2007, que se anexa.</p> <p>E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.</p> <p>Oeiras, 28 de Maio de 2007</p> <p style="text-align: right;">O Presidente, Isaltino Afonso Morais</p>
--

**Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas
do Município de Oeiras para 2007**

CAPÍTULO I

Serviços de secretaria e fornecimento de plantas topográficas

Artigo 1.º

Serviços de secretaria	EUROS	IVA	IS
1. Averbamentos de qualquer natureza, não especialmente previstos	2,85	NS	-
2. Pesquisas de documentos, por cada ano, exceptuando o corrente ou aquele que expressamente se indique			
a. Aparecendo o objecto da pesquisa	2,51	NS	-
b. Não aparecendo o objecto de pesquisa	0,93	NS	-
3. Declarações autenticadas de não existência de documentos ou processo no Arquivo	3,76	NS	-
4. Declarações autenticadas sobre a situação física de prédios rústicos ou urbanos	3,76	NS	-
5. Autenticação de documentos, por cada	2,15	NS	-
6. Certidões, por cada lauda ou fracção	9,00	NS	-
7. Fotocópias simples a preto e branco			
a. De formato A4, por cada página	0,23	TN	-
b. De formato A3, por cada página	0,27	TN	-
8. Fotocópias simples a cores			
a. De formato A4, por cada página	0,80	TN	-
b. De formato A3, por cada página	0,90	TN	-
9. Fotocópias autenticadas de documentos			
a. Não excedendo uma lauda	3,22	TN	-
b. Por cada lauda que acresça à primeira (referida na alínea a)) ainda que incompleta	2,47	TN	-
10. Termos de responsabilidade, identidade, idoneidade, justificação administrativa ou semelhante	4,82	NS	-
11. Fornecimento de programas de concurso e caderno de encargos			
1.1. Fotocópias em suporte de papel, por cada			
a. A preto e branco, formato A4, com uma face	0,42	TN	-
b. A cores, formato A4, com uma face	0,47	TN	-
c. A preto e branco, formato A4, com duas faces	0,57	TN	-
d. A cores, formato A4, com duas faces	-	TN	-
e. A preto e branco, formato A4, por cada página carimbada	0,42	TN	-
f. A cores, formato A4, por cada página carimbada	0,47	TN	-
1.1. Folha desenhada			
a. Papel transparente, formato A4, por cada	2,63	TN	-
b. Papel transparente, formato A3, por cada	5,26	TN	-

c. Superior a formato, por cada dm ² ou fracção	21,05	TN	-
1.1. Fotocópia em papel ozalid, heliográfico semelhante ou papel normal, por cada m ²	7,17	TN	-
a. A preto e branco, por cada página carimbada	0,43	TN	-
b. A cores, por cada página carimbada	0,48	TN	-
1.1. Cópias em suporte digital, por cada CD-ROM	0,48	TN	-
2. Emissão, renovação e emissão de segunda via de cartões	18,79	TN	-
13. Fornecimento, a pedido dos interessados, de segundas vias de documentos, por cada	5,37	TN	-
14. Fornecimento, a pedido dos interessados, de segundas vias de alvarás	10,74	TN	-
15. Abertura, encerramento e autenticação de livros, por cada	10,74	TN	-
16. Fotocópias simples a preto e branco e por cada página (CDI)			
a. De formato A4	0,08	TN	-
b. De formato A3	0,11	TN	-
17. Cartões para tirar fotocópias (Biblioteca Municipal)			
a. 25 fotocópias	1,32	TN	-
b. 50 fotocópias	2,63	TN	-

Artigo 2.º

Fornecimento de plantas topográficas ou outras	EUROS	IVA	IS
1. Plantas de localização para projectos em película transparente no formato A4, por cada	7,50	NS	-
2. Reprodução de levantamentos topográficos			
a. 1 Carta à escala 1/1000 em papel ozalid	28,11	NS	-
b. 1 Carta à escala 1/1000 em película transparente	50,52	NS	-
c. 1 Carta formato A4 à escala 1/1000 em papel ozalid	5,00	NS	-
d. 1 Carta formato A4 à escala 1/1000 em película transparente	8,59	NS	-
e. 1 Carta formato A3 à escala 1/1000	9,50	NS	-
f. 1 Carta à escala 1/2000 em papel ozalid	14,23	NS	-
g. 1 Carta à escala 1/2000 em película transparente	25,43	NS	-
h. 1 Carta à escala 1/5000 em papel ozalid	11,43	NS	-
i. 1 Carta à escala 1/5000 em película transparente	20,84	NS	-
j. 1 Carta à escala 1/10000 em papel ozalid	7,32	NS	-
k. 1 Carta à escala 1/10000 em película transparente	13,36	NS	-
l. 1 Carta à escala 1/25000 em papel ozalid	4,00	NS	-
m. 1 Carta à escala 1/25000 em película transparente	7,32	NS	-
n. 1 Formato A4 à escala 1/2000, 1/5000, 1/10000 ou 1/25000 em papel ozalid	3,00	NS	-
o. 1 Formato A4 à escala 1/2000, 1/5000, 1/10000 ou 1/25000 em película transparente	5,00	NS	-
p. 1 Formato A3 à escala 1/2000, 1/5000, 1/10000 ou 1/25000	6,00	NS	-
q. Reprodução de plantas arquivadas nos projectos em ozalid, por cada m2 ou fracção	4,82	NS	-
r. Reprodução de plantas arquivadas nos projectos em película transparente, por cada m2 ou fracção	28,11	NS	-

Artigo 3.º

Horários de funcionamento de estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços	EUROS	IVA	IS
1. Horário de funcionamento dentro dos limites regulamentares	20,00	NS	-
2. Alargamento do horário de funcionamento face aos limites regulamentares	50,00	NS	-

CAPÍTULO II
Urbanismo
SECÇÃO I

Loteamentos, obras de urbanização e de edificação

Artigo 4.º

1. Concessão de alvarás de loteamento urbano	EUROS	IVA	IS
1.1. a) Por cada alvará	651,46	NS	IS
b) Por cada lote por ele abrangido	130,48	NS	IS
2. Rectificação de alvarás de loteamento urbano, por cada rectificação	130,54	NS	-
3. Prorrogações do prazo para execução de obras de urbanização, incluídas no loteamento, por ano, são aplicáveis as taxas referidas nos pontos 1.1. e 1.2. do n.º 1 deste artigo, não se contando os lotes para os quais já exista licença ou autorização de construção			

Nota: No caso da rectificação originar aumento de lotes ou da área de construção, acrescem as taxas da alínea b), n.º 1, artigo 4.º e do artigo 5.º.

Artigo 5.º

Realização de infra-estruturas urbanísticas, por m² de área ou m³ de volume de construção prevista	EUROS	IVA	IS
1. Na zona A			
a. Habitação, comércio e serviços/escritórios, por m²	10,74	NS	IS
b. Indústria e armazéns por m³	4,00	NS	IS
c. Garagens individuais ou colectivas e parqueamentos por m²	5,45	NS	IS
2. Na zona B			
a. Habitação, comércio e serviços/escritórios, por m²	7,71	NS	IS
b. Indústria e armazéns por m³	2,51	NS	IS
c. Garagens individuais ou colectivas e parqueamentos por m²	3,88	NS	IS

Artigo 6.º

Taxa geral a aplicar em todas as licenças e autorizações	EUROS	IVA	IS
Por período de 30 dias ou fracção	8,06	NS	IS

Artigo 7.º

Taxas especiais a acumular com a do artigo anterior, quando devidas:	EUROS	IVA	IS
1. Construção, reconstrução ou modificação de muros de suporte ou de vedação e de outras vedações definitivas ou provisórias confinantes com a via pública – por metro linear ou fracção	2,51	NS	-
2. Construção, reconstrução ou modificação de telheiros, hangares, barracões, alpendres, capoeiras e congéneres, quando do tipo ligeiro, e ainda de terraço no prolongamento dos pavimentos dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável em logradouro, esplanada, etc., por metro quadrado ou fracção	2,15	NS	-
3. Obras de construção nova, de ampliação, de reconstrução ou de alteração:			
3.1. Na zona A			
a. Para indústrias ou armazéns por m³	1,21	NS	-
b. Para estabelecimentos comerciais, de serviços e escritórios por m² ou fracção e relativamente a cada piso	3,61	NS	-
c. Para habitação, incluindo anexos, arrecadações e marquises por m² ou fracção e relativamente a cada piso	2,85	NS	-
d. Para garagens individuais ou colectivas, parqueamentos cobertos e outros não previstos nos números anteriores, por m² ou fracção e relativamente a cada piso	1,62	NS	-
3.2. Na zona B			
a. Para indústrias ou armazéns por m³	1,16	NS	-

b. Para estabelecimentos comerciais, de serviços e escritórios por m² ou fracção e relativamente a cada piso	3,54	NS	-
c. Para habitação, incluindo anexos, arrecadações e marquises por m² ou fracção e relativamente a cada piso	2,72	NS	-
d. Para garagens individuais ou colectivas, parqueamentos cobertos, e outros não previstos nos números anteriores, por m² ou fracção e relativamente a cada piso	1,57	NS	-
4. Demolições de edifícios por cada 100 m³	4,82	NS	-

Artigo 8º

Construções/ marquises ou varandas	EUROS	IVA	IS
1. Corpos salientes de construções, na parte projectada sobre áreas públicas (taxas a acumular com as dos artigos 6.º e 7.º), por piso e por m²	7,32	NS	-
2. Marquises ou varandas fechadas quando não constem do projecto inicialmente aprovado por piso e por m²	18,87	NS	-

SECÇÃO II
Licenças de utilização

Artigo 9.º

Licenças de utilização	EUROS	IVA	IS
1. Licença para habitação - por fogo e seus anexos	16,11	NS	IS
2. Outras licenças de utilização - por cada 50 m² ou fracção e relativamente a cada piso	9,58	NS	IS

Artigo 10.º

Licenciamento industrial de estabelecimentos do tipo 4	EUROS	IVA	IS
1. Apreciação dos pedidos de licenciamento da instalação ou de alteração	210,53	NS	-
2. Vistoria relativa ao processo de licenciamento ou resultantes de qualquer facto imputável ao industrial, incluindo a emissão da respectiva licença de exploração industrial	210,53	NS	-
3. Vistoria para verificação das condições do exercício da actividade ou do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos	105,27	NS	-
4. Vistorias de reexame das condições de exploração industrial	210,53	NS	-
5. Averbamento de transmissão	52,63	NS	-
6. Desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos, por máquina ou equipamento	52,63	NS	-
7. Vistoria para verificação de cumprimento das medidas impostas aquando da desactivação definitiva do estabelecimento industrial	210,53	NS	-

Artigo 11.º

Licenças de utilização de estabelecimentos de restauração e/ou bebidas	EUROS	IVA	IS
1. Por alvará concedido	312,40	NS	IS
Ao alvará acrescem as seguintes taxas, em função do uso e dimensão do estabelecimento			
1.1.Com fabrico próprio de pastelaria	124,96	NS	IS
1.2. Estabelecimento com dança			
a. Na Zona A	312,40	NS	IS
b. Na Zona B	187,45	NS	IS
1.3. Estabelecimento com lotação superior a 16 lugares e inferior a 40			
a. Na Zona A	124,96	NS	IS
b. Na Zona B	75,02	NS	IS
1.4. Estabelecimento com lotação superior a 40 lugares			
a. Na Zona A	249,86	NS	IS

b. Na Zona B	149,93	NS	IS
2. Averbamentos em alvarás de licença de utilização para serviços de restauração e/ou bebidas	64,42	NS	IS

Artigo 12.º

Licenças de utilização de comércio ou armazenagem de produtos alimentares bem como de estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços (Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro e Portaria n.º 33/2000, de 28 de Janeiro) de:	EUROS	IVA	IS
1. Estabelecimentos de comércio ou armazenagem de produtos alimentares			
1.1. Comércio por grosso especializado e não especializado de produtos alimentares	322,12	NS	IS
1.2. Comércio a retalho especializado de produtos alimentares	128,85	NS	IS
Com secção de restauração e/ou bebidas, acresce	64,42	NS	-
1.3. Comércio a retalho não especializado de produtos alimentares	128,85	NS	IS
a. Com área superior a 300 metros, acresce	128,85	NS	-
b. Com secção de restauração e/ou bebidas, acresce	64,42	NS	-
c. Com fabrico próprio de pastelaria ou padaria, acresce	64,42	NS	-
1.4. Armazéns de produtos alimentares	214,74	NS	IS
2. Estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares			
2.1. Comércio por grosso	322,12	NS	IS
2.2. Comércio a retalho	161,06	NS	IS
3. Estabelecimentos de prestação de serviços			
3.1. Oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis e/ou motociclos	268,43	NS	IS
3.2. Clínicas veterinárias	268,43	NS	IS
3.3. Lavandarias e tinturarias	161,06	NS	IS
3.4. Salões de cabeleireiro e institutos de beleza	161,06	NS	IS
3.5. Ginásios (Health-clubs)	322,12	NS	IS
Com área superior a 300 metros, acresce	128,85	NS	IS
3.6. Hotéis e outros estabelecimentos de prestação de cuidados a animais de estimação	322,12	NS	IS
4. Averbamentos em alvarás de licença de utilização dos estabelecimentos previstos no Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro	64,42	NS	-

Artigo 13.º

1. Estabelecimentos hoteleiros	EUROS	IVA	IS
a. Com restauração e/ou bebidas	545,60	NS	IS
b. Sem restauração e/ou bebidas	483,17	NS	IS
2. Averbamentos	64,42	NS	-

Artigo 14.º

Radiocomunicações	EUROS	IVA	IS
1. Autorização de instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, por cada	107,37	NS	IS
2. Ocupação do espaço aéreo, por antena e por ano	526,33	NS	IS

Artigo 15.º

Direito de passagem para serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público	%	-	-
Sobre cada factura emitida pelas operadoras de redes	0,25	-	-

Artigo 16.º

Elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	EUROS	IVA	IS
1. Pedido de inspecção periódica, reinspecção e inspecção extraordinária (por cada)	107,37	TN	-
2. Selagem de elevadores (por cada)	85,90	TN	-
3. Inquéritos a acidentes	*	TN	-

* Produto da remuneração por hora de dois técnicos superiores principais de acordo

com a tabela de vencimentos da função pública pelo número de horas, com o máximo de 7 horas.

SECÇÃO III

Vistorias

Artigo 17.º

Vistorias (incluindo deslocações e remunerações de peritos e outras despesas) e inspecção	EUROS	IVA	IS
1. Para licenças de utilização, de constituição em propriedade horizontal e para os efeitos previstos no artigo 9.º do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, na sua actual redacção, por fogo e seus anexos ou por unidade de ocupação estabelecimento, garagem, entre outros.	32,81	NS	-
2. Vistorias necessárias para prorrogação de prazo de obras de reparação e beneficiação	18,87	NS	-
3. Vistorias nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, por cada fogo	50,00	NS	-
4. Vistorias em processos de licença de utilização para serviços de restauração e/ou bebidas e bem assim nos estabelecimentos previstos no DL n.º 370/99, de 18 de Setembro	62,48	NS	-
5. Vistoria para efeito de recepção de trabalhos na via pública	16,11	NS	-
6. Vistoria para efeitos de recepção provisória ou definitiva de obras de urbanização e bem assim para efeitos de redução da caução	300,00	NS	-
7. Outras vistoriais não especialmente previstas	28,11	NS	-

Secção IV

Comissão Arbitral Municipal

Artigo 18.º

Funcionamento da CAM	EUROS	IVA	IS
1. Determinação do Coeficiente de Conservação	150,00	NS	-
2. Definição das obras necessárias para obtenção de nível de conservação superior	75,00	NS	-
3. Submissão de um litígio a decisão da CAM	150,00	NS	-

* As taxas previstas nos nº 1 e 2 são reduzidas a ¼ quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira.

SECÇÃO V

Serviços diversos

Artigo 19.º

Serviços diversos	EUROS	IVA	IS
1. Averbamento em processos de obras particulares e loteamentos	64,42	NS	-
2. Reapreciação de processo de obras, por caducidade do licenciamento ou autorização	93,27	NS	-
3. Depósito de ficha técnica de habitação de prédio ou fracção, por cada exemplar depositado			
a. Em suporte de papel	31,58	NS	-
b. Em suporte de papel e digital	25,26	NS	-
4. Declaração, a pedido de empreiteiros ou de outras pessoas singulares e colectivas, sobre a execução ou conclusão de empreitadas e obras particulares, destinadas ao IMOPPI, por cada			
4.1. Certificação	18,95	NS	-
4.2. Confirmação de declaração	15,79	NS	-

CAPÍTULO III

OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

SECÇÃO I

Ocupação da via pública por motivo de obras

Artigo 20.º

Ocupação da via pública delimitada por tapumes, resguardos ou andaimes	EUROS	IVA	IS
1. Tapumes ou outros resguardos – por cada período de 30 dias ou fracção:			
a. Por metro linear ou fracção do edifício por eles resguardado cabeceiras	1,21	NS	IS
b. Por metro quadrado ou fracção da superfície da via pública	2,09	NS	IS
2. Andaimes – por andar ou pavimento a que correspondam (mas só na parte não definida pelo tapume) – por metro linear ou fracção e por cada 30 dias ou fracção	2,09	NS	IS
3. Plataformas elevatórias, por cada e por 30 dias ou fracção	21,05	NS	IS

Artigo 21.º

Ocupação da via pública fora dos tapumes ou resguardos	EUROS	IVA	IS
1. Caldeiras, monta-cargas de obras, guindastes, pórticos ou tubos de entulho – por unidade e por 30 dias ou fracção	13,36	NS	IS
2. Depósitos de entulho ou materiais e outras ocupações e por m² e cada 30 dias ou fracção	14,23	NS	IS
3. Estaleiros de apoio às obras por cada m² e por dia			
a. Em zona urbana densa	5,26	NS	IS
b. Em zona urbana	2,11	NS	IS
c. Em zona urbana não consolidada ou fora de zona urbana	0,53	NS	IS
3. Vala			
1.1. Pela abertura, por m² e por dia	3,22	NS	IS
1.2. Pelo espaço ocupado (vala e área adjacente), por m² e por dia	3,22	NS	IS

SECÇÃO II

Ocupação do espaço aéreo Artigo 22.º

Ocupação do espaço aéreo	EUROS	IVA	IS
1. Antenas, fios ou cabos telegráficos, telefónicos ou eléctricos, por metro ou fracção e por ano	4,00	NS	IS
2. Guindastes ou semelhantes, por unidade			
a. Por mês	5,44	NS	IS
b. Por ano	65,39	NS	IS
3. Alpendres fixos ou articulados, não integrados nos edifícios, por metro linear de frente ou fracção			
3.1. Por mês			
a. Até um metro de avanço	0,64	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	1,11	NS	IS
3.2. Por semestre			
a. Até um metro de avanço	3,87	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	6,67	NS	IS
3.3. Por ano			
a. Até um metro de avanço	7,79	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	13,36	NS	IS
4. Toldos, por metro linear de frente ou fracção			
4.1. Por mês			
4.1.1. Móveis			
a. Até um metro de avanço	0,35	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	0,58	NS	IS
4.1.2. Fixos			
a. Até um metro de avanço	0,54	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	0,78	NS	IS
4.2. Por semestre			
4.2.1. Móveis			
a. Até um metro de avanço	2,01	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	3,42	NS	IS
4.2.2. Fixos			
a. Até um metro de avanço	3,22	NS	IS
b. Com mais de um metro de avanço	4,71	NS	IS
4.3. Por ano			

4.3.1. Móveis				
a.	Até um metro de avanço	4,01	NS	IS
b.	Com mais de um metro de avanço	6,85	NS	IS
4.3.2 Fixos				
a.	Até um metro de avanço	6,44	NS	IS
b.	Com mais de um metro de avanço	9,41	NS	IS
2. Sanefa de toldo ou de alpendre				
a.	Por mês	0,32	NS	IS
b.	Por semestre	1,82	NS	IS
c.	Por ano	3,66	NS	IS
3. Fita anunciadora, por m² e por mês		9,58	NS	IS
4. Passarelas e outras construções ou ocupações do espaço aéreo, por metro quadrado ou fracção de projecção sobre a via pública				
a.	Por mês	0,81	NS	IS
b.	Por ano	9,58	NS	IS

SECÇÃO III Ocupação do solo e subsolo Artigo 23.º

Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo		EUROS	IVA	IS
1. Construções ou instalações provisórias para o exercício de comércio ou indústria ou outras actividades, por m2				
a.	Por dia	0,85	NS	IS
b.	Por semana	2,80	NS	IS
c.	Por mês	9,39	NS	IS
2. Cabine ou posto de telecomunicações				
a.	Por mês	5,37	NS	IS
b.	Por ano	64,42	NS	IS
3. Postos de transformação, cabinas eléctricas e semelhantes, por metro cúbico ou fracção				
a.	Por mês	0,81	NS	IS
b.	Por ano	9,58	NS	IS
4. Armários e caixas de distribuição ou semelhantes, por m³ ou fracção				
4.1. À superfície				
a.	Por mês	1.073,72	NS	IS
b.	Por ano	12.884,64	NS	IS
4.2. No subsolo				
a.	Por mês	10,74	NS	IS
b.	Por ano	128,85	NS	IS
5. Instalação de cabos ou semelhantes em tubagem municipal existente no subsolo, por metro linear ou fracção e por dia				
a.	Com diâmetro até 125 mm, inclusive	21,47	NS	IS
b.	Com diâmetro entre 125 e 200 mm	32,21	NS	IS
c.	Com diâmetro superior a 200 mm	42,95	NS	IS
6. Ocupação do subsolo com tubos, condutas, cabos condutores ou semelhantes ou de tubagem municipal nele existente, por metro linear ou fracção				
1.1. Por mês:				
a.	Com diâmetro até 125 mm, inclusive	0,08	NS	IS
b.	Com diâmetro entre 125 e 200 mm	0,12	NS	IS
c.	Com diâmetro superior a 200 mm	0,14	NS	IS
2.2. Por ano				
a.	Com diâmetro até 125 mm, inclusive	1,07	NS	IS
b.	Com diâmetro entre 125 e 200 mm	1,11	NS	IS
c.	Com diâmetro superior a 200 mm	1,14	NS	IS
7. Depósitos subterrâneos de gás ou outros semelhantes, por m3				
a.	Por mês	2,29	NS	IS
b.	Por semestre	13,78	NS	IS
c.	Por ano	27,56	NS	IS
8. Quiosques ou bancas destinados exclusivamente a venda de jornais, revistas e tabaco, por metro quadrado ou fracção				
a.	Por mês	4,82	NS	IS
b.	Por semestre	28,93	NS	IS
c.	Por ano	57,85	NS	IS

9. Quiosques ou bancas destinados exclusivamente a venda de outros produtos, por metro quadrado ou fracção			
a. Por mês	8,06	NS	IS
b. Por semestre	48,38	NS	IS
c. Por ano	96,76	NS	IS
10. Recintos itinerantes ou improvisados, utilizados na Feira das Festas do Concelho ou em eventos semelhantes, por m² e por dia	2,68	NS	IS
11. Ocupação de um lugar de estacionamento para fim diverso em zona não tarifada, por cada, por dia ou fracção	12,63	NS	IS

Secção IV
Outras ocupações
Artigo 24.º

Ocupações diversas	EUROS	IVA	IS
1. Postes e marcos, por cada			
1.1. Para suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, por ano	2,51	NS	IS
1.2. Para decorações (mastros), por dia	0,82	NS	IS
1.3. Para colocação de anúncios			
a. Por mês	9,58	NS	IS
b. Por ano	114,86	NS	IS
2. Esplanadas fechadas, fixas ou amovíveis, não integradas nos edifícios, por m² ou fracção			
a. Por mês	8,06	NS	IS
b. Por semestre	48,38	NS	IS
c. Por ano	96,76	NS	IS
3. Esplanadas abertas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis, por m² ou fracção da área total			
1.1 Com estrado			
a. Por mês	1,21	NS	IS
b. Por semestre	7,28	NS	IS
c. Por ano	14,56	NS	IS
1.1 Sem estrado			
a. Por mês	1,21	NS	IS
b. Por semestre	7,28	NS	IS
c. Por ano	14,56	NS	IS
4. Guarda-ventos anexos aos locais ocupados na via pública, por metro linear			
a. Por mês	2,15	NS	IS
b. Por semestre	12,88	NS	IS
c. Por ano	25,77	NS	IS
5. Arcas congeladoras ou de conservação de gelados, máquinas de assar frangos, máquinas de jogos, máquinas de tiragem de gelados, bebidas ou de tabaco ou outras semelhantes, por m² ou fracção			
a. Por mês	2,45	NS	IS
b. Por semestre	14,68	NS	IS
c. Por ano	29,38	NS	IS
6. Jornais, revistas ou livros no exterior de edifícios confinantes com a via pública, por m² ou fracção			
a. Por mês	0,81	NS	IS
b. Por semestre	4,79	NS	IS
c. Por ano	9,58	NS	IS
7. Fazendas e outros objectos no exterior de edifícios confinantes com a via pública, por m² ou fracção			
a. Por mês	2,34	NS	IS
b. Por semestre	14,05	NS	IS
c. Por ano	28,11	NS	IS
8. Bilhas ou garrafas de gás butano, por cada			
a. Por mês	0,78	NS	IS
b. Por semestre	4,71	NS	IS
c. Por ano	9,41	NS	IS
9. Outras ocupações não previstas nas alíneas anteriores, por m² ou fracção e por mês	1,67	NS	IS

CAPÍTULO IV
Publicidade
Artigo 25.º

1. Exibição transitória de publicidade em carro, avião ou qualquer outra forma, por cada anúncio ou reclamo	EUROS	IVA	IS
---	-------	-----	----

a. Por dia	4,00	NS	IS
b. Por semana	18,87	NS	IS
2. Exibição de publicidade em viaturas, por m² ou fracção			
2.1. Por mês			
a. Veículos automóveis	2,42	NS	IS
b. Táxis	2,42	NS	IS
2.2. Por ano			
a. Veículos automóveis	29,03	NS	IS
b. Táxis	29,03	NS	IS

Artigo 26.º

Publicidade diversa	EUROS	IVA	IS
1. Afixação de cartazes em vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes por cada, por m² e por mês	1,27	NS	IS
2. Publicidade em chapas, placas, tabuletas, frisos, toldos, sanefas, palas, bandeiras, pendões e semelhantes, por m² ou fracção			
a. Por mês	4,00	NS	IS
b. Por semestre	11,79	NS	IS
c. Por ano	23,58	NS	IS
3. Painéis electrónicos, por m² ou fracção			
3.1. Rotativos			
a. Por mês	4,00	NS	IS
b. Por semestre	11,79	NS	IS
c. Por ano	23,58	NS	IS
3.2. Fixos			
a. Por mês	10,74	NS	IS
b. Por semestre	64,42	NS	IS
c. Por ano	128,85	NS	IS
4. Publicidade em balões, insufláveis ou outros semelhantes no espaço aéreo			
a. Por dia	4,00	NS	IS
b. Por semana	28,03	NS	IS
c. Por mês	120,15	NS	IS
5. Publicidade em mupis, painéis, abrigos, colunas, quiosques e semelhantes, incluindo os rotativos, por m² ou fracção			
a. Por mês	4,00	NS	IS
b. Por semestre	11,79	NS	IS
c. Por ano	23,58	NS	IS
6. Publicidade integrada em elementos urbanos visíveis da via pública – mesas, cadeiras, guarda-sóis, caixotes de resíduos, floreiras, guarda-ventos, arcas, entre outros, por cada unidade			
a. Por mês	0,37	NS	IS
b. Por semestre	2,21	NS	IS
c. Por ano	4,42	NS	IS
7. Publicidade em letras soltas, por m²			
a. Por mês	1,26	NS	IS
b. Por semestre	7,58	NS	IS
c. Por ano	15,16	NS	IS
8. Distribuição de panfletos, folhetos ou produtos publicitários, entre outros, em locais públicos, por dia ou fracção			
a. Por dia	3,22	NS	IS
b. Por semana	22,55	NS	IS
c. Por mês	94,63	NS	IS
9. Publicidade em vitrinas, mostradores e semelhantes, por m² ou fracção			
a. Por mês	1,18	NS	IS
b. Por semestre	7,12	NS	IS
c. Por ano	14,24	NS	IS
10. Anúncios luminosos, por metro quadrado ou fracção			
Por mês	1,18	NS	IS
a. Por semestre	6,95	NS	IS
b. Por ano	14,24	NS	IS
11. Frisos luminosos, quando sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição, por metro linear ou fracção			
a. Por mês	0,20	NS	IS
b. Por ano	2,51	NS	IS

Artigo 27.º

Publicidade na rádio, televisão, vídeo ou projecções, fazendo emissões directas com fins publicitários na ou para a via pública	EUROS	IVA	IS
a. Por dia	3,31	NS	IS
b. Por semana	23,58	NS	IS
c. Por mês	99,16	NS	IS

CAPÍTULO V
Trânsito

SECÇÃO I
Sinalização temporária

Artigo 28.º

1. Sinalização temporária de obras			
1.1. Sinais e setas, por unidade			
a. Pela cedência	33,97	TN	-
b. Por cada dia de utilização	6,91	TN	-
1.2. Painéis, por m²			
a. Pela cedência	40,64	TN	-
b. Por cada dia de utilização	8,54	TN	-

Nota: Qualquer cedência de sinais, setas ou painéis implica o prévio pagamento de caução, pelos seguintes montantes:

- a) Painéis, por m² – 154,52 €
- b) Sinais e setas, por unidade – 123,61 €

Secção II
Condicionamento e corte de trânsito
Artigo 29.º

Condicionamento e corte de trânsito	EUROS	IVA	IS
1. Autorização de condicionamento de trânsito, por dia ou fracção	107,37	NS	-
2. Autorização de corte de trânsito, por dia ou fracção	536,86	NS	-

SECÇÃO III
Parqueamento, bloqueamento e remoção de veículos
Artigo 30.º

Reserva de lugares de estacionamento na via pública para operações de cargas e descargas, por mês *

	1.ª hora	2.ª hora	3.ª hora	4.ª hora	5.ª hora	6.ª hora	7.ª hora	8.ª hora e ss.
Período nocturno reduzido: Entre as 0 h e as 7 h	0 €	0,54 €	0,81 €	1,35 €	2,15 €	4,03 €	6,72 €	Em cada hora acresce 50% ao valor da hora imediatamente anterior
Período nocturno normal: Entre as 20 h e as 24 h	0,54 €	0,81 €	1,35 €	2,15 €	4,03 €	6,72 €	10,74 €	
Período diurno normal: Das 7 h às 10 h e das 17 h às 20 h	0,81 €	1,35 €	2,15 €	4,03 €	6,72 €	10,74 €	16,11 €	
Período diurno agravado: Entre as 10 h e as 17 h	1,35 €	2,15 €	4,03 €	6,72 €	10,74 €	16,11 €	26,84 €	

* TN e IS

Artigo 31.º

1. Remoção de veículos*	EUROS	IVA	IS
1.1. Ligeiros			
a. Dentro de uma localidade	50,00	TN	-
b. Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km, contados desde o local da remoção até ao local do depósito do veículo	60,00	TN	-
c. Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada km percorrido para além dos primeiros 10	1,00	TN	-
1.1. Pesados			
a. Dentro de uma localidade	100,00	TN	-
b. Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km contados desde o local da remoção até ao local do depósito do veículo	120,00	TN	-
c. Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada km percorrido para além dos primeiros 10	2,00	TN	-
1.1. Ciclomotores e outros veículos a motor			
a. Dentro de uma localidade	20,00	TN	-
b. Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km contados desde o local da remoção até ao local do depósito do veículo	30,00	TN	-
c. Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada km percorrido para além dos primeiros 10	0,80	TN	-
2. Depósito de veículos (por dia ou fracção, a contar da data de entrada do veículo) *			
2.1. Ligeiros	10,00	TN	-
2.2. Pesados	20,00	TN	-
2.3. Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor	5,00	TN	-
3. Bloqueamento de veículos*			
3.1. Ligeiros	30,00	TN	-
3.2. Pesados	60,00	TN	-
3.3. Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor	15,00	TN	-

* As taxas são fixadas nos termos da Portaria n.º 1424/2001, de 13 de Dezembro

CAPÍTULO VI

Táxis, licenças de condução de ciclomotores, motociclos, tractores e reboques e utilização de máquinas e serviços municipais

Secção I
Táxis

Artigo 32.º

Táxis	EUROS	IVA	IS
1. Emissão de licença	118,00	NS	IS
2. Emissão de 2.ª via da licença	26,32	NS	-
3. Averbamento por transferência de propriedade ou mudança de veículo	26,84	NS	-

Secção II

Licenças de condução de ciclomotores, motociclos, tractores agrícolas e reboques

Artigo 33.º

Ciclomotores, motociclos, tractores e reboques	EUROS	IVA	IS
1. Licenças de condução de ciclomotores, motociclos, tractores agrícolas e reboques	6,86	NS	IS
2. Licenças de condução de ciclomotores, motociclos, tractores e reboques, emitidas pela DGV	6,86*	NS	IS
3. Averbamento da licença de condução	,27	NS	-
4. 2.ªs vias de livretes	6,27	NS	-

* A deduzir o valor do modelo 1483 (licença de condução)

Secção III

Utilização de máquinas e serviços municipais

Artigo 34.º

Utilização de máquinas e serviços municipais, por cada e por hora	EUROS	IVA	IS
1. Tractor sem reboque			
a. Com operador	30,53	TN	-
b. Sem operador	21,05	TN	-
2. Tractor com reboque			
a. Com operador	33,69	TN	-
b. Sem operador	24,21	TN	-
3. Dumper			
a. Com operador	30,53	TN	-
b. Sem operador	21,05	TN	-
4. Mini-pá carregadora			
a. Com operador	33,69	TN	-
b. Sem operador	24,21	TN	-
5. Abre – valas			
a. Com operador	30,53	TN	-
b. Sem operador	21,05	TN	-
6. Máquina de pequeno porte			
a. Com operador	30,53	TN	-
b. Sem operador	21,05	TN	-
7. Veículo com peso bruto superior a 3,5 T			
a. Com operador	42,11	TN	-
b. Sem operador	26,32	TN	-
8. Veículo com peso bruto inferior a 3,5 T			
a. Com operador	36,84	TN	-
b. Sem operador	21,05	TN	-
9. Mão-de-obra, por pessoa			
a. Por hora	13,68	TN	-
b. Por dia*	90,53	TN	-
10. Motorista de autocarro **			
10.1. Dias úteis			
a. Por hora	5,50	TN	-
b. Por dia*	38,00	TN	-
10.2. Dias de descanso			
a. Por hora	7,50	TN	-
b. Por dia*	60,00	TN	-
11. Autocarro			
11.1. Por Km***	0,50	TN	-

* 7 horas

** Mínimo 4 horas

*** Custo médio autocarro por Km percorrido

CAPÍTULO VII

Postos de abastecimento de combustíveis

SECÇÃO I

Postos de abastecimento de combustíveis, ar e água

Artigo 35.º

Unidades de abastecimento de combustível	EUROS	IVA	IS
1. Instaladas na via pública, por cada			
a. Por mês	232,59	NS	-
b. Por semestre	1.395,53	NS	-
c. Por ano	2.791,07	NS	-
2. Instaladas em propriedade particular, por cada			
a. Por mês	116,27	NS	-
b. Por semestre	697,57	NS	-
c. Por ano	1.395,15	NS	-
Tendo mais de uma espécie de carburante, são cobrados mais 50% do valor estabelecido nas alíneas a), b) ou c) do n.º 1, consoante a licença seja, respectivamente, mensal, semestral ou anual			

Artigo 36.º

1. Tomadas de ar ou de água	EUROS	IVA	IS
1.1. Unidades ou tomadas de ar ou de água instaladas ou abastecendo na via pública, por cada			
a. Por mês	15,52	NS	-
b. Por semestre	93,11	NS	-
c. Por ano	186,22	NS	-
1.2. Unidades ou tomadas de ar ou água instaladas em propriedade particular, por cada			
a. Por mês	11,64	NS	-
b. Por semestre	69,88	NS	-
c. Por ano	139,76	NS	-
2. Bombas volantes, abastecendo na via pública, por cada			
a. Por mês	19,40	NS	-
b. Por semestre	116,40	NS	-
c. Por ano	232,81	NS	-
3. Tomadas de ar instaladas noutras bombas, por cada			
a. Por mês	7,77	NS	-
b. Por semestre	46,63	NS	-
c. Por ano	93,27	NS	-
4. Tomadas de água, abastecendo na via pública, por cada			
a. Por mês	5,83	NS	-
b. Por semestre	35,01	NS	-
c. Por ano	70,02	NS	-

Artigo 37.º

Depósitos subterrâneos, por m3			
a. Por mês	2,29	NS	IS
b. Por semestre	13,78	NS	IS
c. Por ano	27,56	NS	IS

Artigo 38.º

Licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimentos de combustíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro

O valor da Taxa Base (TB) é de 100 €

Capacidade total dos reservatórios (m³) [C]	100 ≤ C <500	50 ≤ C <100	10 ≤ C <50	C <10
Apreciação dos pedidos de aprovação dos projectos de construção e de alteração	5 TB acrescido de 0,1 TB por cada 10 m³ [ou fracção] acima de 100 m³	5 TB	4 TB	2,5 TB
Licença de exploração	2 TB	2 TB	2 TB	2 TB
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	3 TB	2 TB	1,5 TB	1 TB
Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	3 TB	2TB	2 TB	2 TB
Vistorias periódicas	8 TB	5 TB	4 TB	2 TB
Repetição da vistoria para verificação das condições impostas	6 TB	4 TB	3 TB	2 TB
Averbamentos	1 TB	1 TB	1 TB	1 TB

CAPÍTULO VIII

Cemitérios

SECÇÃO I

Inumação, sepulturas, jazigos, ossários e outras instalações em cemitérios municipais

Artigo 39.º

1. Inumações em covais	EUROS	IVA	IS
1.1. Sepulturas temporárias	35,00	NS	-

1.2. Sepulturas perpétuas			
a. Em caixão de madeira	40,00	NS	-
b. Em caixão de chumbo e zinco	50,00	NS	-
2. Inumações em nichos			
	20,00	NS	-
3. Inumações em jazigos			
a. Particulares	111,89	NS	-
b. Duwe	26,87	NS	-
4. Inumações em jazigos municipais e sua ocupação			
a. Por cada período de um ano ou fracção	114,33	NS	-
b. Com carácter de perpetuidade	2.000,00	NS	-
5. Exumação de ossadas, por cada, incluindo limpeza e trasladação de ossada, dentro ou para fora do cemitério			
	40,00	NS	-
6. Ocupação de ossário municipal			
1.1. Primeira ossada			
a. Por cada período de um ano ou fracção	35,00	NS	-
b. Com carácter de perpetuidade	500,00	NS	-
6.2 Outras ossadas			
a. Por cada período de um ano ou fracção	2,63	NS	-
b. Com carácter de perpetuidade	44,74	NS	-
7. Depósito transitório de caixões			
a. Pelo período de 24 horas ou fracção	5,98	NS	-
b. Pelo período de 15 dias ou fracção, para efeito de obras	8,65	NS	-
8. Trasladação			
	15,92	NS	-
9. Depósito temporário de urnas em câmaras frigoríficas, por urna e por dia			
	10,74	NS	-

Nota: Pela emissão de licença de obras em jazigos e sepulturas perpétuas ou pela prorrogação do prazo para a execução de obras determinadas pela Câmara são cobradas as taxas e aplicadas as normas fixadas no capítulo II Urbanismo, secção I – loteamentos, obras de urbanização e de edificação.

SECÇÃO II

Serviços

Artigo 40.º

Capela mortuária	EUROS	IVA	IS
1. Utilização da capela e sua decoração (inclui banquetta, tarimba e tocheiros)	20,00	TN	-
2. Utilização de capela mortuária, no Cemitério Municipal de Carnaxide			
a. Período de 24 horas	60,00	TN	-
b. Para além das 24 horas, por cada hora	6,00	TN	-
3. Averbamento em título de jazigo ou de sepultura perpétua			
a. Classes sucessíveis, nos termos da alínea a) a e) do art. 2133º do Código Civil	35,00	NS	-
b. Averbamento para outras pessoas	150,00	NS	-
4. Soldadura de caixão fora do cemitério			
a. Dentro das horas de expediente	23,58	TN	-
b. Fora das horas de expediente	37,45	TN	-
5. Jarra, por unidade			
	3,16	TN	-

SECÇÃO III

Concessões

Artigo 41.º

Concessão de terrenos	EUROS	IVA	IS
1. Para sepultura perpétua	3.000,00	NS	-
2. Para jazigos, por cada metro quadrado	1.172,47	NS	-

CAPÍTULO IX

Mercados e Feiras

SECÇÃO I

Lojas, bancas e terrados em Mercados

Artigo 42.º

Lojas em mercados municipais, por m² e por mês	EUROS	IVA	IS
1. Nos Mercados Municipais de Algés, Oeiras, Paço de Arcos, Carnaxide, Tercena, Queijas , Porto Salvo e Caxias	9,58	I	-
2. No Mercado Municipal de Linda-a-Velha	4,82	I	-

Artigo 43.º

Bancas em mercados municipais, por m²	EUROS	IVA	IS
1. Mercado de Leceia			
a. Por dia	0,82	I	-
b. Por mês	4,82	I	-
2. Mercado de Algés			
a. Por dia	1,27	I	-
b. Por mês	20,00	I	-
3. Outros Mercados			
a. Por dia	1,27	I	-
b. Por mês	14,24	I	-

Artigo 44.º

Lugares de terrado em lojas e bancas dos mercados municipais, até 2 metros de fundo, por metro linear ou fracção de frente	EUROS	IVA	IS
1. Mercado de Leceia			
a. Por dia	0,82	I	-
b. Por mês	4,82	I	-
2. Mercado de Algés			
2.1. Venda de peixe			
a. Por dia	1,27	I	-
b. Por mês	20,00	I	-
2.2. Venda de outros produtos			
a. Por dia	0,95	I	-
b. Por mês	15,00	I	-
3. Outros Mercados			
a. Por dia	1,27	I	-
b. Por mês	14,24	I	-

SECÇÃO II

Mercados de Levante

Artigo 45.º

Mercados de Levante (Porto Salvo), por cada espaço, até 2 metros de fundo, por metro linear ou fracção de frente	EUROS	IVA	IS
b. Por dia	2,51	I	-
c. Por mês	28,11	I	-

SECÇÃO III
Feiras e venda ambulante

Artigo 46.º

Feiras	EUROS	IVA	IS
1. Feiras de Velharias, por cada espaço, até 2 metros de fundo e por 3 metros lineares ou fracção de frente, por dia	2,00	I	-
2. Utilização de espaço de feira a título accidental, por dia	7,35	I	-
3. Feira dos Minerais, num espaço de 1,00m x 0,90m	45,00	I	-
4. Vendedores ambulantes *			
4.1. Licença anual	14,24	NS	IS
4.2. Renovação de licença	9,58	NS	IS

* Com excepção dos vendedores de lotaria.

SECÇÃO IV
Diversos

Artigo 47.º

1. Autorização de utilização de empregados	EUROS	IVA	IS
1.1. Em mercados municipais	42,61*	NS	-
1.2. Em feiras de velharias	15,79*	NS	-
2. Arrecadação em armazéns comuns dos mercados, por cada volume/tipo e por mês	2,15	TN	-
3. Arrecadação em cave ou piso superior de loja concessionada de mercado municipal, por mês	2,51	TN	-
4. Utilização do frigorífico, por volume/tipo e por dia	1,27	TN	-
5. Inspeção higio-sanitária a veículos de transporte e distribuição de víveres	16,70	NS	-
6. Gelo, por cada caixa de 20 kg	1,05	TN	-

* Inclui emissão de cartão

CAPÍTULO X
Animais

Artigo 48.º

Animais	EUROS	IVA	IS
1. Penso a animais, por animal e por dia ou fracção			
1.1. Canídeos e felinos	1,62	TN	-
1.2. Animais de capoeira	0,93	TN	-
1.3. Outros animais	6,85	TN	-
2. Inserção de microchip para identificação electrónica de animais	10,93	TN	-
3. Utilização de parques destinados a canídeos, por animal e por dia ou fracção	2,15	TN	-
4. Recolha ou abate de animal a pedido do proprietário	9,58	TN	-

CAPÍTULO XI
Caça

Artigo 49.º

Licença de caça e alvará de armeiro	EUROS	IVA	IS
1. Licença pelo exercício da caça*	-	NS	IS
2. Alvará de armeiro			
2.1. Emissão	26,32	NS	IS
2.2. Renovação	21,05	NS	IS

* As taxas a cobrar são estabelecidas de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis

CAPÍTULO XII
Pedreiras
Artigo 50.º

Minas e massas minerais	EUROS	IVA	IS
1. Registo de minas e de nascentes de água mineromedicinais	63,98	NS	-

2. Massas minerais – pedreiras a céu aberto*			
2.1. Parecer de localização, por m² (com um mínimo de 200)	0,005	NS	-
2.2. Licença de exploração, por m² de área de exploração (com um mínimo de 500)	0,02	NS	IS
2.3. Vistoria trienal, por m² de área de exploração (com um mínimo de 100)	0,02	NS	-
2.4. Vistoria de verificação das condições	526,33	NS	-
2.5. Pedido de transmissão da licença de exploração	157,90	NS	-
2.6. Revisão do plano de pedreira, por m² de área de exploração (com um mínimo de 250)	0,01	NS	-
2.7. Pedido de suspensão da exploração	157,90	NS	-
2.8. Processo de desvinculação da caução, por m² de área de exploração (com um mínimo de 400)	0,01	NS	-

* Taxas fixadas de acordo com o anexo à Portaria n.º 401/2002, de 18 de Abril

CAPÍTULO XIII

Instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, medições acústicas e ruído

Secção I

Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos

Artigo 51.º

Recintos de espectáculos e de divertimentos públicos	EUROS	IVA	IS
1. Licença de instalação e funcionamento de recintos itinerantes (circos, praças de touros ambulantes, pavilhões de diversão, carroséis, pistas de carros de diversão e outros divertimentos mecanizados)			
1.1. Primeiro dia	26,84	NS	IS
1.2. A partir do segundo dia	5,00	NS	IS
2. Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados (tendas, barraquinhas e similares, palanques, estrados, palcos e bancadas provisórias), por dia			
2.1. Primeiro dia	26,84	NS	IS
2.2. A partir do segundo dia	5,00	NS	IS
3. Licença de recinto para espectáculos de natureza artística	26,84	NS	IS
4. Vistoria para efeitos de emissão de licença de recintos itinerantes/improvisados ou de licença de recinto	30,00	NS	-

Secção II

Medições acústicas e ruído

Artigo 52.º

Medições acústicas e ruído	EUROS	IVA	IS
1. Medições acústicas	179,15	TN	-
2. Licença de ruído por motivo de realização de obras, por hora	10,74	NS	IS
3. Licença especial de ruído por motivo de realização de obras, no período de interdição, por hora	21,05	NS	IS
4. Licença especial de ruído para actividades ruidosas temporárias, espectáculos de diversão, fogo de artifício, lançamento de foguetes e semelhantes			
4.1. Primeiro dia			
a. Até às 0 horas	10,74	NS	IS
b. Para além das 0 horas*	35,00	NS	IS
4.2. A partir do segundo dia	5,00	NS	IS

* O montante previsto na alínea b) acresce ao da alínea a) quando o pedido respeitar a período que ultrapasse as 0 horas

CAPÍTULO XIV

Licenciamento de actividades diversas e utilização de instalações municipais

Secção I

Licenciamento de actividades diversas

Artigo 53.º

Licenciamento de actividades diversas	EUROS	IVA	IS
1. Guarda-nocturno, por ano	16,11	NS	IS
2. Venda ambulante de lotarias, por ano	5,37	NS	IS
3. Arrumador de automóveis, por ano	5,37	NS	IS
4. Realização de acampamentos ocasionais, por dia	5,37	NS	IS
5. Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre			
5.1. Primeiro dia			
a. Provas desportivas, por dia	16,11	NS	IS
b. Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos, por dia	15,00	NS	IS
c. Fogueiras populares (Santos Populares), por dia	5,50	NS	IS
5.2. A partir do segundo dia	5,00	NS	IS
6. Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, por ano	25,00	NS	IS
7. Realização de fogueiras e queimadas, por dia	5,37	NS	IS
8. Realização de leilões em lugares públicos			
a. Com fins lucrativos, por evento	30,00	NS	IS
b. Sem fins lucrativos, por evento	5,37	NS	IS
9. Exploração de máquinas de diversão, por cada máquina			
a. Licença de exploração	107,37	NS	IS
b. Registo	107,37	NS	-
a. Averbamento por transferência de propriedade	53,69	NS	-
d. 2.ª via do título de registo	37,58	NS	-
e. Alteração do local de exploração da máquina	37,58	NS	-

Secção II

Utilização de instalações municipais

Artigo 54.º

1. Utilização de espaços municipais edificados para fins de publicidade, filmagens ou outras actividades comerciais, por dia	EUROS	IVA	IS
1.1. Espaço de interesse histórico			
a. Sala inferior a 100 m²	105,27	TN	-
b. Sala com área compreendida entre 100 m² e 200 m²	210,53	TN	-
c. Sala com área superior a 200m²	315,80	TN	-
1.2. Mercados municipais			
a. Área inferior a 100m²	52,63	TN	-
b. Área compreendida entre 100 m² e 200 m²	105,27	TN	-
c. Área superior a 100m²	210,53	TN	-
1.3.Outros espaços edificados municipais			
a. Área inferior a 100 m²	26,32	TN	-
b. Área compreendida entre 100 m² e 200 m²	52,63	TN	-
c. Área superior a 200 m²	105,27	TN	-
2. Utilização de espaços exteriores municipais ou sob gestão municipal para fins de publicidade, filmagens ou outras actividades comerciais, por dia			
2.1. Espaços classificados como património nacional ou de interesse municipal			
a. Área inferior a 100m²	52,63	TN	-
b. Área compreendida entre 100m² e 200 m²	157,90	TN	-
c. Área superior a 200m²	315,80	TN	-
2.2. Jardins e Parques			
3. Espaços vedados, com abertura e encerramento ao público			

a. Por dia	1.000,00	TN	-
b. Por ½ dia	750,00	TN	-
2.2.2. Espaços Verdes			
a. 1. Área inferior a 100 m² por dia	200,00	TN	-
a. 2. Área inferior a 100 m2, por ½ dia	150,00	TN	-
b. 1. Área compreendida entre 100m² e 200 m² por dia	300,00	TN	-
b. 2. Área compreendida entre 100 m2 e 200 m2, por ½ dia	200,00	TN	-
c. 1. Área superior a 200 m² por dia	500,00	TN	-
c. 2. Área superior a 200 m2, por ½ dia	300,00	TN	-
2.2.3. Outros espaços			
c. 1. Área inferior a 100 m² por dia	150,00	TN	-
a. 2. Área inferior a 100 m2, por ½ dia	90,00	TN	-
d. 1. Área compreendida entre 100 m² e 200 m² por dia	200,00	TN	-
b. 2. Área compreendida entre 100 m2 e 200 m2, por ½ dia	130,00	TN	-
e. 1. Área superior a 200 m² por dia	300,00	TN	-
c. 2. Área superior a 200 m2, por ½ dia	190,00	TN	-

Artigo 55.º

1. Utilização de espaços na Fábrica da Pólvora de Barcarena, por dia	EUROS	IVA	IS
1.1. Auditório	350,00	TN	-
1.2. Anfiteatro do Pátio do Enxugo	1.150,00	TN	-
1.3. Jardim das Oliveiras	780,00	TN	-
1.4. Sala do Salitre	380,00	TN	-
1.5. Galeria das Azenhas	263,17	TN	-
1.6. Pátio do Sol / Área de entrada	1.150,00	TN	-
1.7. Zona da Caldeira de Cima	780,00	TN	-
1.8. Edifício 49	684,23	TN	-
1.9. Edifício 51	400,00	TN	-
1.10. Espaços exteriores/ parque urbano, por zona	750,00	TN	-
2. Filmagens, para fins comerciais, na Fábrica da Pólvora			
a. Por dia*	1.250,00	TN	-
b. Por ½ dia**	720,00	TN	-
c. Por cada hora suplementar	210,00	TN	-
3. Fotografias, para fins comerciais, na Fábrica da Pólvora			
a. Por dia*	750,00	TN	-
b. Por ½ dia **	400,00	TN	-
c. Por cada hora suplementar	120,00	TN	-
4. Filmagens / Fotografias no interior do Museu da Pólvora Negra – Edifício da Casa dos Engenhos			
a. Por dia	5.000,00	TN	-
b. Por ½ dia	2.500,00	TN	-
c. Por cada hora suplementar	500,00	TN	-
5. Acesso ao Museu da Pólvora Negra			
a. Bilhete normal, por cada	1,25	I	-
b. Bilhete reduzido, por cada (1)	0,50	I	-
6. Actividades complementares à Programação do Museu (2)			
a. Por pessoa (3)	1,00	TN	-
b. Restantes situações	2,00	TN	-
2. Festas Temáticas (4)			
a. Por pessoa	3,00	TN	-
3. Desdobráveis/ Brochuras (5)			
a. Por unidade	0,50	I	-

* 8 horas

** 4 horas

(1) Mediante a apresentação de documento comprovativo dos visitantes aludidos nas alíneas a), b), c) e d) do nº 3 do art. 51º do Regulamento

(2) Ateliers, oficinas, teatro de fantoches, entre outras actividades – podendo ser gratuitas em eventos ou datas relevantes, carecendo de autorização superior prévia.

(3) Municípes e participantes provenientes de entidades do Concelho de Oeiras, mediante a apresentação de documento comprovativo.

(4) Dinamizadas por entidades externas, mas seleccionadas pela autarquia sendo que é sempre obrigatória a visita ao Museu da Pólvora Negra, complementada por uma actividade extra ligada à temática do museu, desenvolvida em espaço próprio e adequado, sendo o público-alvo as crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos.

(5) Materiais impressos de suporte a visitas ou actividades, no âmbito da temática do museu.

Artigo 56.º

Utilização de espaços no Forte de S. Bruno, Paço Real de Caxias, Palácio dos Arcos e Palácio Marquês de Pombal	EUROS	IVA	IS
1. Eventos culturais sem fins lucrativos	Gratuito	TN	-
2. Eventos culturais/recreativos com fins lucrativos	118,50	TN	-
3. Eventos com fins comerciais *	189,60	TN	-

* Filmagens, gravações, fotografias, entre outras

Artigo 57.º

Espaço Jovem de Carnaxide	EUROS	IVA	IS
1. Ingresso no auditório	2,11	TN	-
2. Cedência de salas			
a. Por hora*	5,26	TN	-
b. Por dia**	26,32	TN	-

* se a utilização não exceder as 10 horas consecutivas

** se a utilização exceder as 10 horas consecutivas

Artigo 58.º

Sala Multiusos do Centro de Juventude de Oeiras	EUROS	IVA	IS
1. Cedência de sala			
a. Por hora*	5,26	TN	-
b. Por dia**	26,32	TN	-
2. Fotocópias simples a preto e branco, por cada página	0,05	TN	-
3. Impressões a preto e branco e a cores, por cada página	0,11	TN	-

* se a utilização não exceder as 13 horas consecutivas

** se a utilização exceder as 13 horas consecutivas

Artigo 59.º

1. Inscrição em cursos e ateliers	EUROS	IVA	IS
1.1. Curso de iniciação à fotografia – Nível I (60 horas)	15,79	TN	-
1.2. Curso de iniciação à fotografia – Nível II (120 horas)	21,05	TN	-
1.3. Curso de História e Património	25,00	I	-
2. Outros cursos e ateliers			
a. Até 50 horas	10,53	TN	-
b. Mais de 50 horas	21,05	TN	-

Artigo 60.º

Carta Europeia de Condução Informática	EUROS	IVA	IS
1. Cartão de registo de competência informática (CRCI), por cada	60,00	TN	-
2. Módulo de exame, por cada	10,00	TN	-

Capítulo XV Diversos

Artigo 61.º

Refeitórios Escolares dos Jardins de Infância e das Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública	EUROS	IVA	IS
Senhas de refeição, por unidade			
a. Escalão A	Gratuito	-	-
b. Escalão B	0,67	NS	-
c. Escalão C	1,34	NS	-

Artigo 62.º

Depósito de bens	EUROS	IVA	IS
Depósito de bens de particulares em instalações municipais, por dia ou fracção e por m²	0,54	TN	-

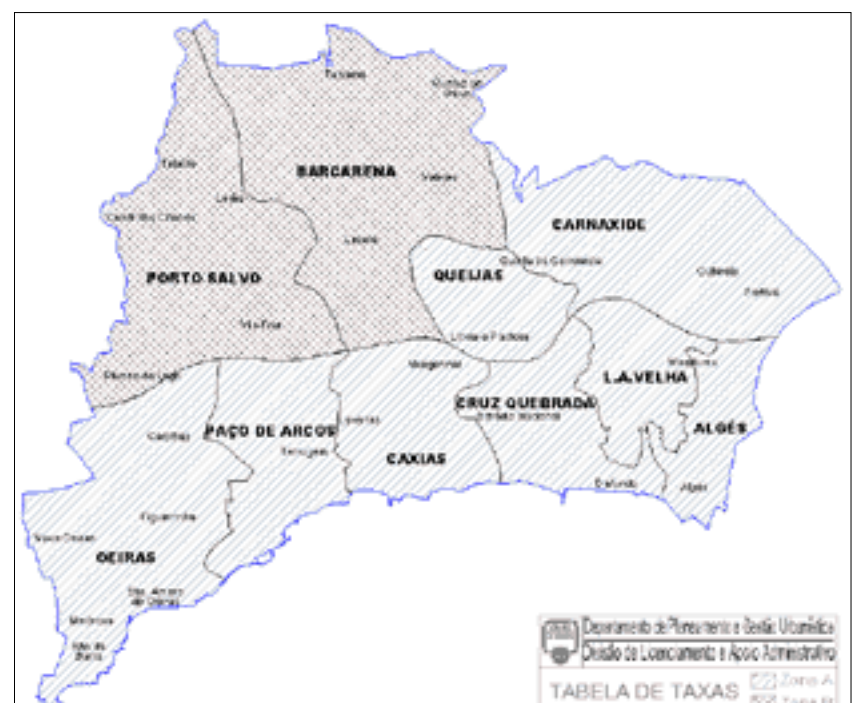
Artigo 63.º

Balneários	EUROS	IVA	IS
Utilização de balneários, por cada utilização – água quente	0,64	TN	-

Artigo 64.º

Venda de bens diversos*	EUROS	IVA	IS
Guia Turístico	3,33	5%	-
Roteiro Gastronómico	5,70	5%	-
Jarras	72,68	TN	-
Porta-canetas	14,22	TN	-
Saleiros/ Cinzeiro pequeno	21,33	TN	-
Conjunto de café	13,43	TN	-
Tinteiros	100,33	TN	-
Cinzeiros/Travessa	26,24	TN	-
Caixas redondas	18,96	TN	-

* Cada um dos artigos para venda tem desconto de 15% para funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, portadores de cartão-jovem ou pessoas com idade superior ou igual a 65 anos, mediante a apresentação de documento comprovativo de tal qualidade.



DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária n.º 2/2007
2.ª reunião, realizada em 7 de Maio de 2007
Minuta de parte da acta

Deliberação n.º 18/2007
Proposta n.º 101/07 – Aprovação definitiva do projecto do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras para 2007

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e um barra zero sete, a que se refere a deliberação número doze da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e oito de Fevereiro de dois mil e sete e deliberou por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Social Democrata, cinco do Partido Socialista e cinco abstenções, sendo três da Coligação Democrática Unitária e duas do Bloco de Esquerda, aprovar o Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras para dois mil e sete, nas condições propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.

Deliberação n.º 19/2007
Proposta n.º 236/07 – Aprovação da revisão do Regulamento do Programa Municipal de Habitação de Auto-Construção do Bairro da Laje

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e trinta e seis barra zero sete, a que se refere a deliberação número trinta da reunião da Câmara Municipal, realizada em catorze de Março de dois mil e sete e deliberou por unanimidade com trinta e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, doze do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Habitação de Auto-Construção do Bairro da Laje, nas condições

propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.

Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

Deliberação n.º 20/2007
Proposta n.º 287/07 – Actualização das participações para obras de reforço de abastecimento de água para 2007 – SMAS

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número uzentos e oitenta e sete barra zero sete, a que se refere a deliberação número setenta e nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em catorze de Março de dois mil e sete e deliberou por maioria com trinta e sete votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, doze do Partido Social Democrata, seis do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra do Bloco de Esquerda, aprovar a Actualização das Participações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para dois mil e sete, nas condições propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.

Deliberação n.º 21/2007
Proposta n.º 390/07 – Proc.º 59/DH/06 – Edifício sito na Rua Quinta de Santo António, n.º 4, freguesia de Linda-a-Velha – Alienação das seis fracções destinadas a habitação

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e noventa barra zero sete, a que se refere a deliberação número trinta e sete da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Abril de dois mil e sete e deliberou por maioria com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, doze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a alienação das seis fracções destinadas a habitação, nas condições propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.

Deliberação n.º 22/2007
Eleição do presidente de junta de freguesia ao XVII Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Circular número quarenta e três, datada de trinta de Março de dois mil e sete e deliberou, através de escrutínio secreto, com vinte e dois votos a favor, dezanove contra e um voto em branco, aprovar a Lista B, apresentada pelo Grupo Político do PSD e eleger como efectivo o Presidente da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha – José Pedro Resende Barroco e como suplente a Presidente da Junta de Freguesia de Algés – Alda Maria Reis Gouveia Lima, ao XVII Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Sessão Extraordinária n.º 3/2007
1.ª reunião, realizada em 18 de Maio de 2007
Minuta de parte da acta

Deliberação n.º 23/2007
Proposta C.M.O n.º 472/07 – Aprovação da Carta Educativa do Concelho de Oeiras

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e dois barra zero sete, a que se refere a deliberação número oito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis de Abril de dois mil e sete e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata e sete do Partido Socialista, duas abstenções do Partido Social Democrata e cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Carta Educativa do Concelho de Oeiras.

Deliberação n.º 24/2007
Eleição dos três representantes dos utentes do SATUO a designar pela Assembleia Municipal, conforme refere a alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto dos estatutos do SATUO
A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ofício

da Câmara Municipal de Oeiras número dez mil e setecentos, datado de sete de Março do corrente e deliberou, através de escrutínio secreto, com trinta e um votos a favor, dois votos em branco e dois votos nulos, aprovar a Lista Única, que indica os Senhores Salvador António Martins Bastos Costeira, Arlindo Pereira Barradas, Joaquim António Henriques Ribeiro da Conceição, como representantes dos utentes no Conselho Geral do SATUO.

Deliberação n.º 25/2007
Eleição do representante do Município de Oeiras, residente no seu território, a designar pela Assembleia Municipal, conforme refere a alínea a) do número dois, do artigo vigésimo quinto, dos estatutos do SATUO

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ofício da Câmara Municipal de Oeiras número dez mil e setecentos, datado de sete de Março do corrente e deliberou, através de escrutínio secreto, com trinta votos a favor, dois votos em branco e três votos nulos, aprovar a Lista Única, que indica o Senhor Carlos Ataíde Serrenho, como representante do Município de Oeiras no Conselho Geral do SATUO.

A Câmara Municipal informa

Registo de ciclomotores – DGV

Com a entrada em vigor do DL 128/2006 de 05/07/2006, o registo e matrícula de veículos ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos passa a ser da exclusiva competência da Direcção Geral de Viação (DGV). De acordo com o Art.º 33, Cap. VI, os actuais titulares de livretes emitidos pelas autarquias deverão efectuar a troca pelos novos documentos, junto dos serviços da DGV, nos seguintes prazos:

- Até final de 2007, para veículos com data de matrícula anterior a 01/01/2000.
- Até final de 2008, para veículos com data de matrícula anterior a 01/01/2006.

Dia da Criança

Milhares de crianças de todo o concelho participaram nas diversas actividades promovidas pela Câmara Municipal a propósito da celebração do Dia Mundial da Criança.

Este ano, a comemoração decorreu no âmbito do programa Oeiras Solidária, iniciativa municipal que congrega mais de 30 empresas do concelho, com o objectivo de estabelecer formas de cooperação no combate aos fenómenos de exclusão social e de promoção do desenvolvimento social e valorização dos recursos humanos nos grupos mais carenciados. Tratólixo, Sociedade Ponto Verde, Tetra Pak, Brisa, Nestlé, Sumol, Kellogg e Macdonald's foram algumas das empresas que, neste contexto, se associaram a esta festa em honra das crianças.



Teatro em Oeiras

Mais de seis centenas de crianças, alunos das diversas escolas do ensino básico da freguesia de Oeiras, assistiram, no dia 1 de Junho, à apresentação da peça 'Perguntem aos vossos gatos e aos vossos cães', pelo grupo de teatro amador do Centro Cultural de Oeiras.

A actividade, promovida pela Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, inseriu-se no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança. No dia seguinte, no Largo 5 de Outubro, aquela Autarquia dinamizou uma animação infantil contemplando leitura, aprendizagem de ilustração e sensibilização ambiental.

Torneio de futebol



Para assinalar o dia que é, oficialmente, dedicado a todas as crianças, a Câmara Municipal voltou a promover a realização de um Torneio Municipal de Futebol 7, no escalão de escolas.

Aos clubes do concelho juntaram-se as equipas dos bairros dos Navegadores e da Outurela e, ainda, duas equipas convidadas, da Escola Rui Águas e do Belenenses.

Na final, a vitória sorriu à Associação Desportiva de Oeiras mas a festa foi de todos, a provar que nestas coisas do desporto o que interessa é, mesmo, participar.

Festa em Carnaxide

Dezenas de crianças e jovens participaram no evento comemorativo do Dia Mundial da Criança promovido pela Junta de Freguesia de Carnaxide, em parceria com a Câmara Municipal, no âmbito do programa Oeiras Solidária, e com o Agrupamento de Escolas de Carnaxide/Valejas.

A cantar e a dançar os protagonistas do dia fizeram a festa que se prolongou animada, durante horas.



Homenagem aos militares

A Câmara Municipal promoveu, no passado dia 10 de Junho, a já tradicional cerimónia de homenagem aos militares do concelho mortos na Guerra do Ultramar.

O cerimonial decorreu na Praça do Ultramar, em Oeiras, e contou com as presenças dos presidentes da Câmara Municipal, da Liga dos Combatentes (Oeiras) e da Associação de Deficientes das Forças Armadas, forças militares, banda e fanfarra, bem como de familiares dos homenageados.



Gosto

por Ana Teresa Silva
(cronica@netcabo.pt)

Gosto de ver crescer os milhares de girassóis que foram plantados naquela que será a 2ª fase do Parque dos Poetas. O despontar do amarelo vai ser arrebatador. Uma colina imensa inundada de girassóis virados para o Sol é já um raiar de poesia.

Gosto de imaginar Oeiras como uma Cidade Verde e ver a projecção em 3D do que será a continuação deste grande parque. Faz-me sonhar. Transporta-me para o templo da poesia depois de uma caminhada inspiradora. Preciso de ver para além do betão e fico feliz ao saber que a CMO pretende plantar milhares e milhares de árvores em todo o concelho, até que haja uma árvore por cidadão.

Gosto de ver a marginal fechar as portas aos carros e entrar naquele movimento de bicicletas, skates, patins, e pessoas a pé. Na última vez, era tanta gente a desfrutar da marginal que me perguntei se não deviam dar a prioridade ao peão uma vez por mês.

Gosto de inspirar a brisa do mar no Passeio Marítimo e pensar que, um dia mais tarde, poderemos ir a pé de Oeiras a Algés, sempre junto ao mar.

Gosto de ver Oeiras em festa, a animação a andar pelas ruas, nos jardins e nos parques e gosto de saber que a Fábrica da Pólvora de Barcarena abraça eventos muito especiais, como o Festival Sete Sóis Sete Luas.

O nome já é original, mas o programa também o é, para quem quer fazer parte de um grande encontro de culturas, promovido por uma rede de 30 cidades, de oito países (Cabo Verde, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Marrocos e Portugal), e com espectáculos que marcam a diferença, seja no campo da música popular, teatro de rua ou artes plásticas. Este diálogo intercultural vai acontecer na Fábrica da Pólvora entre 29 de Junho e 31 de Agosto e é mais um motivo para dizermos «gosto».

O despontar do amarelo vai ser arrebatador. Uma colina imensa inundada de girassóis virados para o Sol é já um raiar de poesia.

Também gosto de ver que Oeiras quer inovar no campo da mobilidade sustentável, que apoia a investigação científica e tem programas que promovem o voluntariado por parte dos jovens. E também gosto de pessoas que gostam, que apreciam o momento presente, têm olhos para descobrir o que está bem em vez do que está mal, e sabem sorrir logo de manhã.

No fundo, gosto de gostar e de viver em Oeiras. É sempre bom ver o nosso concelho respirar e envolver assim.

Intercâmbio reúne jovens na República Checa

Portugal, através da Associação Juvenil ProAtlântico, vai estar representado num intercâmbio europeu agendado para o próximo mês de Agosto, na República Checa.

Meia centena de jovens oriundos de países como Espanha, Hungria, Bulgária, Roménia, Eslovénia e Turquia marcarão presença neste encontro, no qual o nosso país estará representado por cinco jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

Desenvolver a criatividade, a comunicação e a observação, promovendo a aprendizagem inter cultural, constituem objectivos deste intercâmbio, particularmente direccionado para jovens interessados no jornalismo.

A participação num intercâmbio com estas características constitui, para os jovens, uma oportunidade única de conhecer um país diferente, ter contacto com jovens de outras culturas, novos costumes e gastronomia, num ambiente onde 'animação' é a palavra de ordem.

Informações adicionais em www.proatlantico.com ou através dos números de telefone 214 218 417, 919 453 172, 935 109 389 e 966 539 324.

‘Barrigas de Amor’ no Parque dos Poetas

Mais de 1300 grávidas no ‘Guinness’

Mais de 1300 mulheres grávidas contribuíram para inscrever o nome de Oeiras no ‘Guinness World Records’ como palco da maior concentração de futuras mães alguma vez realizada.

O evento ‘Barrigas de Amor’ trouxe a Oeiras milhares de grávidas e centenas de famílias que, durante todo um domingo, usufruíram de um espaço único, como é o Parque dos Poetas.

Marco Paulo, Toy, João Pedro Pais, os ‘Anjos’ e André Sardet associaram-se à iniciativa que incluiu, ainda, a realização de palestras, demonstrações

e espaços dedicados à saúde, à alimentação, à puericultura, aos artigos e a muitos mais bens e serviços específicos da condição.

Artistas, músicos, profissionais de saúde e famílias deram, assim, o seu contributo para um dia de muita animação, totalmente dedicado ao incentivo à natalidade.

O evento, promovido pela Yprod em parceria com a Ajuda de Berço, contou com os apoios da Câmara Municipal de Oeiras e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.





Festa do Cavalo

Desfiles de amazonas, cavaleiros e atrelagens, espectáculos, campeonato nacional de *derbys*, exibições equestres, demonstrações de *horseball*, provas de obstáculos, cavalhadas e garraíadas foram alguns dos pontos altos da edição deste ano da Festa do Cavalo, que decorreu de 25 a 27 de Maio, em Porto Salvo.

No mapa das festividades tradicionais, com o cavalo a ocupar lugar de destaque, nesta festa a gastronomia e o artesanato também têm lugar assegurado. A realização do 8.º Passeio Equestre na Rota do Vinho de Carcavelos e uma homenagem a Armando Coelho Moreira, 'Um homem de cavalos', foram outros dos momentos a merecer destaque.

Já abriu

Piscina Oceânica com novidades

Mais espaço, mais tempo e mais serviços são as principais novidades da Piscina Oceânica de Oeiras para este Verão.

Em virtude da redução do número limite de entradas diárias para 700, haverá mais espaço para os banhistas.

Também no horário se verificam mudanças, com a abertura antecipada para 8.30h. e fecho às 20.00h. Outra das novidades reside na criação do bilhete família (dois adultos + duas crianças), que pode ser adquirido por 25€ (dias úteis) ou 32€ (fins-de-semana e feriados).

Para os maiores de 65 anos existe agora o ingresso sénior, a par com novos (e especiais) preços para jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, e condições vantajosas para grupos (escolas, associações, empresas), mediante marcação prévia. Na Piscina Oceânica o Verão prolonga-se até 15 de Setembro. Bons mergulhos!

Dias	1 dia (8.30h. Às 20h.)	1/2 dia (8.30h. às 14h. ou 14h. às 20h.)	1/4 dia (17h. às 20h.)
Adultos			
Úteis	9,50 €	7 €	4 €
Sáb, dom, feriado	12,50 €	9 €	5 €
Crianças (quatro aos 11 anos)			
Úteis	5 €	4 €	3 €
Sáb, dom, feriado	6,50 €	5 €	3,50 €
Crianças (12 aos 16 anos)			
Úteis	6 €	5 €	3 €
Sáb, dom, feriado	7,50 €	6 €	3,50 €
Bilhete Sénior (→ 65 anos)			
Úteis	6 €	5 €	4 €
Sáb, dom, feriado	8 €	6 €	4,50 €
Bilhete Família (2 pais e 2 crianças com menos de 12 anos)			
Úteis	25 €	20 €	
Sáb, dom, feriado	32 €	25 €	

Milhares encheram a Marginal



A pé, de bicicleta ou em patins, milhares de pessoas contribuíram para o êxito de mais uma edição do 'Mexa-se na Marginal', que teve lugar no passado dia 3 de Junho. Durante toda a manhã, ao longo dos dez quilómetros de estrada que ligam a praia da Torre a Algés, pessoas de todas as idades participaram em aulas de fitness e actividades de relaxamento, apreciaram as animações musicais e circenses e tiveram oportunidade de ava-

liar alguns parâmetros de saúde. Para garantir a segurança e a fluidez de circulação ao longo de toda a Marginal, este ano foram criadas vias dedicadas a ciclistas, com trânsito definido em ambos os sentidos, a par de um aumento significativo dos recursos humanos envolvidos na iniciativa, que permitiram um acompanhamento mais personalizado aos participantes. Para o ano há mais. Até lá, continue a mexer-se!



Marginal à Noite

Pelo terceiro ano consecutivo, milhares de atletas juntaram-se, em Oeiras, para participar no 'Marginal à Noite', uma prova que, pelas suas características e originalidade, tem atraído crescente número de participantes.

Graças a um percurso agradável e à curta distância que separa o ponto de partida da meta, o 'Marginal à Noite' tem conquistado, além dos profissionais, muitos que se propõem a iniciar-se na corrida.

No final do evento, todos os atletas puderam assistir ao fogo de artifício que marcou o encerramento das Festas do Concelho de Oeiras'07, espectáculo que teve lugar frente ao Porto de Recreio e à praia de Santo Amaro de Oeiras.

'Marginal à Noite' é organizado, em parceria, pela Câmara Municipal de Oeiras e pelo Oeiras Sport Clube.





Soares Franco, Cabral Ferreira e Madaíl juntos à mesa

Jamor acolheu Final da Taça

Os presidentes do Sporting Clube de Portugal, Filipe Soares Franco, do Clube de Futebol 'Os Belenenses', Cabral Ferreira, da Federação Portuguesa de Futebol, Gilberto Madaíl, do Instituto do Desporto de Portugal, Luís Bettencourt Sardinha, da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, Hermínio Loureiro, do Comité Olímpico de Portugal, Vicente Moura e da Confederação do Desporto de Portugal, Carlos Paula Cardoso, foram alguns dos convidados que marcaram presença no jantar que antecedeu a realização da Final da Taça de Portugal em futebol, em Maio passado. Enquanto presidente da Câmara anfitriã do jogo, que se realizou, como habitualmente, no Estádio Nacional, no Jamor, Isaltino Morais compareceu em representação da Autarquia.



Expo-Modelismo

O Estádio do Complexo Desportivo do Jamor foi, este ano, o cenário escolhido para a realização da quarta edição da Expo-Modelismo Oeiras 2007, evento que reúne todas as formas de modelismo.

Aeromodelismo, rádiomodelismo automóvel, nautimodelismo, modelismo ferroviário e modelismo estático estiveram representados nesta iniciativa que apresentou como principal novidade a realização de competições.

Os visitantes tiveram, assim, oportunidade de assistir não apenas a demonstrações mas também a provas de competição, disputadas em terra, na água e no ar.

A Expo-Modelismo incluiu também a realização do 'Mercado das Pulgas' ou 'Feira da Ladra' do modelismo, que tradicionalmente proporciona, aos modelistas, a oportunidade de vender ou trocar materiais e equipamentos.

O público infanto-juvenil foi privilegiado, graças à criação de espaços onde decorreram workshops para construir modelos... e fazê-los voar logo a seguir.

A Expo-Modelismo é uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras e da Júlio Isidro Modelismo, com a colaboração da Society of Antique Modelers Portugal 74.

Sara Duarte brilha na Equitação Adaptada

Portuguesa no Campeonato do Mundo

Alinha pelo Centro Equestre João Cardiga a única atleta portuguesa presente no Campeonato do Mundo de Equitação Adaptada ou Para-dressage (dedicado a pessoas com deficiência), que se realiza de 18 a 22 de Julho, em Inglaterra.

Chama-se Sara Duarte a jovem nascida em 1984, portadora de paralisia cerebral, com 72% de incapacidade física. Começou a praticar equitação (hipoterapia por indicação médica, iniciou-se na competição em 1999 e concilia a prática desta modalidade com a frequência do curso de Ciências Farmacêuticas, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

A cavaleira afirma que "gostaria de ser um exemplo para todos os que são como eu. No Centro Equestre João Cardiga existem várias crianças portadoras de paralisia cerebral que um dia talvez possam seguir o caminho que agora estamos a abrir. Todos trabalhamos com esse objectivo".

Personificando uma "bandeira de esperança" para o ensino adaptado da equitação, Sara Duarte tem sido a única cavaleira a representar Portugal em competições nacionais e internacionais, de forma persistente e programada.

Mexa-se... no Verão

Programa de Promoção de Actividades de Ar Livre

Dia 7 de Julho | Canoagem | A partir das 9.30h. | Pista de Actividades Náuticas do Jamor

Dia 14 de Julho | Caminhada | 9.30h. | Complexo Desportivo do Jamor | Aproximadamente seis quilómetros

Informações e inscrições: Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Oeiras | Tel. 214 408 548 | E-mail: mexa-semas@cm-oeiras.pt | www.cm-oeiras.pt

Oeiras Cup em vela

Team Aqua venceu primeira edição da prova

Terminou com três regatas em frota o último dia de regatas da Oeiras Cup, a prova portuguesa do calendário internacional da classe RC44 em vela, e com a consagração do Team Aqua como vencedor, logo seguido das equipas Omega e Beecom.

Organizada pela João Lagos Sports, a prova contou com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da Administração do Porto de Lisboa e com a colaboração técnica da Associação Naval de Lisboa.

As regatas realizadas no estuário do rio Tejo ao longo dos dias de prova proporcionaram, a toda a assistência, um bonito espectáculo, para o qual contribuiu o vento forte e o cenário natural.





XX Triatlo do Ambiente

Prova bateu novos recordes de participação

Os triatletas Miguel Henriques (Clube de Natação do Cartaxo) e Filipa Ferreira (Alhandra Sporting Clube) sagraram-se, no passado dia 10 de Junho, vencedores da 20.ª edição do Triatlo do Ambiente, no âmbito da prova referente à quinta etapa da Taça de Portugal da modalidade.

A prova disputada em Oeiras consagrou Laura Bento e Guilherme Marques como novos campeões nacionais de juvenis, destacando-se, nas classificações por equipas, o Clube de Natação do Cartaxo e o Clube Olímpico de Oeiras (no sector feminino).

Na prova aberta, disputada na distância de super-sprint, o vencedor foi Tiago Neves e por estafetas o triunfo pertenceu à formação 'Os Torpedos da Linha'.

Para a história fica mais um recorde de participações, com mais de 400 atletas reunidos nas provas de super-sprint e de sprint.

Na prova aberta, os atletas cumpriram 375 metros de natação, 10 quilómetros de ciclismo (uma volta) e 2,5 quilómetros de corrida (uma volta).

A prova principal disputou-se na distância sprint: 750 metros de natação (uma volta), 20 quilómetros de ciclismo (duas voltas) e cinco quilómetros de corrida (duas voltas).

O segmento de natação desenvolveu-se na praia da Torre, o de ciclismo na Avenida Marginal e na corrida os triatletas passaram pelo Porto de Recreio de Oeiras... sempre com a praia no horizonte.

Com organização a cargo da Câmara Municipal de Oeiras, o Triatlo do Ambiente conta com o apoio técnico da Federação de Triatlo de Portugal.



Os vencedores levaram para casa árvores para plantar



24 Horas de Karting, na Zona Ribeirinha de Algés



2.ª etapa do Campeonato Nacional de Jetski, na Praia de St. Amaro



Oeiras Windsurf Festival, na Praia de St. Amaro



Open de Ténis de Oeiras, no Clube Escola de Ténis de Oeiras (CETO)

Festas
de Oeiras 07
2 a 16 de Junho
Entre no ritmo.



Anthony B



GNR



Filarmónica Gil



Bernardo Sasseti e Mário Laginha



Batoto Yetu



Gala de Bailado



Desfile de Fanfarras organizado pelos Bombeiros de Barcarena



Os Corvos

Freguesias em festa

Junho é mês de festa em Oeiras, e não apenas por se celebrar o aniversário do Município. Na realidade, são quatro as juntas de freguesia do concelho que, no dia 11 de Junho, assinalam o aniversário da sua criação.

Cruz Quebrada-Dafundo, Linda-a-Velha, Porto Salvo e Queijas sopraram as 14 velas e em todas as freguesias a data foi comemorada a preceito.

Se na Cruz Quebrada a data foi aproveitada para a apresentação do site da freguesia (ver notícia noutro local), em Linda-a-Velha houve animação para todos os gostos, ao longo do mês: um concerto pelo Grupo Coral de Linda-a-Velha, no dia 7, a Festa da Juventude, de 1 a 17, e um recital de órgão por António Esteireiro, no dia 24.

Em Porto Salvo a data foi assinalada com a realização de um concerto, pela Banda da Sociedade Instrução Musical de Porto Salvo, e com a sessão solene que incluiu as condecorações por mérito.

Na freguesia de Queijas o aniversário também foi celebrado com música, nomeadamente com as actuações da Banda Sinfónica do Exército e da Orquestra Ligeira do Exército.

Algés também assinalou, em Maio, a passagem do 14.º aniversário da criação da freguesia com um diversificado programa de actividades de cariz cultural, social e desportivo.

Instituições sedeadas na freguesia associaram-se às celebrações que tiveram como ponto alto a actuação da fadista Alexandra.

Desporto, moda e cultura preencheram um dia repleto de actividades promovidas pela Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, no passado 19 de Maio.

A manhã iniciou-se com uma demonstração das diversas modalidades desportivas praticadas no Pavilhão Gimnodesportivo da junta de freguesia.

Durante a tarde, no Largo Luís Pereira da Mota, foi descerrada uma placa indicativa da residência de Aquilino Ribeiro, que ali viveu entre 1920 e 1927, em paralelo com uma homenagem ao escritor, realizada em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras.

Mais tarde, na Galeria Municipal do Lagar de Azeite, decorreu a cerimónia de apresentação pública do livro "Turista Ocidental – Crónica de Viagens", da autoria de Jorge Ferreira Pinheiro, editado pela junta de freguesia.

O dia terminou com a realização de uma passagem de modelos.

Cerca de mil crianças, alunas do 1.º ciclo do ensino básico de diversas escolas de Oeiras, tiveram oportunidade de assistir, no mês de Maio, à apresentação da peça de teatro "A água faz anos".

Dar a conhecer, aos mais pequenos, alguns conceitos ambientais, foi o objectivo desta iniciativa, promovida no âmbito das comemorações do Dia da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, em parceria com os SMAS de Oeiras e Amadora.

A inauguração do 'Carnaxide Skate Park' foi o ponto alto da Semana da Juventude que decorreu naquela freguesia entre os dias 9 e 13 de Maio.

Para promover a 'estreia' do equipamento, a junta de freguesia organizou, em parceria com a Câmara Municipal e a Associação Portuguesa de Skate, o 1.º Torneio de Street Skate que contou com a participação de cerca de 60 jovens skaters.



Dias 30 de Junho, 2 e 15 de Julho

Jazz 'refresca' Oeiras



O Coll Jazz Fest volta, este ano, a passar por Oeiras.

Teresa Salgueiro e o Septeto de João Cristal dão início, no dia 30 de Junho, às 'hostilidades', no Jardim do Palácio do Marquês de Pombal.

Segue-se, no dia 2 de Julho, no mesmo local, a actuação dos Gotan Project.

No dia 15 de Julho será a vez dos Nouvelle Vague subirem ao palco instalado na Casa da Pesca (Estação Agronómica Nacional, em Oeiras).

Todos os espectáculos têm início agendado para as 22.00h.

Bilhetes à venda na FNAC, nos CTT, nas Agências Abreu, na Loja de Informação e Divulgação Municipal do Oeiras Parque, na Livraria Bulhosa do Oeiras Parque, nas lojas Bliss e através da Ticketline (707 234 234 ou www.ticketline.pt). Nos dias de concertos, os bilhetes estarão à venda no Posto de Turismo de Oeiras.



Gotan Project | O trio é internacional na formação (um parisiense, um suíço e argentino) e ainda mais nas suas referências. Sob batidas retiradas ao melhor trip-hop britânico colocam florestas de nevoeiro ambiente e... o tango. Ou melhor, pedaços de tango, mais ou menos alterado. O resultado é um som hipnótico, melancólico. Dia 2 de Julho, no Jardim do Marquês de Pombal.



Teresa Salgueiro | Em 2007, ano de descanso para os Madredeus, a cantora dedica-se a outros projectos, a solo. De um deles resultou o álbum "Você e Eu". Vinte e duas canções populares brasileiras gravadas no Rio de Janeiro, acompanhada por uma orquestra liderada por João Cristal. São essas canções que Teresa Salgueiro estreia ao vivo em Portugal, no dia 30 de Junho, no Jardim do Marquês de Pombal. Uma noite para ouvir Vinícius de Moraes, Chico Buarque e Tom Jobim, através da voz de Teresa Salgueiro.



Nouvelle Vague | Um conceito simples. Versões, em ambiente jazz-bossa nova de navio de cruzeiro nas Caraíbas, de temas mais ou menos clássicos da pop e new wave dos anos 80. 'Love will tear us apart', dos Joy Division, ou 'The killing moon', dos Echo & The Bunnymen, por exemplo. Os arranjos e as vozes femininas fazem o resto. Dia 15 de Julho, na Casa da Pesca. Primeira parte assegurada por Patrícia Vasconcelos.

Informações: 213 156 554 / 214 408 582 / paulo.afonso@cm-oeiras.pt / geral@colljazzfest.com / www.colljazzfest.com

Durante o Verão

Animação nos Jardins e Palácio do Marquês

O magnífico cenário do Palácio Marquês de Pombal e dos jardins circundantes vai servir de palco à realização de diversos eventos culturais, durante os meses de Verão.

Os circuitos turísticos iniciaram-se em Junho e prolongam-se até Outubro, com passeios agendados para os dias 8 de Julho, 12 de Agosto, 9 de Setembro e 14 de Outubro.

Para os dias 21 de Julho, 4, 11 e 18 de Agosto estão marcadas as visitas guiadas com animação de época, no âmbito do programa de animação nos jardins históricos do concelho.

A Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras actua, no palácio, nos dias 21 de Julho e 8 de Setembro.

Nos dias 31 de Agosto, 7 e 14 de Setembro, os jardins acolhem o Ciclo Internacional de Dança.

Pelo meio, de 30 de Junho a 2 de Julho, o mesmo local volta a receber o Cool Jazz Fest (ver notícia desenvolvida noutro local).





Um Mapa Histórico de Mar e Terra

por Joaquim Boiça (j.mbf@clix.pt)

O Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa de 1857

Em 1842, no amplo contexto de renovação que na época conhece a cartografia portuguesa e sob a direcção de dois notáveis engenheiros hidrógrafos, Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, iniciaram-se os trabalhos de terra e de mar para a elaboração de um moderno plano hidrográfico da Barra do Tejo e Porto Lisboa. Durante cerca de oito anos, sondou-se o mar e mediu-se a terra, rectificou-se, pormenorizou-se e actualizou-se o futuro plano.

Desse vasto labor preparatório dão conta as quase ignoradas vinte e uma pranchetas de levantamento das margens norte e sul do Porto de Lisboa e as dez cartas seguintes, de mapeamento conjunto, topográfico e hidrográfico, na escala 1:10 000, trabalhos de grande rigor e pormenor, nos quais se inscrevem, naturalmente, com riquíssimo detalhe, os trechos da linha de costa de Oeiras.

Dada a sua excepcional qualidade, não admira que tivesse servido de base aos planos hidrográficos seguintes da Barra e Porto de Lisboa, até ao segundo quartel do século XX

Da Praia de Algés ao vale do Jamor, da Boa Viagem a Paço de Arcos, de Santo Amaro a S. Julião da Barra, representou-se, numa composição quase artística, o litoral, os traçados urbanos, as vias de comunicação, as unidades fabris e as quintas, os acidentes geográficos e o coberto vegetal. O conceituado cartógrafo Filipe Folque, que observou e acompanhou de perto todo o processo, expressaria, em carta que dirige ao então Ministro da Marinha, em 1850, após salientar «a exactidão das triangulações que lhe servem de base e a grande escala em que foi levantada», que «esta bellissima Carta» é «o primeiro trabalho deste genero, que entre nós se apresenta, dando todas as garantias que modernamente a sciencia reclama e pode-se afoutamente collocar a par dos melhores planos Hydrographicos executados pelos Inglezes, Francezes e Hespanhoes». Embora os trabalhos de gabinete se encontrassem terminados em 1852, o Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa seria apenas publicado em 1857, numa só folha, na escala 1: 20 000, na qual transparece a destreza e a qualidade artística de J Lewicki, que a gravou. Dada a sua excepcional qualidade, não admira que tivesse servido de base aos planos hidrográficos seguintes da Barra e Porto de Lisboa, até ao segundo quartel do século XX, e inspirado a produção de documentos do mesmo género para os demais portos portugueses.

Este monumento ímpar da cartografia portuguesa, perfaz, no presente ano, cento e cinquenta anos de existência. Numa época em que as evocações históricas passaram a estar inscritas nas agendas da política cultural e o mar surge como recurso estratégico nacional, os 150 anos do Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa merecia outro tratamento, que não o esquecimento...

Grupo de embaixatrizes visitou o concelho

Oeiras acolheu corpo diplomático



Um grupo constituído por representantes da Associação dos Cônjuges dos Diplomatas Portugueses, participou, em Maio, numa visita a alguns dos locais mais emblemáticos do concelho de Oeiras.

Palácio Anjos, Quinta Real de Caxias, Fábrica da Pólvora de Barcarena, Parque dos Poetas, Lagoas Parque, Jardins do Palácio do Marquês de Pombal e Piscina Oceânica estiveram incluídos neste périplo no qual marcou também presença o presidente da Câmara Municipal.

‘World music’ na Fábrica da Pólvora

A ‘world music’ está, este Verão, de regresso ao Pátio do Enxugo da Fábrica da Pólvora de Barcarena, no âmbito de mais um evento proposto pelo Festival Sete Sóis Sete Luas.

O programa de espectáculos que se iniciou no passado dia 29 de Junho e se prolonga até 31 de Agosto prevê as actuações de Olly & The Bollywood (França), no dia 6 de Julho, Musica Nostra (Baleares), a 13 de Julho, Dounia (Itália), a 20 de Julho, Parto Delle Nuvoles Pesanti (Mediterrâneo), a 27 de Julho, Lautari (Sicília), a 3 de Agosto, Lombarda (Andaluzia), a 10 de Agosto, Kumenei (Salento), a 17 de Agosto, Café Amam (Turquia/Grecia), a 24 de Agosto, e dos Rogelio Botanz & Puntos Suspensivos (Canários), a 31 de Agosto.

Aproveite a deslocação e visite o Museu da Pólvora Negra, com entrada gratuita nas noites de concertos (das 20.30h. às 22.30h.).

Na Fábrica da Pólvora

Dia dos Museus



O Dia Internacional dos Museus e a Noite dos Museus foram comemorados na Fábrica da Pólvora, em Barcarena, de 15 a 20 de Maio, com actividades para todas as idades.

Ateliers temáticos, percursos animados, visitas guiadas e muita música fizeram parte do programa.

Destaque para a programação do dia 18, Dia Internacional dos Museus, que arrancou com percursos animados pelo Museu da Pólvora Negra (visita + atelier), nos quais dois actores, vestidos de operários polvoristas, deram as boas-vindas aos participantes, num formato de animação teatral, recriando o antigo quotidiano da fábrica.

O dia prosseguiu com música, pintura e duas visitas dialogadas: “Bom-beiro por um dia!” e “Atelier no teu quadrado, o Museu!”

No dia 19, em que se assinalou a Noite dos Museus, o Museu da Pólvora esteve de portas abertas das 10.30h. à 01.00h. Durante o dia houve muita animação para crianças e adultos e ao entardecer “Viagens do Tambor”, itinerário pelo mundo musical, a que se seguiu a apresentação do projecto musical português contemporâneo ‘Xaile’.



> **Centro de Arte – Colecção Manuel de Brito**
Almada Negreiros e Menez em exposição
 até 16 de Setembro

Na exposição “Dos anos 10 aos Anos 50” destacam-se os três baixos-relevos de Almada Negreiros: “O Gato Félix”, o díptico “Jazz” e o “Marinheiro”.

Em “Menez – Exposição Antológica” sobressai a importância incontornável que a artista ocupa na história da arte portuguesa do século XX.

Por último, “O Véu da Noiva”, de Ana Vidigal e Ruth Rosengarten, marca a inevitável contemporaneidade que se pretende incutir na dinâmica programática do centro.

> **Marginal em fotografias**

Galeria Municipal Lagar de Azeite, até 22 de Julho



‘Marginal’ é o título da exposição de fotografias da autoria de Marta Sicurella patente ao público na Galeria Municipal Lagar de Azeite até 22 de Julho.

Nascida em Itália em 1978, Marta Sicurella vive e trabalha em Portugal desde o ano 2000.

O projecto ‘Marginal’ resulta de um trabalho de observação e estudo fotográfico desenvolvido durante três meses pela artista, com o objectivo de documentar um momento específico de um espaço em contínua mutação, a Estrada Marginal.

No percurso proposto pela Marginal, foram os locais onde a ausência de presença humana lhes confere um estatuto de “não-lugar” que mais interessaram o seu olhar.

São “lugares inutilizados, não vividos e, por isso, numa óptica contemporânea, ‘inúteis’, que a artista procurou registar, explorando e (re)interpretando a paisagem”.

A visitar de terça-feira a domingo, das 14.00h. às 19.00h., na Rua do Aqueduto, em Oeiras.

> **Grande Prémio de Kayak de Mar**
do Clube Millenniumbcp

29 de Julho, Praia de Paço de Arcos

Prova inserida no Campeonato Nacional de Kayak de Mar e que visa a angariação de fundos a favor de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, no caso, a ‘Operação Nariz Vermelho’.

Informações | Tel. 919 506 136 |
 E-mail: joao.vilaca@vodafone.pt |
 joao.vilaca@millenniumbcp.pt

Galeria Municipal assinalou 12 anos



A Livraria-Galeria Municipal Verney assinalou, no passado mês de Maio, o seu 12.º aniversário, com o descerramento de uma placa alusiva ao facto de o escritor Aquilino Ribeiro ter residido em Oeiras, junto à capela de Santo Amaro.

Seguiu-se, na Verney, um colóquio-debate sobre a vida e obra do romancista, tendo como prelectores o filho do escritor, Aquilino Ribeiro Machado e Serafina Martins, do corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorada na obra do escritor.

O evento encerrou com o lançamento de um DVD sobre os 12 anos de actividade da Verney, com base nos depoimentos de artistas plásticos e escritores.

Exposição patente até 15 de Julho

Alunos seniores revelam talentos

Para assinalar o final de mais um ano lectivo, a Universidade Sénior de Oeiras promove, na Livraria-Galeria Municipal Verney, a já tradicional mostra de trabalhos realizados pelos alunos no âmbito das disciplinas de pintura, joalharia, bordados, modelação, artes decorativas, fotografia e azulejaria.

A exposição pode ser visitada até 15 de Julho próximo, de terça-feira a domingo, entre as 14.00h. e as 18.00h.

Um arraial diferente

A Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril promoveu, no passado dia 13 de Junho, em Linda-a-Velha, um evento que denominaram de "Um Arraial Diferente para Pessoas Iguais".

Neste âmbito, os idosos que integram o Grupo Folclórico do Centro de Dia apresentaram uma Marcha Popular, à qual se seguiu um lanche de convívio que reuniu todos os participantes.

Registe-se que a Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que apoia, diariamente, cerca de 130 idosos, através da prestação de um conjunto de serviços que asseguram o bem-estar físico, psicológico e social dos beneficiários. O acto de cuidar, defendem, inclui assegurar que estão reunidas todas as condições para que o idoso tenha acesso às oportunidades que conduzem à vivência de uma cidadania plena.

Bloco de Notas

por Luís Vaz do Carmo (lv_carmo@netcabo.pt)

Oeiras Alive!

O "Oeiras Alive!" inscreveu o seu nome na lista dos grandes festivais de Verão, depois do êxito da primeira edição, que decorreu entre 8 e 10 de Junho no Passeio Marítimo de Algés. Apesar de alguns reparos à organização, fáceis de corrigir, público e crítica aplaudiram o novo evento, que beneficiou de ampla cobertura mediática. Por isso, para o ano haverá mais, mas nos dias 10, 11 e 12 de Julho, por causa do Europeu de futebol.

Espectáculos de rua

No primeiro sábado de Junho assisti, da minha janela, a um animado espectáculo de capoeira, que decorria no campo de jogos da "escola primária" do Bairro Augusto de Castro, em Oeiras. Como confirmei, esta performance não fazia parte do programa de festas do Concelho. Tratou-se, assim, de um acontecimento espontâneo. É pena não haver mais espectáculos como este, para animar os bairros do Concelho.

O 'có-có' do cão

"O difícil é apanhar cão e dono em flagrante delito." Esta é a explicação da Polícia Municipal (PM) para o reduzido número de coimas aplicadas aos munícipes que não apanham os dejectos do seu animal. Em 2006 a PM levantou 31 autos de notícia relacionados com este tipo de infracção, mas só uma pequena parte deu origem ao pagamento efectivo de coimas. Para este "delito", o Regulamento Municipal prevê uma coima de 25 €. Não será pouco?

Mini-autocarros

Com pequenas soluções consegue-se resolver grandes problemas. Vem isto a propósito da criação dos mini-autocarros "Oeiras Combus", vocacionados para pequenas deslocações urbanas. Fruto de uma parceria entre a CMO e a Vimca, estes veículos vão servir, para já, as freguesias de Carnaxide, Linda-a-Velha e Queijas. As tarifas não são iguais para todos. Cada um paga consoante as suas possibilidades. Assim, os munícipes com rendimento mensal inferior ao salário mínimo nacional não pagam nada, se fizerem prova do seu rendimento na Junta de Freguesia.

Oeiras na Internet

No motor de pesquisa Google, da Internet, a palavra "Oeiras" aparece em 1.800.000 entradas (textos). Oeiras surge à frente de Sintra (1.700.000 entradas) e Cascais (1.370.000). Significa isto que a política de comunicação da CMO tem dado os seus frutos.

Cortesia

Há dias, sem dar por isso, estacionei o carro numa zona de pagamento obrigatório. Mas, quando regressei à viatura, em vez de uma multa encontrei este simpático bilhete: "Exmo(a) Senhor(a). O seu veículo encontra-se estacionado na Rua José Régio, onde o estacionamento está sujeito ao pagamento de uma taxa. Solicitamos que obtenha o título de estacionamento e o coloque no tablier da sua viatura. Pedimos a V.Exe. a melhor atenção para a situação indicada, de forma a evitar qualquer sanção, que a acontecer muito lamentamos."

Depois desta cortesia fiquei a simpatizar com a empresa municipal Parques Tejo. É assim que as pessoas devem ser tratadas...

Padre Martins

No próximo dia 6 de Julho celebra-se o 60º aniversário da ordenação sacerdotal do padre Fernando Martins. Dois dias depois (8 de Julho) haverá uma missa para assinalar a efeméride. A Igreja Matriz de Oeiras vai ser pequena para acolher tantos amigos do "senhor prior", como eu.

No Lagoas Park

Cultura a la Minute

Oitenta mil metros quadrados de áreas verdes (das quais 44 mil são de domínio municipal) e oito mil e 500 metros quadrados de lagos de água corrente constituem o parque urbano inaugurado, em Junho, pela administração do Lagoas Park.

A cerimónia, que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, serviu ainda para a apresentação do projecto 'Cultura a la Minute', uma iniciativa inédita no País.

Até 13 de Julho, de segunda a sexta-feira, às 13.00h., a galeria comercial do Lagoas Park vai ser palco de um diversificado programa de animação que tem como principal objectivo levar a cultura ao local de trabalho. Espectáculos de jazz, música erudita, flamenco, tango argentino, dança contemporânea e artes circenses fazem parte da programação.

O Lagoas Park é um parque de escritórios onde estão já instaladas 70 empresas nacionais e internacionais, nas quais colaboram, aproximadamente, 3 500 pessoas.

Integra um hotel, um centro de congressos e um health club, para além de um colégio e de uma galeria comercial.

A iniciativa 'Cultura a la Minute' pretende divulgar as valências do Lagoas Park não apenas junto dos seus utilizadores, mas também do público em geral, numa tentativa de promover a interacção entre o universo residente e o visitante.



Mod'Art

Oeiras foi, durante a segunda quinzena de Junho, palco da primeira edição do Mod'Art, evento inédito no concelho que conjugou moda, a arte e uma forte componente social, mediante a canalização de apoios para pessoas portadoras de deficiência mental (trissomia 21, autismo e paralisia cerebral).

Uma exposição de trabalhos da autoria de artistas plásticos do concelho, incluindo telas, jóias, bijutaria e livros, foi a iniciativa que marcou o arranque da quinzena. A mostra esteve patente no foyer da Piscina Oceânica, até 29 de Junho.

À conversa com... Alexandra Antunes

O palácio e a família Anjos



Quando combinámos o artigo, a minha convidada mandou um e-mail a sugerir que a nossa conversa fosse no «parque Miramar». E esta subtilidade, acrescentou, à vontade que já tinha, mais vontade ainda de a conhecer. O parque Miramar era, em tempos idos, aquilo a que hoje damos o nome de jardim do palácio Anjos, palácio este que Alexandra conhece na perfeição, bem como os mais variados intervenientes. Com um livro já editado sobre esta casa de veraneio, prepara-se para, brevemente, editar um outro que visa o diário da filha mais velha do primeiro proprietário. Mas de tudo isso falaremos um pouco mais à frente, para todos aqueles que achem o Palácio Anjos uma das mais belas casas de veraneio da nossa costa.

Encontrámo-nos antes da hora marcada e após as primeiras trocas de impressão usuais, nunca mais consegui ter 'mão' na conversa, porque a Alexandra que está para o Palácio e família Anjos como o peixe está para a água, solta-se e relata tudo o que descobriu sobre o palácio ao longo dos últimos 8 anos. Recuamos até à altura em que Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos mandou construir o Palácio. Este senhor de 'forte determinação, trabalhador, e inteligente' ¹ e de bom gosto, adquire, "no início do último quartel de oitocentos os terrenos da sua propriedade de Algés que designa 'Miramar', transformando-a em quinta de recreio" ². Tento perceber como é que a Alexandra se envolveu com este tema: «Na altura em que estava a fazer mestrado em Arquitectura e Recuperação de Património, entendi olhar para o concelho de Oeiras, onde vivo, e iniciar um estudo que optei, sem nenhuma ideia pré-feita, pelo palácio Anjos. E, assim, fui-me embrenhando na história do palácio e dos seus intervenientes. Depois começo a conhecê-lo ao pormenor: ao espaço, às pessoas e às histórias. O estudo do espaço culminou num livro que foi editado em 2004, mas, entretanto, aparece o diário da filha mais velha de Polycarpo Anjos, Maria Leonor e virei o meu estudo para esse mesmo diário que deu origem a um livro que será lançado em Novembro próximo. Posteriormente, creio que dentro de dois anos, deverei concluir o estudo da arquitectura de veraneio do concelho de Oeiras que, espero, dê origem a uma outra publicação». À medida que a conversa decorre, Alexandra vai

mostrando fotografias antigas de toda a família fazendo a apresentação: «Polycarpo era um homem muito rigoroso com a educação dos seus filhos. O diário da sua filha é prova disso mesmo, está escrito em Francês e não podemos esquecer que tinha 13 anos quando começou a escrevê-lo. Um dos filhos foi para a Alemanha estudar, ou seja, eram uma família muito rica e muito exigente com a educação dos seus.». As fotografias continuaram a levar-nos para outras épocas que Alexandra interpreta com a ajuda dos diários: «Através do manuscrito desta jovem burguesa, culta e muito instruída, foi possível recriar memórias e vivências, aspectos sociais, temporais, locais e pessoais do veraneio marítimo e campestre de burgueses e aristocratas no final do século XIX». E vai fazendo o historial do palácio e da família. «Polycarpo morre em 1905 aqui, no palácio, e o cortejo fúnebre sai da capela que fazia parte da quinta e que, posteriormente, é doada ao Patriarcado de Lisboa e que nos dias de hoje é sede da paróquia de Algés. A quinta passa para os herdeiros que acabam por a vender. O dinheiro que Polycarpo Anjos possui é fruto de muito trabalho e quando este morre, por vicissitudes várias próprias da vida, a fortuna familiar foi desaparecendo. E um dia, os herdeiros entendem vender a quinta.» E continua a explicar de que forma a propriedade foi parar, depois de linhas travessas, às mãos da Câmara e, posteriormente, transformado em centro de Arte. Os pormenores, poderão encontrar ou no livro já lançado, ou no que irá ser lançado no próximo dia 25 de Novembro no 'chalet Miramar', como a Alexandra gosta de chamar ao Palácio Anjos. A conversa ficou a meio, mas prometo voltar, um dia destes, com a mesma convidada viciante e o mesmo assunto que 'dá panos para mangas'!

Carla Rocha



¹ Alexandra Antunes, "O palácio Anjos e a arquitectura de veraneio em Algés", Câmara Municipal de Oeiras, 2004

² Idem

Olhos de ver

por Carmo Montanha (carmo.montanha@cm-oeiras.pt)

Cada vez que passo na Rua Sacadura Cabral e sigo para a Rua Direita do Dafundo que é, provavelmente, a estrada mais movimentada da freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo, saturada de trânsito em ambos os sentidos, tenho a sensação que aqueles prédios que algum dia tiveram cor se transformaram numa imensa massa acinzentada. Todo o fumo libertado pelos carros e autocarros que por ali passam deixaram a sua marca. No entanto, as filas de trânsito que por vezes ali se formam podem ser úteis.



Dão-nos tempo para observar o que nos rodeia e, numa dessas situações, saltou-me à vista este prédio que, pela sua variada paleta de cores, sobressai dos outros.

São comuns os prédios revestidos a azulejo, das mais variadas tendências, ao longo dos séculos.

Mas este é diferente!

Os seus azulejos são lisos, rectangulares e de múltiplas cores, formando um padrão de riscas oblíquas, para a esquerda e para a direita.

Contudo, se focar ainda mais o olhar, as riscas parecem criar relevo, e se olhar muito de perto não se percebem as riscas, apenas rectângulos coloridos.

Passe por lá e experimente olhá-lo... com olhos de ver!

Entre prédios descoloridos pelo tempo e pelo fumo dos carros, distingue-se este, pelas múltiplas cores que exhibe, situado numa rua movimentada do Dafundo, onde há muito que espreitar...

Dinamização do Centro Histórico de Oeiras

Alunos de arquitectura expuseram no Mercado



No âmbito de uma parceria entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, estiveram patentes no piso superior do Mercado Municipal de Oeiras, entre 5 e 11 de Junho, um conjunto de trabalhos da autoria de 26 alunos do 2.º ano da licenciatura em Arquitectura com especialização em Planeamento Urbano e Territorial.

Os trabalhos em questão reportavam ao projecto de edificação de um atelier e residência para um artista, num pequeno lote localizado no Centro Histórico de Oeiras.

Freguesia de Oeiras promove prémio literário

Estimular a criação no domínio da literatura, contribuir para a dinamização do panorama literário da freguesia e prestar um tributo de gratidão a um grande vulto da cultura portuguesa são os principais objectivos do Prémio Literário Aquilino Ribeiro, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.

Serão admitidas a concurso obras inéditas escritas em língua portuguesa, podendo concorrer ao prémio todo o cidadão que assim o entenda.

O prémio poderá revestir diferentes modalidades (prosa de ficção, ensaio, conto e monografia), cabendo à junta de freguesia deliberar, até 30 de Junho do ano a que o prémio respeitar, sobre a modalidade a adoptar. Em 2007 a modalidade será a prosa de ficção.

Além de um prémio no valor de cinco mil euros para o autor, a junta de freguesia compromete-se a publicar o trabalho vencedor, em número nunca inferior a 500 exemplares.

Trabalhos apresentados por jovens com idade inferior a 21 anos serão candidatos à atribuição do Prémio Revelação, no valor de 500 euros.

O prazo para entrega de obras a concurso decorre até 31 de Outubro próximo. Para mais informações, contactar a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra.

Oeiras sempre Alive

Linkin Park, Pearl Jam, Blasted Mechanism, The Smashing Pumpkins, Da Weasel e Beastie Boys foram algumas das bandas que passaram pelo palco principal (Optimus) do Festival Oeiras Alive, nos passados dias 8, 9 e 10 de Junho.

The Rakes, Loto, Oioai, Dezperados, Plastica, Dapunksportif, Buraka Som Sistema, Wraygunn e Nigga Poison, entre muitos outros, animaram as hostes no Palco Sagres Mini, que de secundário teve muito pouco.

O sucesso desta primeira edição do evento – pautado por uma aposta clara na sensibilização ambiental e nas novas tecnologias, no âmbito do conceito ReclicArte – ditou o anúncio de um regresso, já agendado para Julho do próximo ano.

As datas a reter são, por isso, 10, 11 e 12 de Julho de 2008, dias em que Oeiras volta a estar Alive.

